

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

JAINE DOS SANTOS FLORIANO

*“NÃO ME INTERESSA MAIS ESTA PROFISSÃO”*: REPRESENTAÇÕES DOS  
PROFESSORES NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS (1932-1950)

PONTA GROSSA  
2019

JAINÉ DOS SANTOS FLORIANO

*“NÃO ME INTERESSA MAIS ESTA PROFISSÃO”*: REPRESENTAÇÕES DOS  
PROFESSORES NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS (1932-1950)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual  
de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova

PONTA GROSSA  
2019

F635 Floriano, Jaine dos Santos  
"Não me interessa mais esta profissão": representações dos professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950) / Jaine dos Santos Floriano. Ponta Grossa, 2019.  
102 f.  
Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Weber Cordova.  
1. Representação dos professores. 2. Diário dos Campos. 3. Ponta Grossa-PR. I. Cordova, Maria Julieta Weber. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981

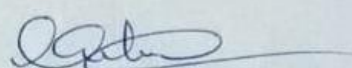
**TERMO DE APROVAÇÃO**

JAINE DOS SANTOS FLORIANO

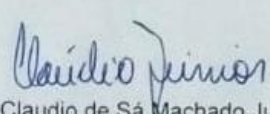
**"NÃO ME INTERESSA MAIS ESTA PROFISSÃO": REPRESENTAÇÕES  
DOS PROFESSORES NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS (1932-1950).**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

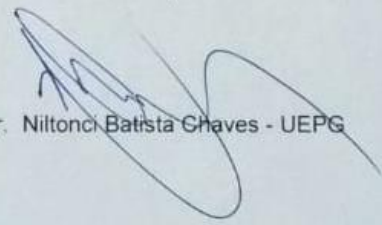
Orientador (a)



Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova - UEPG



Prof. Dr. Claudio de Sá Machado Junior - UFPR



Prof. Dr. Nilton Batista Chaves - UEPG

Ponta Grossa, 25 de julho de 2019.

Aos meus pais, Edenira e Mauri  
Ao meu marido, Iago  
Aos professores que lutam pela valorização da profissão.  
A todos que acreditam num país melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por ser meu alicerce nos momentos de dúvida, me dando força nos momentos de cansaço e serenidade para o desenvolvimento deste trabalho, me possibilitando chegar à conclusão do curso.

Aos meus pais, Edenira e Mauri, que sempre acreditaram no poder da Educação. Eles me deram a vida e me apoiaram durante toda a minha trajetória acadêmica, comemorando minhas vitórias e me incentivando nos momentos difíceis. Sem eles eu não teria chegado até aqui.

Ao meu marido, Iago, por todo amor, companheirismo e compreensão. Por acreditar em mim e por nunca me deixar desistir dessa caminhada. Por me ajudar a realizar este sonho e por compartilhar comigo esta conquista.

À minha orientadora, Maria Julieta, que compartilhou comigo seu conhecimento e dedicou seu tempo. Agradeço por ter sido uma excelente orientadora e ter se tornado uma grande amiga, amenizando o sofrimento do processo.

À banca examinadora, por aceitar prontamente meu convite, por se dedicar a leitura do meu trabalho e fazer generosas contribuições.

À Capes pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa, o que possibilitou as condições materiais para a realização da pesquisa.

Aos colegas do mestrado, que se tornaram meus amigos, por partilharem essa caminhada comigo, sendo meu apoio nos momentos de angústia.

A todos os envolvidos, direta ou indiretamente, no desenvolvimento desta pesquisa.

*“A classe mais útil de um paiz é precisamente a mais injustiçada pelos governos. Não há presidente de Republica, ministro, senador, deputado, governador de Estado ou Provincia que não deva o êxito alcançado na vida ao professor primário”.*

(Diário dos Campos, 27 mai. 1935)

## RESUMO

A pesquisa tratou das representações dos professores esboçadas nas páginas do Jornal Diário dos Campos de 1932 a 1950, tendo como pressuposto teórico a História Cultural e o estudo das representações de Roger Chartier, em consonância com a abordagem sobre o discurso das mídias de Patrick Charaudeau. A partir da consulta ao Diário no acervo do Museu dos Campos Gerais (UEPG), foi possível constatar que as matérias referentes aos anos de 1932 a 1950, traziam elementos que se referiam à Educação, possibilitando perceber questões significativas no que tange às representações dos professores e professoras. O recorte temporal foi delimitado pela disponibilidade da fonte, porém, evidenciando, também, aspectos essenciais do contexto político a partir da década de 30, tanto em nível nacional quanto regional. Optou-se pelo recorte até 1950, por se considerar que a partir deste contexto seriam necessárias outras análises de ordem política, inclusive do ponto de vista discursivo no tocante às matérias publicadas no Diário. Em consonância com a História Cultural, buscou-se tratar da perspectiva da Nova História Política, pois a leitura das fontes possibilitou evidenciar aspectos políticos do contexto tratado, tendo em conta que o recorte temporal abrange o período do Estado Novo, regime fortemente centralizador e autoritário que promoveu censuras aos órgãos da imprensa escrita, fonte primária desta pesquisa. O texto é composto por dois capítulos, os quais abordam, respectivamente, o debate educacional a partir da imprensa escrita em Ponta Grossa e as representações dos professores no jornal Diário dos Campos, tendo como categorias de análise os discursos cívico, moral e patriótico; a formação docente e a feminização do magistério, as condições de trabalho e a remuneração dos professores. O estudo do tema é de considerável relevância para se compreender como a Educação, em especial os professores e professoras, foi representada por meio do jornal local enquanto formador de opinião dos cidadãos ponta-grossenses.

**Palavras-chave:** Representação dos professores. Diário dos Campos. Ponta Grossa-PR.

## ABSTRACT

The research dealt with the representations of the professors outlined in the pages of Jornal “Diário dos Campos” from 1932 to 1950, having as theoretical presupposition the Cultural History and the study of the representations of Roger Chartier, in agreement with the approach on the discourse of the media of Patrick Charaudeau. From the consultation to the Diary in the collection of the Museum of the General Fields (UEPG), it was possible to verify that the subjects referring to the years from 1932 to 1950, brought elements that referred to the education, making possible to perceive significant questions concerning the representations of the professors and teachers. The temporal cut was limited by the availability of the source, however, evidencing also essential aspects of the political context from the 1930s, both at the national and regional levels. We opted for the cut up to 1950, considering that from this context would be necessary other analyzes of political order, including from the discursive point of view regarding the matters published in the Diary. Consistent with Cultural History, we sought to deal with the New Political History perspective, since the reading of the sources made it possible to highlight political aspects of the context under consideration, considering that the temporal cut covers the Estado Novo period, a strongly centralizing and authoritarian regime which promoted censorship of the press, the primary source of this research. The text is composed of two chapters, which address, respectively, the educational debate from the written press in Ponta Grossa and the representations of the teachers in the “Diário dos Campos” newspaper, having as categories of analysis the civic, moral and patriotic discourses; teacher training and the feminization of the teaching profession, working conditions and the remuneration of teachers. The study of the subject is of considerable relevance to understand how the education, especially the teachers and teachers, was represented through the local newspaper as an opinion form of the ponta-grossenses citizens.

**Keywords:** Teachers' representation. Diário dos Campos Ponta Grossa-PR.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - O professorado e o Sr. Manoel Ribas .....                       | 69 |
| Figura 2 - O que o povo reclama: com a Escola Normal.....                  | 72 |
| Figura 3 - Notícia alviçareira para o professorado.....                    | 83 |
| Quadro 1 - Teses e dissertações utilizadas na pesquisa .....               | 19 |
| Quadro 2 - Ensino primário em Ponta Grossa, em números – 1946 a 1948.....  | 43 |
| Quadro 3 - Artigos do jornal Diário dos Campos utilizados na pesquisa..... | 46 |

## SUMÁRIO

|                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO .....                                                | 10        |
| <b>CAPÍTULO 1 - O DEBATE EDUCACIONAL A PARTIR DA IMPRENSA</b>   |           |
| <b>ESCRITA EM PONTA GROSSA - PR.....</b>                        | <b>22</b> |
| 1.1 O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA NO ESTUDO SOBRE               |           |
| REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES.....                              | 22        |
| 1.2 A IMPRENSA ESCRITA EM PONTA GROSSA: UMA ANÁLISE DO JORNAL   |           |
| DIÁRIO DOS CAMPOS.....                                          | 27        |
| 1.3 A TRAJETÓRIA DE JUCA HOFFMANN A PARTIR DO JORNAL DIÁRIO DOS |           |
| CAMPOS.....                                                     | 33        |
| <b>CAPÍTULO 2 - “NÃO ME INTERESSA MAIS ESTA PROFISSÃO”:</b>     |           |
| <b>REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES NAS</b>                       |           |
| <b>PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS.....</b>                 | <b>41</b> |
| 2.1 “ESCOLA E PÁTRIA”: A MISSÃO DO EDUCADOR .....               | 47        |
| 2.2 “MAIS PROFESSORAS”: RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO DOS             |           |
| PROFESSORES E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....                 | 57        |
| 2.3 “DÁ PARA O PROFESSOR COMER MAIS DO QUE TRÊS VEZES POR       |           |
| SEMANA”: CONDIÇÕES DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DOCENTE .....      | 68        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                               | <b>88</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                         | <b>92</b> |

## INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou responder quais são as possíveis representações sobre os professores esboçadas nas páginas do Jornal Diário dos Campos de 1932 a 1950, tendo como pressuposto teórico a História Cultural e o estudo das representações de Roger Chartier, em consonância com a abordagem sobre o discurso das mídias de Patrick Charaudeau. O estudo do tema é de considerável relevância para se compreender como a Educação, em especial, com os sujeitos professores(as)<sup>1</sup>, foram representados por meio do jornal local enquanto formador de opinião dos cidadãos ponta-grossenses. Traçaram-se alguns objetivos específicos para tratar da história do Diário<sup>2</sup> e a configuração das matérias nas páginas do jornal, principalmente: analisar o discurso moral, cívico e patriótico das matérias consultadas; aprofundar o debate sobre a questão da formação e da remuneração dos professores.

A partir da consulta ao Diário no acervo do Museu dos Campos Gerais (UEPG), foi possível constatar que as matérias referentes aos anos de 1932 a 1950, traziam elementos que se referiam à Educação, possibilitando perceber questões significativas no que tange às representações dos professores. O recorte temporal foi delimitado pela disponibilidade da fonte, porém, evidenciando, também, aspectos essenciais do contexto político, a partir das décadas de 1930 e 40, tanto em nível nacional quanto regional<sup>3</sup>. Não foram encontrados exemplares do referido jornal nos anos de 1930 e 1931. Optou-se pelo recorte até 1950, por se considerar que a partir deste contexto seriam necessárias outras análises de ordem política, inclusive do ponto de vista discursivo no tocante às matérias publicadas no Diário. O material consultado foi digitalizado e organizado em um banco de dados próprio. Após serem elencadas temáticas referenciais presentes no Diário foi realizado o estudo da literatura específica, para, por fim, ser realizada a análise dos dados. No tocante aos resultados do estudo, objetivou-se trazer elementos para futuras pesquisas sobre a

---

<sup>1</sup> Doravante, quando se referir a professores, compreenda-se também professoras.

<sup>2</sup> Será utilizado o termo “Diário” para se referir ao jornal Diário dos Campos.

<sup>3</sup> A década de 30 é demarcada pela chamada Era Vargas (1930-1945). A partir de 1946, o General Eurico Gaspar Dutra governa o país. Getúlio Vargas volta ao poder nas eleições presidenciais de 1951. Na esfera estadual, ressaltam-se os governos de Manoel Ribas (1932-1945) e Moysés Lupion (1947-1951). Bento Munhoz da Rocha Netto governou o Paraná de 1951 a 1954.

história regional e local da profissão docente, no Paraná e na cidade de Ponta Grossa.

O conceito de representação elaborado por Chartier constitui-se, certamente, numa abordagem clássica nos estudos que contemplam o recorte teórico-metodológico da História Cultural. De acordo com Chartier (2002), as representações possuem uma dimensão reflexiva, e é por elas que os indivíduos dão sentido ao seu mundo, assim não existe prática ou estrutura que não seja produzida por elas. Isso influencia na construção da identidade de cada sujeito. Por sua vez, a representação “remete ao problema da apropriação, isto é, a forma pela qual os indivíduos reinterpretam e utilizam-se de modelos culturais impostos e em circulação num determinado momento” (SOUZA, 1998, p. 19). Destacou-se, neste trabalho, que a construção de uma possível caracterização identitária dos professores aponta mais questões discursivas referentes aos modos pelos quais foram representados do que como os próprios professores percebiam-se no seu ofício. Chartier (2011), também aponta que com o passar do tempo, a noção de representação quase veio a designar por si só a História Cultural. A História Cultural parte do pressuposto de que a cultura, em conjunto com a economia e a política, rege o modo de ser e de viver das pessoas em sociedade. Conforme aponta Hunt (1992, p. 9), “as relações econômicas e sociais não seriam anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos da prática cultural e produção cultural [...]”. As representações não são neutras, pois estão sempre num campo de luta pelo poder e são determinadas pelos interesses de determinados grupos. A luta de representações tem tanta importância quanto as lutas do campo econômico, pois por meio delas os grupos podem impor seus valores e sua concepção de mundo (CHARTIER, 1990, p. 17).

No campo da História Cultural, destacam-se os estudos de práticas e representações. De acordo com Chartier (1990), as representações são sempre definidas pelos grupos sociais que as tecem. Por isso, é necessário estar sempre atento e relacionando os discursos com seus interlocutores. Cabe então ao pesquisador reencontrar essas representações e compreender suas particularidades. Todas as práticas e estruturas são perpassadas pelas representações, pois é por meio delas que as pessoas dão sentido ao mundo. Por isso,

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros para legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Assim, as representações estão sempre num campo de competições de poder e dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para a História Cultural, o significado de representações não abraça a ideia de que textos e imagens são reflexos imediatos da realidade. Por isso, muitos historiadores utilizam termos como “produção” e “construção” da realidade. Nesse sentido, as representações fazem com que os sujeitos percebam o mundo, sua existência e até mesmo a realidade de determinada forma, de modo que isso incide na sua conduta e práticas sociais. A representação, portanto, “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2005, p. 21). A mesma autora ainda aponta que:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo (PESAVENTO, 2005, p. 22).

As representações ganham força na medida em que mobilizam e produzem legitimidade e reconhecimento na sociedade. Nessa perspectiva, o mundo é entendido como sendo construído pelos diferentes grupos sociais. O grupo que tem maior força impõe valores e normas que moldam comportamentos, formam percepções e determinam os papéis sociais. Desse modo,

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele (PESAVENTO, 2005, p. 22-23).

É evidente que o historiador, como estudioso do passado, não tem acesso ao acontecido, mas às representações do que ocorreu, por meio de suas fontes. Ou seja, as fontes possibilitam interpretações das representações da vida dos homens do passado, que se tornam meio para que o historiador possa responder suas questões. De acordo com Burke (2008, p. 21): “[...] a tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”. Para isso, deve saber analisar e manter a postura crítica perante as fontes, perguntando-se qual a intencionalidade da produção daquela fonte, bem como possíveis objetivos de convencimento. Desse modo,

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2013, p. 131).

Em consonância com a História Cultural, buscou-se tratar da perspectiva da Nova História Política, pois a leitura das fontes possibilitou evidenciar aspectos políticos do contexto tratado, tendo em conta que o recorte temporal abrange o período do Estado Novo, regime fortemente centralizador e autoritário que promoveu censuras aos órgãos da imprensa escrita, fonte primária desta pesquisa. Conforme aponta Rémond (2003, p. 436), “os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”. Exemplo disso é o modo como a imprensa foi utilizada por Getúlio Vargas para propagar as ações de seu governo. Fica evidente com esse exemplo que “o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu status, regulamenta seu exercício” (RÉMOND, 2003, p. 447).

As décadas de 1930 e 40 foram marcadas pelo desenvolvimento da imprensa, consolidando a estrutura empresarial e tornando mais raros os jornais e revistas de curta duração. De acordo com Araújo (2008, p. 2), a principal causa dessa transformação na imprensa foi a I Guerra Mundial, pois nela “os periódicos tiveram participação decisiva e consolidaram a sua representação como espelho da sociedade”. Com o surgimento do rádio, o conceito de notícia foi modificado, o que fez com que os jornais buscassem o aprofundamento das notícias, já que não

poderiam concorrer com a velocidade do rádio. Essa expansão da imprensa escrita também foi decorrência do aumento do número de pessoas alfabetizadas no Brasil, que passou de 25% na década de 1920 para 57% na década de 1930, o que significa indiretamente o aumento do público leitor (ARAÚJO, 2008). A imprensa foi um meio bastante utilizado por Getúlio Vargas para cativar a população e fazer propaganda das obras do governo. Nesse sentido, Capelato (1988, p. 13), aponta que:

Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem [...]. Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e da liberdade, os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta [...]

No que se refere à propaganda política, o governo de Getúlio Vargas teve forte influência no Brasil. Essas propagandas tinham como características principais ideias tidas como simples para atingir as massas, como as repetições e o apelo emocional, com promessas ao povo. O uso desse tipo de propaganda é estratégico, principalmente em regimes ditatoriais que controlam os meios de comunicação. Dessa forma, o povo é mantido sob controle através de coerção e do aparato ideológico do Estado. Nesse contexto, o “uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista” (CAPELATO, 1999, p. 171).

Durante o Estado Novo, foram criados órgãos específicos de repressão. Assim, “só restava para a imprensa livre um recurso, o da clandestinidade, que foi este bastante usado” (SODRÉ, 1998, p. 382). A Constituição de 1937 “legalizou a censura prévia aos meios de comunicação” (CAPELATO, 1999, p. 171). Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, que dentre outras funções, controlava a imprensa. De acordo com Capelato, “a partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada” (CAPELATO, 1999, p. 173). As empresas jornalísticas deveriam ter registros concedidos pelo DIP.

Em seu governo, Vargas buscou estabelecer uma relação direta com o povo para ganhar seu apoio. Para isso, utilizou a imprensa para consultar os anseios populares, além de divulgar suas qualidades e as obras do governo. Nesse contexto,

a imprensa era obrigada a reproduzir os discursos oficiais, sendo que 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Merece destaque o fato de que o “controle da imprensa deu-se não apenas através da censura, mas também de pressões de ordem política e financeira”. (CAPELATO, 1999, p. 175). Assim, a propaganda política foi um dos pilares de sustentação do regime político. Ao mesmo tempo em que o governo exerceu a coerção, tentou também cooptar os órgãos da imprensa. Vargas, através do decreto-lei nº 910 de 1937 regulamentou a profissão de jornalista. Esse movimento de aparente contradição é apontado por Araújo (2008, p. 10), que explicita que “não podemos desconsiderar que o alinhamento dos jornais a uma linha editorial governista se deu também por vontade dos próprios produtores”.

Conforme explicitado anteriormente, Getúlio Vargas utilizou-se fortemente da imprensa para propagar o ideário de seu governo, incluindo o a questão educativa. Vargas acreditava que através da Educação poderia ser criado um novo homem para o Estado Novo, nesse sentido utilizou-se da imprensa para divulgar esse discurso educativo. No Estado Novo, a ideia era criar uma nova mentalidade, fortalecendo o nacionalismo e as questões voltadas ao trabalho. Nesse sentido, a educação era estratégica. Em momentos de política autoritária, a educação é utilizada como instrumento de controle, quando é a necessidade da ordem e da disciplina que define a que servirá a educação. A relação entre Exército e Educação busca formar uma mentalidade que faça com que o povo seja capaz de pensar militarmente. A educação então serviria como instrumento de preparação civil, evitando as doutrinas que eram consideradas perigosas (BOMENY, 1999). Nesse contexto, foi defendida para a juventude a educação pré-militar, através do projeto de Organização Nacional da Juventude, criado por Francisco Campos no Ministério de Justiça. A questão da formação da nacionalidade esteve presente no país desde o início do século XX, porém foi a partir da década de 1930 que esse movimento ganhou força, tendo as escolas um papel essencial na formação da consciência nacional. Assim,

Nacionalismo e pensamento autoritário caminhavam juntos no Brasil. O liberalismo era apontado como uma ideia exótica que refletia campanhas políticas européias e nort-americanas [...]. A concepção de realidade e sociedade, que se originava do nacionalismo e do anti-liberalismo, levava à responsabilização do Estado pela formação da nacionalidade e pela direção do povo. Este era considerado simplesmente como "massa" que deveria ser

orientada a seguir as elites, verdadeiro motor das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para chegar ao desenvolvimento (ABUD, 1998, p. 104).

Como se pode notar, ao contrário do século XIX, que foi marcado por revoluções e ideais de liberdade e individualismo, a metade do século XX foi marcada no mundo todo por regimes autoritários. Assim, a educação ganhou papel de destaque, pois é por meio dela que o homem se adapta às novas situações (BOMENY, 1999). Nesse sentido, a educação física e a educação moral e cívica tiveram papel fundamental, por isso constituíam-se em práticas no curso ginasial e nos cursos clássico e científico (BOMENY, 1999). A repressão do Estado Novo também afetou o magistério, sendo utilizados como instrumentos de punição, aposentadorias forçadas e exonerações (ALMEIDA, 1998).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas também pelas campanhas de alfabetização dos adultos. Essa preocupação surgiu com o censo nacional que mostrou que 55% dos analfabetos tinham mais de 18 anos, o que atrapalhava o processo de industrialização e modernização do país. Além disso, os analfabetos não poderiam ser eleitores. As campanhas de alfabetização contavam com o trabalho de voluntários e eram vistas como a salvação nacional. “A ideia era a de que se cada alfabetizado ensinar um analfabeto a ler, o analfabetismo mais rapidamente se extinguirá, tornando os indivíduos mais úteis à sociedade”. (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 83). Nesse sentido, de acordo com os mesmos autores, a educação de jovens e adultos visava a integração das massas ao processo político, sendo utilizada a imprensa na disseminação dessas ideias.

Conforme foi explicitado, a imprensa foi muito utilizada na tentativa de forjar uma identidade nacional, visando à formação cultural do povo, nesse sentido ela serviu como um meio educativo. Segundo Gonçalves Neto (2002, p. 205-206), a formação da opinião pública, divulgação de informações e o acesso à diversidade de opiniões “são colocados como elementos impulsionadores da civilidade, consequentemente do progresso do país, e da formação da nação”, elementos positivistas que estavam presentes nas décadas em questão. De acordo com Sodré (1999),

A imprensa, que até os anos 30-40 dependia de favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas

comerciais. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade (SODRÉ, 1999, p. 407).

O jornal é tido como um elemento de educação e civilização já que a maior parte da sociedade não tinha acesso a livros. Assim, com a popularização do jornal, diferentes camadas sociais tiveram acesso ao conhecimento e à rapidez da informação (LIMA SOBRINHO, 1997, p. 117). Por isso, “a imprensa apresentou-se como tradutora e formadora de ideias, dividindo com os setores educacionais o papel de doutrinadora” (ALMEIDA, 1998, p. 153).

É importante destacar que a História Política aqui utilizada não se refere a uma perspectiva histórica linear, elitista, narrativa, centrada apenas no Estado e nos feitos dos “grandes homens”, pois como aponta Rémond (2003, p. 20), “ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é portanto deter-se na aparência das coisas”. Nesse sentido, o Estado se apresenta como “o espaço último da decisão, como o nível onde todas as disputas sociais se decidem [...]” (BORGES, 1996, p. 14).

Relacionando a História Cultural com a Nova História Política, o pesquisador pode “recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes” (CAPELATO, 1996, p. 164-165), considerando as representações de poder dos diferentes grupos. Assim, relacionam-se “os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas” (BARROS, 2008, p. 11).

O poder político é parte interessada na construção da agenda midiática e no jogo de manipulação. Por isso, considerando essa relação entre mídia e política e como se trata da análise de jornais, neste estudo também é utilizado o Discurso das Mídias, de Charaudeau (2013). De acordo com o autor, analisar os discursos de informação é mais difícil do que abordar os discursos políticos, pois enquanto o político está intimamente ligado ao poder, a mídia pode se definir contra o poder e a manipulação. Entretanto, são utilizadas pelos políticos como meio de manipulação da opinião pública. A informação trata-se de uma questão de linguagem, e esta não é transparente, dando um sentido particular ao mundo. Se as mídias são espelhos, trata-se de vários espelhos deformantes, que atendem a objetivos específicos. Desse modo,

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2013, p. 39).

Partindo dessa vertente teórica, entende-se que o discurso não é a língua em si, apesar de ser ela que fabrica o discurso e este a modifique. Para além do uso das regras da língua, o discurso consiste na combinação da maneira pela qual se escreve com as circunstâncias em que se escreve, considerando a identidade de quem o faz e do destinatário, a relação e a intencionalidade de ambos, bem como o suporte da escrita. “Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 42). Desse modo, o acontecimento não tem significado sozinho, é preciso transformá-lo em discurso. Ainda de acordo com o mesmo autor, discurso e representação se interligam da seguinte forma:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza - uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (CHARAUDEAU, 2013, p. 47).

Para dar sustentação ao processo de compreensão do objeto de pesquisa, tomando como referência a História Cultural, alguns aspectos da Nova História Política e Discurso das Mídias, foram buscados trabalhos na revisão de literatura que estivessem relacionados ao tema e/ou utilizassem algum desses suportes teóricos. Desse modo, no processo de revisão da literatura foi realizado o levantamento de trabalhos que estivessem relacionados às temáticas: imprensa e educação, discursos midiáticos, representação dos professores, feminização do magistério, vocação, profissionalização, remuneração e formação docente.

A pesquisa de revisão foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como no PPGE

da UEPG. De acordo com Slotuk (2015), os trabalhos que utilizam dados da imprensa são frequentes, mas na maioria das vezes retratam os jornais apenas como um apoio para a investigação. Em seguida, há um quadro com os principais trabalhos utilizados nesta dissertação:

Quadro 1 - Teses e dissertações utilizadas na pesquisa

| Ano  | Autor                                  | Título                                                                                                                                      | Tipo        | Inst.   |
|------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------|
| 2002 | Manoel Pereira da Rocha Neto           | <i>Jornal das Moças (1926-1932): Educadoras em manchete</i>                                                                                 | Dissertação | UFRN    |
| 2003 | Tania Mara Grassi                      | <i>As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX</i>                       | Dissertação | PUC-PR  |
| 2004 | Maria Isabel Moura Nascimento          | <i>A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR</i>                                                                              | Tese        | UNICAMP |
| 2007 | Raquel Discini de Campos               | <i>Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história</i>                                                       | Tese        | UNESP   |
| 2010 | Eliezer Felix De Souza                 | <i>Intelectuais, Modernidade E Discurso Educativo No Jornal “Diário Dos Campos” (1907-1928)</i>                                             | Dissertação | UEPG    |
| 2011 | Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena | <i>Imprensa e Educação: Um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930-1945)</i>                                       | Tese        | UFU     |
| 2012 | Katia Zanvettor Ferreira               | <i>Quando o professor é notícia? Imagens de professor e imagens do jornalismo</i>                                                           | Tese        | USP     |
| 2013 | Nilvan Laurindo Sousa                  | <i>O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (dê)mistificação de Julia Waderley</i>                                   | Dissertação | UEPG    |
| 2014 | Cyro Luiz dos Santos Bosco             | <i>A análise dos discursos educacionais por meio dos jornais de São João Del-Rei (1900-1920)</i>                                            | Dissertação | UFSJ    |
| 2016 | Franciele Machado                      | <i>Sobre as dimensões da representação histórica na obra de Roger Chartier: Das relações teóricas à instrumentalização da representação</i> | Dissertação | UFRGS   |

Fonte: Dados trabalhados pela autora (2019).

Em sua tese defendida em 2012 na USP, denominada “Quando o professor é notícia? Imagens de professor e imagens do jornalismo”, Katia Zanvettor Ferreira (2012), analisou as representações de professores na imprensa escrita, utilizando a análise de discurso no estudo do campo jornalístico. Essa pesquisa traz elementos importantes para se pensar o campo jornalístico relacionado às notícias sobre os professores, bem como a análise de discurso.

Em “Imprensa e Educação: Um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930-1945)”, tese defendida em 2011 na UFU, Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena (2011) problematiza o pensamento educacional de alguns

jornais locais, fazendo um histórico da imprensa no Brasil e sua importância cultural. É um estudo interessante por destacar alguns pressupostos teóricos linguísticos e por relacionar a educação à política, em um recorte temporal semelhante ao adotado nesta pesquisa. “A análise dos discursos educacionais por meio dos jornais de São João Del-Rei (1900-1920)” (BOSCO, 2014), dissertação defendida em 2014 na UFSJ, analisa a educação no regime republicano, a instrução primária em Minas Gerais e utiliza o jornal como fonte primária, relacionando com a imprensa brasileira e a história da educação. Esse trabalho trouxe grandes contribuições ao apontar as ideias republicanas para a educação, que é um dos destaques desta dissertação.

Também se destacam os trabalhos que enfatizam o papel da mulher, como os trabalhos “Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história”, tese defendida em 2007 na UNESP por Raquel Discini de Campos, em que a autora analisou em alguns jornais locais as temáticas referentes à apropriação feminina dos espaços públicos e a educação de crianças do sertão de Araraquara. “As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX”, dissertação defendida em 2003 pela PUC de Curitiba, em que Tania Mara Grassi analisa a feminização do magistério e a trajetória de algumas normalistas; e “Jornal das Moças (1926-1932): Educadoras em manchete”, dissertação defendida em 2002, na UFRN, por Manoel Pereira da Rocha Neto, estudou o jornal das Moças escrito por três mulheres, analisando as práticas de escrita, o debate educacional e a questão de gênero.

Para auxiliar no debate regional sobre a educação, foram utilizadas as seguintes pesquisas: “A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR”, tese defendida em 2004, na UNICAMP, por Maria Isabel Moura Nascimento, que buscou compreender a instituição da escola normal de Ponta Grossa, analisando o contexto dos Campos Gerais, o trabalho do professor e a criação dos grupos escolares; “O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (dê)mistificação de Julia Wanderley”, dissertação defendida em 2013 na UEPG por Nilvan Laurindo Sousa, realizou um estudo da figura intelectual, e também analisou o papel da imprensa, abarcou a educação da mulher, os ideários republicanos e o discurso de modernidade; e por fim, o trabalho de Eliezer Felix De Souza (2010), dissertação denominada Intelectuais, Modernidade e discurso educativo no jornal “Diário Dos Campos” (1907-1928), que investigou o principal jornal da cidade de Ponta Grossa, fazendo o levantamento de seu histórico, analisando o papel dos

intelectuais e como a educação era vista nessa época. Seu trabalho auxiliou esta pesquisa ao trazer alguns elementos da cidade no início do século XX, bem como com informações do Diário e do debate educacional.

Por fim, foi utilizada a dissertação defendida em 2016 por Franciele Machado, denominada “Sobre as dimensões da representação histórica na obra de Roger Chartier: das relações teóricas à instrumentalização da representação”, estudo que auxiliou na compreensão da teoria de Chartier, bem como mostrou a relevância e atualidade do conceito de representação por ele utilizado.

Além das teses e dissertações, muitos artigos contribuíram para a realização da pesquisa, como “Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica” (ARAÚJO, 2008), “A formação de professores: notas sobre o pensamento educacional de Anísio Teixeira” (BARBOSA; JARDILINO, 2012), dentre outros.

O trabalho de dissertação está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo foi tratado a relevância do estudo da imprensa, considerando o jornal como importante fonte histórica, relacionando no contexto histórico a educação e a imprensa. Na sequência, foi realizada uma análise da imprensa escrita em Ponta Grossa, destacando as principais características do jornal Diário dos Campos.

No segundo capítulo foi realizada uma análise propriamente das representações dos professores no Diário. Foram consultadas 31 reportagens escolhidas no jornal, que discorrem sobre os professores. O capítulo está dividido em três partes: na primeira foram analisados os discursos cívicos e morais que perpassaram as representações dos professores, destacando as contribuições do regime republicano. No segundo tópico, foi analisado o debate da formação e do trabalho docente, evidenciado o processo de feminização do magistério. Por fim, procurou-se perceber as relações entre o poder político e a remuneração e condições de trabalho dos professores a partir da imprensa escrita em Ponta Grossa – PR.

## **CAPÍTULO 1**

### **O DEBATE EDUCACIONAL A PARTIR DA IMPRENSA ESCRITA EM PONTA GROSSA - PR**

“A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes”.  
(CAPELATO, 1988, p. 13)

O capítulo tratou da relevância do estudo da imprensa escrita, abordando características fundamentais do estudo do jornal enquanto fonte primária. Tomou-se como foco de análise a educação e a imprensa no período de 1932 a 1950, objetivando compreender as representações dos professores nas páginas do Diário.

#### **1.1 O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA NO ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES**

Ao se utilizar o jornal como fonte primária de estudo, levou-se em consideração o movimento das ideias e dos personagens que constituíam as páginas do jornal. O jornal escolhido para estudo, o “Diário dos Campos”, circulou significativamente na sociedade ponta-grossense no período delimitado. Era um jornal típico de uma cidade do interior, criado em 1907 com o nome de “O Progresso”, tendo seu nome alterado em 1913, além disso era feito artesanalmente. Teve diversos proprietários, como Jacob Holzmann, José Couto, Hugo dos Reis, Elyseu Campos Melo, Vitor Antônio Batista e José Cadilhe. Em 1931 foi adquirido por Juca Hoffmann, figura atuante tanto na área jornalística como política. Chaves (2001, p. 33) indica que na “[...] década de 1930, em Ponta Grossa, coube importante papel à imprensa escrita em relação à fixação de representações aceitas pela sociedade em geral”.

Conhecer a trajetória do proprietário e editor do jornal é de extrema relevância para se compreender a fonte trabalhada, pois, conforme aponta Capelato (1988, p. 14): “[...] o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?”.

A vida cotidiana registrada nas páginas do jornal permite compreender o modo de vida de um determinado contexto, obtendo informações tanto sobre os sujeitos ilustres quanto os anônimos (CAPELATO, 1988). É nesse sentido que o

estudo do jornal nos ajuda a compreender discursos e representações sobre os professores, como no caso deste trabalho, durante as décadas de 1930 a 1950, na cidade de Ponta Grossa – PR. O documento é aqui entendido como

[...] resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse processo resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade (CAPELATO, 1988, p. 24).

A informação midiática se dá num processo de reconstrução do mundo por meio do discurso, isso significa que não é um reflexo imediato do espaço público. Desse modo, os acontecimentos não são transmitidos nos jornais em seu estado bruto, pois se tornam objetos de racionalização. Assim, a mídia impõe aos sujeitos uma visão de mundo que é previamente articulada, mas que é apresentada como se fosse uma visão natural do mundo (CHARAUDEAU, 2013). É por isso que se faz importante buscar compreender quem são os sujeitos envolvidos no processo de escrita das notícias e quais os interesses que os movem.

De acordo com Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002), a utilização da imprensa nas pesquisas educacionais avançou bastante durante a década de 1990, se mostrando um corpus documental tão importante quanto o estudo das instituições escolares. Esse tipo de pesquisa contribui com a história da educação ao analisar os rastros deixados pelo pensamento educacional vigente nas décadas estudadas, tanto no Brasil quanto em nível regional. Desse modo, faz-se uma análise histórica utilizando os próprios discursos do contexto. Na esteira do pensamento de Araújo (2002, p. 94), concordamos que “toda e qualquer atividade de imprensa é compreensível somente em vinculação com o meio social do qual ela é um produto”. Por isso, neste trabalho a sociedade e a imprensa serão os eixos norteadores da análise.

A contribuição do campo jornalístico é a de que “enquanto lugar de fala legitimado sobre a realidade contribui para a definição de papéis e a afirmação de valores e sentidos na sociedade” (DARDE, 2013, p. 6). Nesse sentido, os jornais, assim como outros tipos de periódicos, são importantes fontes históricas por conter em suas páginas discursos que constituíram o campo educacional das décadas estudadas, além de fornecerem “uma gama de informações sobre o contexto

histórico em que foram produzidos, registrando acontecimentos, posicionamentos políticos e culturais de seus respectivos produtores sociais” (SIMÃO, 2015, p. 6).

Existem duas grandes áreas de estudo que relacionam a Imprensa com a História, segundo Zicman (1985): a História da Imprensa, que tem como objetivo entender as principais características da imprensa em determinada época; e a História através da Imprensa, que é uma área de estudo que tem como fonte primária a imprensa, sendo esta última utilizada nesta pesquisa.

Ao se estudar a imprensa, é preciso ter clareza que os conteúdos dos jornais não se pautam pela neutralidade, pois refletem as convicções dos editores, proprietários, e/ou jornalistas, e até mesmo de forças políticas, e são influenciados pelas ideias dominantes de determinada época. Porém, também não podem ser descartados como objeto de estudo devido à subjetividade que o perpassa. Para Chartier (2011, p. 16):

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação.

Isso não significa a anulação das práticas dos discursos e suas representações. Cabe então ao pesquisador tentar “captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (CAPELATO, 1988, p. 21), procurando entender que seus produtores são “sujeitos dotados de consciência determinada na prática social” (CAPELATO, 1988, p. 21). A imprensa pode se constituir como um meio de manipulação das massas. Nesse sentido, é preciso compreender o contexto social, quem eram os donos do jornal, quem escrevia as notícias, a qual público se destinava etc. Segundo Costa (2013, p. 37),

[...] é preciso considerar que produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos, e esses contextos se caracterizam por relações de poder relativamente estáveis e por um acesso diferenciado aos diversos discursos produzidos institucionalmente. E, sendo a notícia o resultado pretendido do processo jornalístico de produção de informação, diz-se que ela indicia os aspectos da realidade que refere, ocupando-se dos fatos e de sua representação, que nasce da interação entre vários discursos.

Os conteúdos dos jornais são carregados de intenções, sendo utilizados diversos modos de manipulação das informações. De acordo com Darde (2013, p. 6), os editores dos jornais “organizam esse conteúdo de acordo com um conjunto próprio de estratégias comunicativas. Ao definir essas estratégias, o jornalismo cria e reforça representações do discurso social hegemônico”. Assim, “um dos pressupostos da atividade jornalística é o de fornecer o maior número de informações possíveis acerca de um fato para que o público tire suas próprias conclusões” (DARDE, 2013, p. 6).

A imprensa é uma grande fonte de dados de um período histórico, e pode ser até mesmo a única fonte, em alguns casos, para a reconstituição histórica, por permitir o acesso aos modos de vidas, manifestações culturais e jeitos de pensar. Dentre as vantagens de se utilizar a imprensa, Zicman<sup>4</sup> (1985), destaca três: a periodicidade, pois os jornais são arquivos do cotidiano que registram a memória do dia-a-dia; a disposição espacial da informação, que permite inserir o fato histórico num contexto mais abrangente, com as outras notícias; e os tipos de censura, que no caso dos jornais são apenas imediatos e instantâneos.

O campo jornalístico possui especificidades, como modos de organização da informação que visam atrair a atenção do público leitor. Dentre as estratégias utilizadas está a narrativa estereotipada, que faz com que os textos possam ser compreendidos pelo maior número de pessoas, independente de grupo social, opção política e formação cultural, visando conquistar a audiência. Assim, “produzir notícias é trabalhar com acontecimentos, reconstruí-los discursivamente e publicizá-los” (DARDE, 2014, p. 10).

Como a imprensa não é neutra e todo jornal possui um filtro próprio, para se realizar a análise dos jornais é importante saber as principais características do órgão da imprensa utilizado. Uma das estratégias discursivas utilizada por jornais é a potencialização de notícias, sendo esta utilizada por Juca Hoffmann no Diário dos Campos, quando este optava por colocar uma manchete grande na primeira página do jornal, mesmo que a continuidade da matéria ocorresse nas próximas páginas.

O Diário possuía de 4 a 8 páginas, nas décadas pesquisadas. De modo geral, a primeira página era destinada à economia e à política, enquanto que

---

<sup>4</sup> O texto de Zicman é uma das referências clássicas no estudo da imprensa no Brasil.

assuntos como a educação tinham pouca visibilidade, consistindo em notas pequenas e que raramente apareciam na primeira página. A maioria das notícias não possuíam assinaturas, mas sabe-se que a linha editorial era conduzida por Juca Hoffmann. Segundo Charaudeau (2013, p. 38), toda informação que aparece no jornal passa por um tratamento, que é

[...] a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir. Nesse processo, está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. A cada momento, o informador deve perguntar-se não se é fiel, objetivo ou transparente, mas que efeito lhe parece produzir tal. A linguagem é cheia de armadilhas. Isso porque as formas podem ter vários sentidos (polissemia) ou sentidos próximos (sinonímia).

Capelato (1988, p. 17), defende que no que se refere à apresentação do jornal “a técnica e o conteúdo do título são muito importantes. Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito”. É utilizada na imprensa uma linguagem específica referente à produção jornalística, que é composta por “três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes...), a expressão icônica<sup>5</sup> (fotos, desenhos) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal)” (ZICMAN, 1985, p. 90). A mesma autora ainda aponta que devem ser respeitados dois critérios básicos: os textos devem pertencer a uma mesma categoria de imprensa, que no caso desse estudo é o Diário dos Campos, e devem ter um referente constante, que aqui diz respeito à temática “representação de professores”.

A relevância do estudo dos jornais se deve à constatação de que eles “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CARVALHO, 2005, p.149). Assim, ao se analisar o jornal deve-se levar em conta tanto o contexto social quanto fazer uma análise da linguagem, pois este “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as

---

<sup>5</sup> O termo expressão icônica vem sendo utilizado atualmente como “expressão visual” ou “expressão por imagens”.

relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2010, p. 536). É preciso considerar que a informação não existe por si mesma, dotada de total objetividade e independente da ação humana. Ela é pura enunciação e construção. O editor do jornal escolhe o que vai pôr em discurso e escreve para um público alvo ideal. Entretanto, não sabe qual o público atingido de fato e nem se a informação alcançou o efeito pretendido, visto que cada pessoa possui suportes de interpretação diferentes, e não existe uma única interpretação correta, mas sim possíveis interpretativos (CHARAUDEAU, 2013).

A disputa pelo espaço da imprensa ocorre porque é principalmente por meio da imprensa que as representações se consolidam, afinal “o discurso jornalístico tem o poder de nomear e consagrar sujeitos, instituições, políticas e estratégias” (DARDE, 2013, p. 14). O mesmo autor ainda aponta que “o campo jornalístico possui uma relativa autonomia em relação ao poder político e à sociedade civil, pois é o palco de onde se narram os acontecimentos” (DARDE, 2013, p. 7), todavia o Estado também busca utilizar-se do meio midiático para legitimar suas ações e difundir determinada ideologia. Mídia e política se confundem nas páginas do Diário, e Juca Hoffmann é uma figura central nesta relação. Este é um assunto que merece destaque nesta pesquisa, por isso, na sequência será analisado o desenvolvimento da imprensa escrita em Ponta Grossa, destacando-se algumas características do jornal estudado.

## 1.2 A IMPRENSA ESCRITA EM PONTA GROSSA: UMA ANÁLISE DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS

A formação histórica de Ponta Grossa insere-se no que se pode delimitar por Paraná Tradicional, bem como pela noção de comunidade<sup>6</sup>:

Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná Tradicional**, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio de gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná Moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e

---

<sup>6</sup> Três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram comunidades regionais que hoje constituem o Paraná.

interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais [...] (WESTPHALEN; CARDOSO, 1986, grifos dos autores).

Assim, pode-se dizer que a formação histórica de Ponta Grossa e dos Campos Gerais está entrelaçada, de forma especial, ao desenvolvimento de atividades econômicas da região como a criação e comércio de gado, com base numa estrutura latifundiária, o que demarca, certamente, seu caráter político conservador.

Em fins do século XIX e início do século XX, a cidade já se urbanizava, contando com bandas musicais, cinema, luz elétrica, hospital, dentre outras questões de civilidade urbana. Nesse contexto, a urbanização diz respeito ao reordenamento da população por meio de elementos relacionados ao poder e sua “carga simbólica”, o que se traduz na própria percepção de imaginário social. De acordo com Baczko (1985, p. 313),

[...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projecção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se à periferia, o “acima” opõe-se ao “abaixo”, etc.). A arquitectura traduz eficazmente, sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais “nobres”, etc.

A cidade de Ponta Grossa expandiu-se com a construção da Estrada de Ferro do Paraná em 1893, ligando-se à capital do estado e ao litoral, e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que iniciou em 1896. A ferrovia propiciou o aumento do número de habitantes da cidade, vindos de outros estados do Brasil e também de outros países, o que acelerou o desenvolvimento econômico de Ponta Grossa e dos Campos Gerais<sup>7</sup>. De acordo com Ditzel (2004, p. 73):

A estrada de ferro dinamizou as potencialidades comerciais decorrentes da localização estratégica da cidade. Ponta Grossa vinculada às tradições campeiras tornou-se pólo regional sob o signo do novo: a estrada de ferro, o imigrante estrangeiro, novos hábitos e costumes.

<sup>7</sup> Em estudo de dissertação, Mayer (2015) aponta que a região dos Campos Gerais contempla 17 municípios: Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Ortigueira, Palmeira, Piraí dos Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, Candido de Abreu e Curiúva. Maack (1991) define os Campos Gerais como uma região que se estende da fronteira do Santa Catarina até o limite com o estado de São Paulo, contemplando aproximadamente 19.060 km<sup>2</sup>, caracterizada pela criação intensiva de gado bovino.

Assim, a estrada de ferro “dinamizou as potencialidades comerciais decorrentes da localização estratégica da cidade. Ponta Grossa vinculada às tradições campeiras tornou-se pólo regional sob o signo do novo: a estrada de ferro, o imigrante estrangeiro, novos hábitos e costumes” (DITZEL, 2004, p. 73). A mesma autora ainda aponta que

Entre 1920-1945 a cidade se firmou como pólo regional no Paraná, exercendo grande influência na sua área geo-econômica. Ocupou a posição de segunda cidade do Estado, contando com 38.417 habitantes (Censo de 1940), dos quais 74,5% fixados no meio urbano. A cidade apresentava um cenário moderno no que se refere às construções públicas ou privadas, e sua posição de destaque se concretiza com a criação do Bispado em 1926, cuja diocese compreendia doze paróquias (DITZEL, 2004, p. 82).

Ao final da década de 1930, Ponta Grossa contava com 263 indústrias e 862 casas comerciais (OLIVEIRA, 2004). De acordo com Pinto e Gonçalves (1983, p. 82), “Ponta Grossa em 1890 possuía 4774 habitantes; em 1900, 8335 habitantes chegando a atingir, em 1920, a proporção de 20.171 habitantes”. Nesse contexto, “diferentes discursos eram produzidos objetivando arregimentar adeptos para as causas defendidas” (CHAVES, 2001, p.2). Segundo Silva (1994, p. 01), “[...] Ponta Grossa se firma como pólo regional no Paraná exercendo profunda influência na região”. A localização de Ponta Grossa era privilegiada, pois era um centro de confluência entre os centros políticos e as principais regiões econômicas. Nesse contexto,

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade. Em função destas transformações, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade” (ZULIAN, 1998, p. 40).

Em 1940, a população total da cidade de Ponta Grossa era de 32.786 habitantes, sendo 29.360 na zona urbana e 3.426 na zona rural, o que mostra como Ponta Grossa já podia ser tratada como uma cidade urbanizada. Desse total de habitantes, 23.542 sabiam ler e escrever. Em comparação ao estado do Paraná, que contava com 444.382 pessoas alfabetizadas, Ponta Grossa representava 5,3% desse percentual (IBGE, 1950).

Dentre os costumes sociais dos ponta-grossenses estava a ida frequente ao cinema e ao circo. Além disso, as praças também eram locais bem frequentados, visto que eram nesses espaços que se realizam as celebrações religiosas e as comemorações cívicas (CHAVES, 2001).

Desde o início do século XX, Ponta Grossa contava com intelectuais que participavam do meio cultural local, organizando revistas literárias e artigos de jornais. O ponto de encontro desses intelectuais era a Livraria Casusa, que ficava localizada na rua XV de Novembro. Esses sujeitos letrados buscavam a construção de uma identidade paranaense, com vistas a abandonar os hábitos provincianos. Entretanto, o ideal de cidade civilizada se contrapunha com a imagem de Ponta Grossa como uma cidade que ainda precisava de muito investimento, em diversos setores. De acordo com Zulian (2009, p. 122):

Essas representações de modernidade estão relacionadas à construção de uma ideologia do progresso que, nos momentos de consolidação do regime republicano, passou a ser veiculada em caráter nacional. Ordem, progresso, urbanização, modernização, são sentimentos, aspirações e valores presentes nos escritos da intelectualidade da época e que integravam um projeto de nação.

Ponta Grossa vai então se consolidando como uma cidade progressista e acolhedora, preocupada com questões de ordem educacional e intelectual (ZULIAN, 1998, p. 53). Nesse cenário, “o jornal, o cinema, o rádio e o teatro foram determinantes na produção e disseminação das culturas de massa urbanas” (CHAVES, 2001, p. 96). Assim, “a tradição musical permaneceu com as bandas e orquestras, e principalmente pela criação da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI)” (DITZEL, 2004, p. 87). Em relação à rádio, destaca-se a Rádio Clube Ponta-grossense (PR-J2), criada em 1940, sendo a segunda rádio fundada no Paraná e a primeira do interior do estado (DAHNE, 2015).

O desenvolvimento da imprensa em Ponta Grossa teve forte influência com a instalação das estradas de ferro e da vinda dos imigrantes para a cidade. Ponta Grossa passa a ganhar destaque no Paraná, tanto no cenário político quanto econômico por sua urbanização, sendo que a imprensa acompanha e contribui com esse processo de mudanças na cidade. Os jornais, nesse contexto, eram utilizados por diversos grupos para “expressar suas idéias, vender elogios à cidade,

potencializar a cultura ou criticar o poder vigente através das páginas impressas” (PONTES; GADINI, 2005, p. 6).

O jornalismo político partidário era muito recorrente, pois sem o apoio dos políticos os jornais não tinham verbas para se manter, visto que os anúncios e assinaturas não eram suficientes. Esse era um dos motivos da curta duração de determinados jornais. De acordo com Holzmann (2004, p. 261), até o final do século XIX, “se se cogitava de dar à terra Pitangui um jornal, todas as empreitadas haviam de esmorecer fatalmente, por falta de amparo da própria população, indiferente aos impulsos do pensamento”. De 1893 a 1940 estima-se que entre revistas, jornais e folhetins houve 100 veículos de notícias, entre “jornais literários, humorísticos, religiosos, estudantis, operários, etc. (PONTES, GADINI, 2005, p.7)”.

Em 1904, sob a direção de Aldo Silva, surge o jornal “O Comércio”, que por não conseguir apoio político e patrocinadores, foi vendido a Jacob Holzman em 1907, que renomeou o jornal como “O Progresso”. De acordo com Holowate, (2016, p. 8) Jacob Holzmann, “[...] teve uma grande importância na política pontagrossense. Holzmann foi membro de uma burguesia atuante na cidade, um dos fundadores da *Companhia typographica pontagrossense*, personagem influente das discussões políticas locais”, além de ter sido maestro da banda Lyra dos Campos. O Progresso é considerado oficialmente o primeiro jornal de Ponta Grossa, devido à vida efêmera dos jornais que circularam antes dele, e Jacob Holzmann ficou conhecido como o fundador da imprensa de Ponta Grossa. Segundo Ditzel (2004, p. 68), “O Progresso surgiu timidamente, semanário, tiragem inicial de quinhentos exemplares, poucas páginas. Publicava crônicas e poemas de colaboradores sem vínculo empregatício que abrangiam temas diversos”. De acordo com Holzman (2004, p. 286), “O Progresso continuou circulando até fins de 1912, passando a ser *Diário dos Campos* e ostentando o subtítulo de *Ex-O Progresso* a partir de 1º de janeiro de 1913, ainda com tiragem vespertina”. Jacob Holzman foi proprietário do jornal até 1911, e atuou como gerente até 1914.

Em 1911, Holzmann faz uma sociedade com José Couto, mas posteriormente vende sua parte do jornal a Eliseu de Campos Melo (PONTES; GADINI, 2005). Segundo Souza (2009, p. 77),

A virada na história jornalística da cidade e da história do jornal aconteceria de fato, com a chegada de Hugo dos Reis<sup>8</sup>. Ele foi o primeiro anunciante do jornal. Experiente na área jornalística nos grandes centros urbanos, a iniciativa publicitária foi um marco singular de Reis e mudou a configuração estilística do jornal. A partir de então poderiam ser vistos em suas páginas os principais nomes do comércio, indústria e personalidades da cidade.

Hugo dos Reis tornou-se redator do jornal em 1908, proprietário em 1915 e permaneceu até 1921. Durante esses anos, o jornal enfrentou várias crises financeiras (SOUZA, 2009), devido à falta de apoio político. No dia 22 de outubro de 1921, a firma Cadilhe & Cia. Ltda, que era composta por Eliseu de Campos Melo<sup>9</sup>, Vitor Antônio Batista<sup>10</sup> e José Cadilhe<sup>11</sup>, comprou o jornal. Fato interessante é que o subtítulo Ex-O Progresso, que estava no cabeçalho desde 1913, foi excluído (Holzman, 2004).

Por fim, em 1928, José Cadilhe deixou a direção do jornal e a empresa foi assumida por Campos Mello. Elyseu Campos Mello a gerenciou até 1931. Desse momento em diante, o jornal passou a vivenciar um período de certa estabilidade, sob a coordenação de Juca Hoffmann ou José Hoffmann (SOUZA, 2009, p. 79).

De acordo com Pontes e Gadini (2013, p. 9), o jornal teve dificuldades financeiras durante muito tempo, sendo que mal dava para pagar o salário dos funcionários. “Pode-se afirmar que o jornal sobreviveu pelo que representava e não por lucratividade”. Em 1931, José Hoffmann (mais conhecido como Juca), adquire o jornal. O jornalismo em Ponta Grossa durante muito tempo foi marcado por sua relação com a gestão política local, e isso pode ser atestado pela trajetória de Juca Hoffmann, que foi vereador, deputado e prefeito da cidade. Assim,

O que fica claro é que existem muitas forças que perpassam o jornalismo, como a política, a religião, a medicina, a escola, a ordem etc. Mas, ao fazer

---

<sup>8</sup>Hugo Mendes de Borja Reis (1884-1934) nasceu no Rio de Janeiro, residiu em Ponta Grossa e participou ativamente da vida política e cultural pontagrossense. Era um sujeito com ideias anticlericais e socialistas. Depois que deixou Ponta Grossa tornou-se funcionário público em São Paulo. Quando esteve à frente do Diário propagou, dentre outras abordagens, a doutrina espírita (DITZEL, 2004).

<sup>9</sup> Elyseu de Campos Melo (1856-1934) foi vereador, deputado estadual e prefeito de Ponta Grossa. Formado em Direito, atuou como advogado e foi proprietário de terras, pecuarista e madeireiro. (DITZEL, 2004).

<sup>10</sup> Vitor Antonio Batista (1880-1950) vinha de uma família de fazendeiros e foi prefeito de Ponta Grossa de 1924-1928. (DITZEL, 2004).

<sup>11</sup> José Cadilhe (1874-1942) trabalhou com jornais em Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Pertenceu à Academia Paranaense de Letras, escreveu poemas e fundou o jornal “A Cidade”. Foi Secretário da Câmara Municipal, e sempre esteve envolvido com a política (DITZEL, 2004).

parte do discurso jornalístico, estas forças se vestem de uma outra roupagem, das características próprias do jornal. (PONTES; GADINI, 2005, p.3)

De acordo com Costa (2013), todo discurso é construído em um tempo e lugar histórico, pois quando um sujeito fala seu discurso representa o conjunto de outras vozes, num lugar social. Por isso, ao analisar o discurso jornalístico é preciso considerar sua situação de comunicação “já que nesse lugar a fala é criada por alguém, a partir de um direito reconhecido. No jornalismo, o discurso noticioso, que passa por verdadeiro e que veicula saber institucional, é gerador de poder” (COSTA, 2013, p. 35). Nesse sentido, é preciso considerar a posição do jornalista, pois sua posição incide na organização do discurso.

Entendeu-se que o conteúdo dos jornais ponta-grossenses era marcado pelo posicionamento político de seus diretores, sendo necessário abordar sobre alguns pontos da trajetória de Juca Hoffmann e a sua atuação no Diário dos Campos durante o tempo em que esteve à sua frente, de 1931 a 1963, ainda que tal período avance no recorte temporal da pesquisa.

### 1.3 A TRAJETÓRIA DE JUCA HOFFMANN A PARTIR DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS

Pode-se compreender a trajetória de Juca Hoffmann tomando como pressuposto o argumento de Capelato (1988, p. 21) de que “a categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”. A mesma autora ainda aponta que “a análise da fonte-jornal pressupõe a realização dessa tarefa. Ao invés de se perguntar se as ideias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para que? Como e quando?” (CAPELATO, 1988, p. 24).

Juca Hoffmann nasceu em 1904, sendo filho de um imigrante russo-alemão que se destacava no comércio da região. Os anos em que Juca Hoffmann esteve à frente do Diário foram marcados pelo questionamento e pela denúncia. Pécaut (1990) afirma que no período histórico de 1925 a 1940, os intelectuais brasileiros se preocupavam com os problemas da identidade nacional, pois o povo brasileiro ainda não estava constituído politicamente, contribuindo com a formação de uma cultura da nação. A legitimidade também ocorria pelo fato desses homens letrados

possuírem um conhecimento que era valorizado por uma vasta gama da sociedade. Nesse sentido, o mesmo autor ainda aponta que três eram os principais perfis dos intelectuais da época: os engenheiros, os advogados e os homens de cultura, em que se insere o intelectual aqui estudado.

A relação de Juca Hoffmann com o Diário dos Campos iniciou quando o jornal ainda pertencia à Elyseu de Campos Mello. Ele começou na área jornalística em um momento em que o jornal passava por uma grave crise financeira, visto que o “número de assinantes e de publicidade era insuficiente, e o sucateamento dos equipamentos, que vinha de décadas, chegara ao seu limite” (BUCHOLDZ, 2007, p. 86). Campos Mello vende então o Diário para Juca Hoffmann.

De acordo com Chaves (2001, p. 47), no piso inferior do sobrado em que morava ficava a casa comercial que atendia aos moradores locais com artigos finos, como alimentos, tecidos, etc. A sede do Diário dos Campos ficava na rua Dr. Collares, n. 372, o mesmo local onde por muitos anos funcionou a Casa João Hoffmann. A recepção e a redação ficavam na parte de cima, e a residência do mesmo era ao lado do jornal, no n. 358. Muitas vezes, a casa e o jornal viravam uma coisa só. Ambos estavam de portas abertas para receber quem quer que fosse, em qualquer horário, criando um grande lastro de amizade com a população (BUCHOLDZ, 2007, p. 94-95).

Juca Hoffmann apontava em seus escritos o que seriam os pontos positivos e negativos da cidade, escrevendo notícias a partir do que observava no cotidiano ponta-grossense. “José Hoffmann, via Diário dos Campos, atuava, com sucesso, no campo imaginário coletivo dos ponta-grossenses [...] dessa forma, o jornal colaborava para fixar determinadas representações junto aos ponta-grossenses na década de 1930” (CHAVES, 2001, p. 3).

A partir da década de 1930, quando o jornal passou a ser propriedade de Juca Hoffmann, o Diário dos Campos sofreu mudanças, tornando-se parte de “um jornalismo mais comprometido com os fatos cotidianos, interpretado por linguagem direta, ágil, realista embora também marcadamente polêmica e influenciada pela opinião do proprietário” (BUCHOLDZ, 2007, p. 81). O jornal era composto de anúncios, notícias políticas nacionais e regionais, serviços profissionais, esportes, etc. A maioria dos artigos não tinham continuidade, sendo notas únicas. De acordo com Costa:

O jornal é uma grande loja, com produtos diversificados, separados em estantes e linhas. Partindo dessa ilustração, a primeira página de jornal comporta-se, portanto, como uma vitrine, com amostras dos produtos do interior da loja (no jornal, o conteúdo das páginas internas). Motivados por essa analogia, perguntamo-nos então quais os critérios que transformaram aquele fato em notícia e ainda rendeu-lhe uma “bonita roupa” na capa? Que valores incidiram sobre o produto para que obtivesse tamanha visibilidade? Ou ainda, por que nenhuma amostra, mesmo discreta, foi apresentada sobre aquele outro fato? Estas são apenas algumas, entre tantas indagações recorrentes sobre o trabalho de seleção e construção das notícias (COSTA, 2013, p. 42).

A escrita de Juca Hoffman era demarcada pela preocupação em relacionar o contexto local com a realidade nacional<sup>12</sup>. Ficava claro seu engajamento político. O jornal tinha correspondentes em várias cidades do Paraná, e em Ponta Grossa, 4 repórteres eram responsáveis pelas notícias: Joãozinho Hoffmann, Abelardo Flores e os irmãos Rosalvo e Anésio Barros. Em relação às notícias internacionais ou de outros estados brasileiros, estas vinham através do telégrafo. No que concerne à forma gráfica, “a primeira página trazia matérias corridas, sempre com uma manchete que destacava um assunto da realidade local, nacional ou mesmo internacional” (PONTES; GADINI, 2005, p. 12). Além disso,

As notícias sobre Ponta Grossa abordavam questões relativas à sociedade, aos esportes, às formas de lazer, às manifestações culturais, aos casos de polícia e, em especial, ao dia-a-dia da política local. As notícias nacionais e internacionais relatam fatos de guerra, economia, política, acidentes, guerras, catástrofes, etc. Quando a matéria de capa tratava da política nacional, a manchete vinha precedida do chapéu “Momento Político Nacional”. Já as matérias de esportes traziam o chapéu “Diário esportivo” (PONTES; GADINI, 2005, p. 12).

Juca Hoffmann buscou acompanhar a modernização da imprensa escrita no país, valorizando linhas editoriais como: ênfase no furo jornalístico, busca de fontes seguras, entrevistas etc. É preciso destacar que havia espaço no jornal para que o público leitor pudesse expor suas opiniões. Exemplo disso são as enquetes realizadas na década de 1930, para saber qual a opinião feminina sobre a concessão de voto às mulheres:

---

<sup>12</sup> Seguindo a ideia de Vilhena (1996), podemos constatar que Juca era um intelectual regional. De acordo com este autor, estudar a cultura do Brasil significa conhecer as peculiaridades das regiões do interior do país e sua cultura própria. Por isso, não basta focar os estudos apenas nos grandes centros. Como intelectual regional, Juca participava de grupos formados por outros intelectuais do interior.

A discussão exposta no Diário dos Campos a respeito da viabilidade ou não do voto feminino indica que a sociedade ponta-grossense dos anos 30 discutia as questões políticas, o civismo, o nacionalismo, os padrões e os comportamentos próprios desse momento histórico (CHAVES, 2001, p. 70).

Em época de eleição, o jornal servia como suporte para a formação da opinião pública. O jornal recebia apoio e apoiava o poder municipal, “reproduzindo os atos oficiais e fazendo matérias que exaltavam muitos feitos do prefeito da época” (PONTES, GADINI, 2005, p. 12). Era comum a visita de políticos à redação do jornal. Pécaut (1990), aponta que o Estado e os intelectuais estavam comprometidos mutuamente.

Durante sua atuação política, Juca Hoffmann foi filiado a dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Juca Hoffmann tornou-se vereador em 1947 e foi deputado estadual entre os anos 1950 a 1954. A sua campanha foi realizada principalmente através do jornal. Em 1955, foi eleito prefeito, em 1959 voltou a ser deputado, e em 1962 foi reeleito como prefeito. Durante sua carreira política, tornou-se o porta-voz dos ferroviários, defendendo sua causa. Dentre as obras realizadas na cidade, destacaram-se a remodelação e urbanização de Ponta Grossa, pavimentando 25 quilômetros de ruas e criando vários loteamentos.

Ele utilizava-se de um discurso que supunha uma conotação ao jornal como o porta-voz da verdade (CHAVES, 2001). De acordo com Charaudeau (2013), as notícias do jornal devem ter credibilidade, que determina o direito à palavra e as condições de validade da informação. Essa credibilidade depende da posição social do informador, sua representatividade, engajamento e notoriedade. Juca Hoffmann preenchia essas características por se tratar de uma figura renomada, tanto pelo jornalismo quanto por sua carreira política, ganhando destaque no espaço público. Com relação a isso, Charaudeau, ainda aponta que:

O espaço público não é único, nem um fato, nem um ponto de partida. Ele resulta da conjunção das práticas sociais e das representações. As práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou a modificá-las. Essa interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento (CHARAUDEAU, 2013, p. 120).

Essa relação de Juca Hoffmann com o jornalismo e com a política retrata claramente a figura dos intelectuais a partir da década de 1920, que participavam diretamente das lutas políticas. Nesse contexto é que “o engajamento dos intelectuais não se reduz a exaltar o caráter brasileiro, nem a construir no papel novas instituições. Expressa-se também, em muitas ocasiões, pela filiação aos partidos políticos locais” (PÉCAUT, 1990, p. 57). As campanhas eleitorais realizadas por Juca Hoffmann não contavam com financiamento, sendo boa parte da propaganda realizada através do jornal. De acordo com Rémond:

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças (RÉMOND, 2003, p. 45).

Na arena política, o Integralismo foi um dos mais importantes movimentos políticos no Brasil na década de 1930, sendo Plínio Salgado seu principal representante. Esse movimento defendia o autoritarismo e o nacionalismo, baseando-se na tríade “Deus, Pátria e Família”. Plínio Salgado se candidatou à presidência em 1955, e obteve uma expressiva votação em Ponta Grossa. Isso demonstra a identificação de grande parte da sociedade princesina com os ideais integralistas. De acordo com Chaves (1999, p. 70), “Entre 1935 e 1938 o Diário publicou mais de duzentos artigos tratando dos rumos do Integralismo em Ponta Grossa”, sendo a maioria das reportagens assinadas por Juca Hoffmann.

Havia no jornal alguns espaços destinados à opinião dos leitores, o que fazia com que se criasse uma relação de harmonia entre o jornal e a opinião pública. Juca Hoffmann buscava apresentar no jornal uma postura amistosa, porém, quando necessário, defendia firmemente seus ideais, como a defesa da Igreja Católica, da civilidade, do progresso, dentre outros temas polêmicos. Como a sociedade daquele contexto era composta por uma pluralidade cultural, o jornal buscava conciliar interesses, porém deixando transparecer nas páginas do jornal as contradições da época. Exemplo disso ocorreu com a questão do nacionalismo e dos imigrantes. O jornal publicava matérias em apoio a Vargas e suas ideias de nacionalismo, entretanto publicou também em defesa dos imigrantes (CHAVES, 2001, p. 76). Assim, se pode afirmar que

José Hoffmann e o Diário dos Campos acabaram por estabelecer determinadas “verdades históricas” em Ponta Grossa nos momentos centrais da década de 1930, entre as quais podem ser destacadas: o apoio incondicional às administrações de Albary<sup>13</sup> Guimarães, Manoel Ribas e Getúlio Vargas; a visão de Ponta Grossa como exemplo de cidade ideal; e principalmente as negativas imagens em torno do que representavam comunistas e integralistas para a sociedade (CHAVES, 2001, p. 94).

No que concerne à questão financeira, o Diário dos Campos passou por várias crises. Contudo, esse problema não era sentido apenas pelos jornais locais. Um dos principais agravantes que pode ser atribuído ao preço do papel, que tinha que ser importado, o que fazia com que os jornais ficassem à mercê do governo devido às políticas de comércio exterior. Além dos salários dos jornalistas serem baixos, o ambiente de trabalho era insalubre, pois os trabalhadores eram expostos ao contato com chumbo e à fumaça tóxica das caldeiras, que podia causar diversos tipos de problemas pulmonares. Apesar de todos esses pontos negativos, muitos trabalhadores se dedicavam com afinco à carreira. Um desses casos é o de João Santana, que começou a trabalhar no jornal com 14 anos e permaneceu durante 53 anos, sendo o profissional que passou mais tempo no Diário dos Campos. Apesar de ter cursado apenas o primário, sua formação profissional aconteceu dentro do jornal (BUCHOLDZ, 2007).

Em 1963, provavelmente devido a problemas financeiros, Juca Hoffmann vendeu o jornal e investiu em sua campanha política. “A venda foi oficializada no dia 7 de março de 1963, com um extenso texto de Juca Hoffmann na capa do Diário dos Campos, explicando aos leitores os motivos que o levaram a tomar tão penosa decisão” (BUCHOLDZ, 2007, p.112). Mesmo com a venda, a presença de Juca Hoffmann no jornal era constante.

Mais tarde, Juca Hoffmann renunciou ao cargo de prefeito devido às pressões sofridas nos anos iniciais da ditadura militar (CHAVES, 2001), o que certamente abalou sua saúde. Em março de 1969, Juca Hoffmann morreu de infarto fulminante. Milhares de pessoas foram ao velório. Ele gastou com o jornal e a

---

<sup>13</sup> Albary Guimarães sucedeu Pedro Sherer Sobrinho na prefeitura da cidade, sendo nomeado por Manoel Ribas e depois eleito por voto popular. Albary governou a cidade por onze anos, onde realizou vários feitos. Nesse contexto foram inaugurados a agência de Correios e Telégrafos e a Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”, dentre outros marcos do governo da cidade e do estado. Vale ressaltar a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa em 1937 (GOIRIS, 2013, p. 190-191).

política até uma herança que tinha recebido, por isso, amigos e familiares tiveram que ajudar a pagar seu funeral.

Juca Hoffmann foi uma figura de destaque nos Campos Gerais, um homem público, que marcou época tanto como político quanto como formador da opinião pública. Foi um homem de sua época, marcado pelas contradições da sociedade em que viveu, o que acabou por definir os rumos de sua própria trajetória intelectual, pois como aponta Silva (2002, p. 25), “a história intelectual, na verdade, valoriza a ideia de mutação. De ruptura, de inovação”. Juca Hoffmann potencializava as notícias, como forma de chamar a atenção do público leitor. Esse tipo de situação é considerado nos estudos de Charaudeau:

O imperativo de captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” - sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas (CHARAUDEAU, 2013, p. 59).

Partindo do conceito de intelectual, elaborado por Leclerc (2004, p. 11), pode-se entender que Juca Hoffmann pertenceu ao “topo” da sociedade, e manteve-se próximo do poder político e econômico. Foi uma “personalidade” da vida pública. Foi um homem da mídia, fazedor de discursos, profissional “da palavra falada e escrita, da introspecção, da análise, do exercício da inteligência” (LECLERC, 2004, p. 12). Fez parte da camada da sociedade que é responsável pela garantia da identidade cultural, buscando conservar os valores coletivos.

Sua produção intelectual consistiu nos artigos publicados pelo Diário dos Campos, que tinham forte influência nas representações da sociedade local. Vale salientar que se tornou um intelectual representativo na região, porque um relevante grupo partilhou de suas ideias e outras tantas pessoas, mesmo discordando de seu posicionamento, deram visibilidade a ele, afinal “os intelectuais tem necessidade de grupo para existir” (LECLERC, 2004, p. 23).

Juca Hoffmann aproveitou a imprensa para projetar-se politicamente e ganhar a opinião pública. Para isso, “adotava o tom popularesco de ‘eu e o operariado’, ‘eu e os trabalhadores’, ‘eu e o homem simples’, buscando sempre se aproximar dos segmentos mais populares da sociedade ponta-grossense” (CHAVES, 2001, p. 50-51). Seus artigos abrangiam temas variados, como filosofia, economia, e política, com especial destaque ao cotidiano local. Dentre esses temas,

interessa para esta pesquisa as matérias referentes à educação, e mais especificamente aos professores.

É interessante pensar que enquanto editor do jornal, Juca Hoffmann escolhia alguns temas para colocar em destaque, sendo que essa seleção de informação se dava em um conjunto de acontecimentos que são impossíveis de transmitir em sua totalidade. Deve-se então estabelecer um critério de importância e de prioridade, considerando tanto os interesses do mediador quanto do público alvo (CHARAUDEAU, 2013). É nesse cenário que são produzidas as notícias sobre os professores. Se essa temática ganhou maior ou menor destaque no jornal deve-se a essa prioridade e importância sobre o tema, bem como dependia dos interesses de Juca Hoffmann e da sociedade ponta-grossense. No próximo capítulo serão analisadas as representações dos professores presentes no Diário dos Campos nas décadas de 1930 a 1950, objeto central desta pesquisa.

## **CAPÍTULO 2 “NÃO ME INTERESSA MAIS ESTA PROFISSÃO”: REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS**

“Um professor que descreia de sua pátria [...] já não é o educador”  
(DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8075, 31 out. 1936).

Para compreender as representações sobre os professores do jornal Diário dos Campos, é fundamental tratar de alguns aspectos concernentes à organização da educação no Paraná e em Ponta Grossa, desde o início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1932 a 1950. Para tanto, foram analisados discursos de caráter moral, cívico e patriótico, com especial ênfase à questão da formação docente relacionada à feminização do magistério, e por fim, sobre a remuneração docente.

No início do século XX, o número de colégios públicos crescia na região dos Campos Gerais, e aumentava também o número de crianças em idade escolar, o que passou a ser uma preocupação do governo estadual. O crescimento populacional exigiu a expansão do número de escolas, e também da quantidade de professores, justificativa essencial para a implantação de uma Escola Normal em Ponta Grossa (CORREIA, 2013). Contudo, é importante destacar que

A escola pública primária popular, tão reivindicada, não significava uma prioridade dos governos republicanos. A inserção em projetos de expansão escolar, e a formação de professores nas Escolas Normais, compunham seu projeto de nacionalidade. O interesse que impulsionava não era a educação do povo, mas a consolidação do novo projeto político. O professor foi inserido nesse contexto como aquele que garantiria o sucesso da nova ordem, razão pela qual era cercado de aparato legal, podendo ser vigiado, garantindo-se, assim, o controle de suas atividades (NASCIMENTO, 2004, p. 107).

De acordo com Oliveira (2002), o processo educacional ponta-grossense acompanhou o desenvolvimento do Paraná, entretanto sempre faltavam recursos financeiros. Zulian (1998, p. 53) destaca que “exatamente pela sua carência, cultura e educação escolarizada são preocupações presentes no período”. Segundo a mesma autora, desde o Império, Ponta Grossa sofria com a ausência de professores. Chaves (2011) aponta que as escolas públicas e privadas que foram inauguradas a partir do início do século XX se adequavam às exigências da modernização da sociedade. Até 1912, a cidade não possuía escolas públicas, apenas escolas particulares de curta duração (ZULIAN, 1998, p. 69). Dentre as

escolas particulares da cidade, destacavam-se as de cunho religioso. Ainda com relação às escolas particulares, Oliveira ressalta que:

Desde que se começou a pensar o ensino em Ponta Grossa, as instituições particulares têm feito história e constituem um dos modelos de cultura educacional no Paraná. Essas instituições preconizavam para o ensino um processo dinâmico que incluía toda sorte de experiências humanas, alegrias, sofrimento e aprendizado, cujas manifestações foram assimiladas para o crescimento interior de cada indivíduo inserido no processo ensino-aprendizagem. Uma das ideias mais originais do ensino dizia respeito à afinidade entre os ideais religiosos e educativos estabelecidos pelas escolas particulares de Ponta Grossa (OLIVEIRA, 2002, p. 16-17).

Segundo Luporini (1987, p. 21), “no início do século XX, a cidade de Ponta Grossa ressentia-se da falta de uma escola pública – uma casa escolar do governo [...]”. É nesse contexto que, em 1912, o governo inaugura a primeira escola pública da cidade, denominada Grupo n. 02, posteriormente denominado de Grupo Escolar Senador Correia, que nasceu da fusão de duas escolas isoladas. O prédio escolar possuía cinco salas de aula, uma para o diretor e outra que era usada para diferenciadas atividades, como cantina e salão de música. O grupo escolar localizava-se na Praça Roosevelt e sua primeira diretora foi Luzia Fernandes.

O ensino público ganhou destaque também com a criação do Ginásio Regente Feijó e da Escola Normal. Oliveira (2002) destaca que as escolas funcionavam em situações precárias, com turmas lotadas, professores mal pagos, constante troca de professores e atraso nos pagamentos. Ponta Grossa foi uma cidade que se urbanizou e cresceu rapidamente, e a estrutura escolar tenderia a acompanhar esse processo de expansão, seguindo as diretrizes estaduais. Entretanto, esse processo não foi linear e constante:

Criadas ainda no século XIX e instaladas, geralmente, nas casas dos professores, as primeiras escolas abertas em Ponta Grossa funcionavam em salas improvisadas e reuniam alunos de diversas faixas etárias em uma mesma turma. No entanto, após a proclamação da República verifica-se uma valorização do ensino público com a construção de prédios destinados especificamente para as práticas escolares. Apesar disso, a estrutura escolar/educacional pontá-grossense careceu de investimentos constantes ao longo da primeira metade do século XX. O crescimento populacional intenso experimentado pela cidade naquele período exigiu grande esforço dos poderes públicos (CHAVES, 2011, p. 92).

De acordo com Trindade (2001, p. 80), “no ano de 1917, o Paraná registrava uma população escolar de 15.101 alunos de ambos os sexos. Em 1922, esse total

havia alcançado 34.676 alunos”. A mesma autora ainda destaca que “dentre as outras cidades, só em Ponta Grossa nas duas primeiras décadas do século XX, havia 28 estabelecimentos de ensino com uma população escolar superior a 1000 alunos” (TRINDADE, 2001, p. 81).

Segundo relatórios do governo Albary Guimarães, foram realizados investimentos na educação primária, aumentando o número de escolas com prédios adequados, de matrículas e de professores mais preparados. Isso acabou por possibilitar melhorias no ensino público de Ponta Grossa, que até então possuía apenas escolas isoladas. Segundo relatório feito pelo próprio Albary Guimarães (s.d.) em 1934 havia em Ponta Grossa 2 grupos escolares, com 1870 alunos, já em 1944 o número de grupos escolares foi ampliado para 7, atendendo 4.668 alunos. Com relação à verba destinada para a educação, ainda de acordo com o próprio prefeito da época, pela legislação, deveriam ser investidos 10% com o ensino primário, que equivalia a Cr\$ 570.000,00. Entretanto, a despesa chegou a 12,28%, correspondendo a Cr\$700.000,00. Nas palavras de Albary Guimarães:

Como vêdes, acabou-se aqui com o ensino realizado pelo sistema antigo, em casas inadequadas, espalhadas pelos quatro cantos da cidade, onde a nossa população em idade escolar recebia instrução precária e deficiente, acomodada em prédios contrários aos mais rudimentares princípios de higiene e conforto (GUIMARÃES, s.d., p. 14).

Já de acordo com a Sinopse Estatística do Município de Ponta Grossa, em 1946 havia 127 professores não primários na cidade, 152 em 1947 e 185 em 1948. O número de matrículas no ensino secundário consistia em 2.122 no ano de 1946, 2.172 em 1947 e 2.485 em 1948. Com relação ao ensino primário, os dados são os seguintes:

Quadro 2 - Ensino primário em Ponta Grossa, em números – 1946 a 1948

(continua)

| Categorias                 | 1946 | 1947 | 1948 |
|----------------------------|------|------|------|
| Estabelecimentos de ensino | 31   | 44   | 49   |
| Unidades escolares         | 36   | 48   | 53   |
| Corpo docente              | 211  | 208  | 218  |
| Matrícula geral            | 5660 | 5928 | 6408 |

Quadro 3 - Ensino primário em Ponta Grossa, em números – 1946 a 1948

(continuação)

| Categorias          | 1946 | 1947 |  | 1948 |
|---------------------|------|------|--|------|
| Matrícula efetiva   | 4209 | 4188 |  | 4455 |
| Frequência média    | 3705 | 3685 |  | 4122 |
| Promoções no curso  | 2364 | 2143 |  | 2425 |
| Conclusões de curso | 256  | 408  |  | 472  |

Fonte: GUIMARÃES, A. **10 anos de governo**: a guisa de prestação de contas ao contribuinte e a população. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, s.d., 110 p.

Nota: Dados elaborados pela autora.

É importante notar que existia uma grande diferença entre o número de alunos matriculados e os que realmente frequentavam a escola. Além disso, poucos concluíam os estudos. Existia uma discrepância também entre o número de matrículas do ensino primário e do secundário, o que mostra que não eram todos que poderiam dar continuidade aos seus estudos. Também pode se perceber na tabela acima que o número de escolas aumentou gradativamente com o passar dos anos, bem como o número de alunos e de professores.

No contexto local, é importante destacar a criação, em 1947, do Centro Cultural Euclides da Cunha. Dentre seus membros, é possível notar uma diversidade de ideários políticos, como integralistas, comunistas e udenistas (DITZEL; SAHR; 2001). O Centro tinha como objetivo escrever a história nacional, sendo fundado por leitores das obras de Euclides da Cunha. Buscavam tematizar as raízes brasileiras, debatendo em torno de temas políticos e culturais daquele contexto. Visavam construir a imagem de uma nação unificada, mas também davam destaque à cultura regional. Segundo Karvat (2015, p. 1374),

O desenvolvimento da literatura, das ciências e artes aparece como uma das intenções primordiais do grupo, da mesma forma, intercâmbio cultural com outros intelectuais e congregações culturais do estado também era objetivo basal e, de fato, uma constante para o CCEC, percebida, sobretudo, nas contribuições ao seu jornal: o Tapejara.

Participavam desse grupo professores, jornalistas, médicos, vereadores, militares, dentre outros, como é o caso de Mario Santos Lima e Lourival Santos Lima, autores de algumas matérias analisadas neste estudo. Se o grupo apresentava questões de ordem conservadora, também apontava tendências

modernizadoras. Os euclidianos realizavam reuniões mensais, palestras e cursos (KARVAT, 2015). Seus integrantes receberam diversas homenagens na cidade, sendo que seus nomes figuram em vias públicas locais como praças, escolas e ruas. Pode-se dizer que o Centro se constituía, num espaço intelectual e educativo, a partir do próprio campo de ação de seus integrantes:

Além dessa ação educativa informal, os integrantes do CCEC eram, em sua maioria, professores. Muitos deles participaram da fundação das primeiras faculdades de Ponta Grossa e da implantação da universidade. No exercício do magistério agiram seguidamente como autodidatas, ultrapassando os limites e a competência de sua formação profissional. Esses intelectuais de província são grandes difusores do ideário que abraçam: nacionalismo, indianismo, panamericanismo e humanismo. Envolvidos a defesa desses ideais inserem-se na luta pelo desenvolvimento cultural, convencidos de sua neutralidade e imparcialidade (DITZEL 2004, p. 240).

Os discursos e representações sobre educação e, mais especificamente, sobre os professores, marcaram as páginas do Diário. Nas matérias escolhidas nesta pesquisa encontram-se cartas de professores, uma entrevista com professores renomados da cidade e matérias diversas com temas relacionados à vocação, formação, carreira e remuneração docente. Considera-se importante conhecer os autores das notícias pois, conforme aponta Charaudeau (2013, p. 73):

[...] como para todo estudo do discurso, é necessário levar em conta que os atores de um determinado contrato de comunicação agem em parte através de atos, segundo determinados critérios de coerência, e em parte através de palavras - construindo, paralelamente, representações de suas ações e de suas palavras, às quais atribuem valores. Essas representações não coincidem necessariamente com as práticas, mas acabam por influir elas, produzindo um mecanismo dialético entre práticas e representações, através do qual se constrói a significação psicossocial do contrato (CHARAUDEAU, 2013, p. 73).

Nesta pesquisa, a maioria das matérias analisadas não tinha assinatura, mas é possível apontar para o protagonismo do próprio editor do jornal, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Artigos do jornal Diário dos Campos utilizados na pesquisa

(continua)

| DATA                             | TÍTULO                                                                            | AUTOR / GÊNERO                           |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| 20 de fevereiro de 1932 nº 5743  | O que o povo reclama – com a Escola Normal                                        | Carta: João Francisco Alves, Pedro Lopes |
| 6 de março de 1932 nº 5756       | O professorado e o Sr. Manoel Ribas                                               | Sem assinatura                           |
| 25 de maio de 1932 nº 5819       | Fundou-se nesta cidade a Associação dos Professores Effectivos e Normalistas      | Sem assinatura                           |
| 4 de setembro de 1932 nº 5923    | Os professores federaes continuam em lamentável atrazo de vencimentos             | Carta: Uma professora federal            |
| 10 de maio de 1935 nº 6680       | O reajustamento dos vencimentos dos professores paranaenses                       | Sem assinatura                           |
| 27 de maio de 1935 nº 6604       | Quanto ganha um professor                                                         | Sem assinatura                           |
| 27 de outubro de 1936 nº 8071    | O ensino normal em São Paulo                                                      | Sem assinatura                           |
| 31 de outubro de 1936 nº 8075    | Escola e Pátria                                                                   | Sem assinatura                           |
| 22 de novembro de 1936 nº 8089   | A acção do educador – segundo os methods renovados (Ao professor Estevam Coimbra) | Sem assinatura                           |
| 27 de maio de 1937 nº 9139       | A escola e o meio                                                                 | Sem assinatura                           |
| 10 de junho de 1937 nº 9149      | Professores primários                                                             | Sem assinatura                           |
| 23 de julho de 1937 nº 9182      | A carreira do professor                                                           | Sem assinatura                           |
| 7 de janeiro de 1942 nº 10.978   | A educação e o mestre                                                             | Pe. Valdemiro Haneiko                    |
| 6 de outubro de 1942 nº 11.100   | O dia do professor                                                                | Sem assinatura                           |
| 6 de outubro de 1943 nº 11.888   | Dia do Professor                                                                  | Sem assinatura                           |
| 10 de outubro de 1943 nº 11.892  | Professor e cientista                                                             | Lourival Santos Lima                     |
| 19 de maio de 1944 nº 12.064     | Problemas educacionais: ordenado do professor                                     | M.                                       |
| 1 de outubro de 1944 nº 12.161   | Um mal para o magistério primário                                                 | João Rodrigues Oliveira                  |
| 25 de novembro de 1944           | Mais professoras                                                                  | Lourival Santos Lima                     |
| 6 de outubro de 1945 nº 12.688   | Será comemorado hoje o “Dia do Professor”                                         | Sem assinatura                           |
| 27 de janeiro de 1946 nº 12.777  | Professora foi presa na rua embriagada                                            | Sem assinatura                           |
| 31 de maio de 1947 nº 13.099     | Recompensa aos professores primários                                              | Carta – professor do interior            |
| 22 de junho de 1947 nº 13.116    | Magistério primário                                                               | Reportagem                               |
| 29 de junho de 1947 nº 13.121    | Notícia alviçareira para o professorado                                           | Nota Diário dos Campos                   |
| 6 de outubro de 1948 nº 15.354   | Dia do professor                                                                  | Sem assinatura                           |
| 6 de outubro de 1948 nº 15.354   | Ensino barato mas não a custa dos professores                                     | Sem assinatura                           |
| 12 de novembro de 1948 nº 15.384 | O professorado primário                                                           | Sem assinatura                           |

Quadro 5 - Artigos do jornal Diário dos Campos utilizados na pesquisa

(conclusão)

| DATA                              | TÍTULO                                             | AUTOR / GÊNERO             |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------|----------------------------|
| 17 de fevereiro de 1949 nº 15.339 | Menos ginásios e melhores professores              | Mario Lima Santos          |
| 12 de junho de 1949 nº 15.428     | O magistério não é sinecura                        | Mario Lima Santos          |
| 11 jan. 1950 nº 15495             | Desde outubro não recebem os professores estaduais | Uma professora do interior |

Fonte: Dados elaborados pela autora, com base nas matérias do Diário dos Campos.

Destaca-se que não houve uma coluna específica sobre os professores que se mantivesse no jornal por muito tempo. Por isso, as matérias aqui analisadas, em sua maioria, referem-se a notas únicas e sem continuidade sobre os temas abordados. Além disso, as notas dificilmente encontravam-se na primeira página do jornal, o que possibilita questionar a importância que era dada à educação de acordo com a visibilidade social do jornal pesquisado. Conforme aponta Charaudeau (2013, p. 146-147):

Na imprensa escrita, a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (na primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título, título ou subtítulo); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto dos títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada à de outras notícias, em porcentagem (CHARAUDEAU, 2013, p. 146-147).

No próximo subcapítulo foram analisadas matérias publicadas, procurando-se apreender representações de cunho moral, cívico e patriótico, aliados à ideia de missão e vocação. Na sequência, foram debatidos temas sobre a formação docente e a feminização do magistério. Já no último subcapítulo, sobre a questão da remuneração e das condições de trabalho docente.

## 2.1 “ESCOLA E PÁTRIA”: A MISSÃO DO EDUCADOR

As representações dos professores no Diário dos Campos eram fortemente perpassadas por questões de cunho patriótico, moral e cívico, como explicita uma matéria publicada em 1942, que defendia que a classe dos professores exercia uma “influência decisiva nos destinos da nacionalidade” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 out. 1942 ed. 11.100), sendo os professores vistos como “missionários do civismo” que

além do alfabeto, ensinavam o amor à pátria. Esse discurso sobre os professores foi veiculado aliado a um ideário republicano, que confiava à escola o poder de regeneração da nação. Essa é uma representação presente no imaginário social da época, que é composto pelas produções dos discursos, nos quais se efetiva a reunião das representações na linguagem. Deste modo, o imaginário social diz respeito à realidade vivida e cria modelos de comportamento na sociedade (BACZKO, 1985).

O debate cívico e patriótico acentuou-se desde o final do século XIX, quando se fez necessária a construção de uma identidade nacional para o país, tendo em conta o projeto de modernização da sociedade com vistas ao progresso e à consolidação da república. Nesse contexto, a educação pública tornou-se uma necessidade social e política, priorizando-se a formação intelectual e moral da sociedade. Assim, a educação popular “foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista da perspectiva da suavização das maneiras, da polidez, da civilidade e da dulcificação os costumes” (SOUZA, 1998, p. 27), atrelando-se aos ideais de cidadania. Ainda de acordo com a mesma autora, a ênfase no nacionalismo atravessou o século XX, permeada por diferentes interesses e ideologias constantes, inclusive, em disciplinas escolares como História, Geografia, Educação Física, Instrução Moral e Cívica. Deste modo,

No Brasil, a profissão de professor intensifica-se, principalmente, quando o Estado começa a investir na educação pública a partir da Proclamação da República, no ano de 1889, construindo um sistema de ensino, com escolas e instituições escolares para a formação de professores. Estas instituições forneciam uma formação profissional especializada e uma licença oficial – um diploma - que confirma a condição de “profissionais do ensino”. Com a Proclamação da República, o Estado formula um projeto de nação, sendo que a prioridade deste projeto era repensar e esboçar uma escola que atendesse os ideais que propunham construir uma nova nação baseada em pressupostos civilizatórios europeizantes e que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus principais pilares de sustentação (BENCOSTTA, 2005, p.68).

A construção de uma identidade nacional deveria se efetivar por meio de uma reforma intelectual e moral do povo, no sentido de educar as massas, nacionalizar os imigrantes e acabar com o analfabetismo no país (SOUZA, 2009). Desde o final do século XIX às primeiras décadas do século XX, a imagem do professor foi aos poucos se modificando, constituindo-se o início da profissionalização do magistério e a valorização social do professor, que passou a

ser o responsável pela formação do povo e por reformar a sociedade, cumpridor de uma nobre missão patriótica e cívica, conforme o ideário nacional republicano. Assim,

Sobre a desoladora figura do mestre-escola do Império, combalido, sem vitalidade e sem ânimo, vergado pelo abandono e pela precariedade de recursos financeiros e materiais – sobre a figura do mestre-escola da palmatória e do compêndio -, foi construída a figura enaltecida dos apóstolos da instrução primária (SOUZA, 1998, p. 61-62).

Essa ideia perpassava os fundamentos da Escola Normal, por meio de um discurso de que os professores deveriam ser formados nos âmbitos moral, intelectual e prático, sendo que a profissão deveria ser entendida como uma missão. Desse modo, “as representações sobre o professor, embora se almeje, pelo discurso pedagógico, uma competência profissional, oscilam entre os extremos do sacerdócio cívico e da indolência” (MORENO, 2007, p. 46).

Em São Paulo, região considerada como modelo nacional no cenário educacional tratado, os primeiros governos republicanos “investiram na formação dos professores e na valorização do magistério por meio da Reforma da Escola Normal e da concessão de melhores salários aos professores” (SOUZA, 1998, p. 62), entretanto ressaltaram também a moral, o apostolado e o sacerdócio. Por isso, as bases educativas da Escola Normal estavam fundamentadas na tríplice: higiênica, cívica e moral (MIGUEL, 2008, p. 15). Desse modo, a profissionalização do magistério circunscreveu-se tanto pela formação técnico-profissional, quanto “pelas preocupações da Igreja e suas corporações em incentivar a atividade docente como vocação” (GRASSI, 2003, p. 118). Em relação à essa ideia de vocação, Altino aponta que:

[...] a construção da imagem do professor vocacionado se deu com o intuito de conduzir a um pensamento desligado dos ganhos materiais, o professor desempenhava suas funções com afincado missionário e era recompensado com o reconhecimento perante Deus e os homens, sem grandes anseios financeiros (ALTINO, 2017, p. 100).

Algumas matérias do Diário traziam comparações entre professores e sacerdotes: “A missão do educador perante a sociedade é em tudo igual à missão do sacerdote perante a igreja”; e, ainda, “um serviço da pátria, outro a serviço da

religião, ambos a serviço de Deus, quando desempenham com consciência e com alma a sua sagrada missão” (DIÁRIOS DOS CAMPOS, ed. 8075 31 out. 1936).

De acordo com o professor e padre Valdemiro Haneiko, via Diário dos Campos, o papel do professor era de extrema importância: “Qual é o homem por mais sábio que fosse não tenha necessitado de mestre? É porque a família, a sociedade civil e religiosa está nas suas mãos. Ensinar é sua ocupação, a sua cruz, nem sempre leve, mas sempre gloriosa” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.978, 7 jan. 1942). Destaca-se que a comparação entre professor e uma figura religiosa foi feita por Valdemiro Haneiko, escritor da matéria citada, que era sacerdote e também atuava como professor de latim no Ginásio Estadual Regente Feijó. Percebe-se então aqui a ideia de missão aliada às concepções religiosas, entretanto, em outras matérias, essa ideia é atribuída aos conceitos republicanos. O professor faria a junção entre essas três instâncias (família, sociedade civil e religiosa), sendo essa a sua obrigação, de acordo com a representação do padre em questão. O Ensino Religioso, bem como a Educação Moral e Cívica, eram formas de controle social, deste modo, a Igreja se tornou auxiliar do Estado, reforçando os valores do cristianismo, que se mostravam eficazes no controle dos conflitos (CAPELATO, 1989, p. 214-215). Os professores deveriam disseminar essas ideias, defendendo tanto os princípios religiosos, quanto os patrióticos.

O Estado, enquanto espaço de disputa, era perpassado por lutas de diversos grupos, visando a disseminação de seus ideais. A Igreja Católica buscava a implementação de uma moral cristã por meio do Ensino Religioso, enquanto que parte dos grupos republicanos visavam uma moral leiga. Esse foi um movimento complexo e contraditório. De acordo com Souza (1998, p. 173), aos poucos, “a escola leiga substituiu a moral religiosa pelo civismo republicano que se torna a moral prática sobre a qual se fundamenta a formação do cidadão”. Nesse sentido, os professores

[...] deixam de ser um simples pregador de alfabeto, para se constituírem em ardorosos missionários de civismo e coragem bem brasileira, ensinando o amor à Pátria, o apego as suas tradições, a intransigência na defesa de sua honra e soberania, e, ainda mais, o reconhecimento do direito, da liberdade (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.100, 6 out. 1942).

O discurso cívico publicado no Diário dava ênfase a uma educação voltada à moral. Nesse sentido, os professores deveriam ser exemplos de conduta, conforme

constatamos nas argumentações do padre Valdemiro Haneiko: “O maior esforço do mestre é o de se vencer a si próprio [...]. A sua maior dificuldade está no cuidado de controlar as suas próprias atitudes porque ele é um modelo que os discípulos copiam quase instintivamente” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.978, 7 jan. 1942). A moral era então composta por bons costumes e civilidade, visando hábitos de ordem e moldando os comportamentos tanto dos professores quanto das crianças, que deveriam se comportar em ambientes públicos e cumprir seus deveres (SOUZA, 1998). O professor era, portanto, tomado como referência:

O que é certo é que o mestre atua a toda hora, querendo ou sem querer, sobre cada um de seus discípulos. Não pode estar desatento sem á suas atitudes e comportamento, nem ás suas palavras. Tudo é visto, percebido e reproduzido pelo aluno. Daí a condição de um mestre, segundo Spalding, é ser um homem verdadeiro, sério, bom, correto. O mestre ensina sempre: quando fala, quando faz qualquer coisa boa ou má, e até quando não faz nada porque ensina a indolência. Ensina pelos preceitos orais que recordar, pela conduta que tiver em aula, pela vida que levar fora da escola. Por isto cumpre que tenha uma vida modelar (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.978, 7 jan. 1942).

Conforme o conteúdo da matéria era imperativo a ideia de que quem fosse professor deveria tomar cuidado com suas atitudes, mesmo que se tratasse de sua vida pessoal, uma vez que em qualquer ambiente poderia encontrar alunos, que estariam a observar sua forma de conduta. Desse modo, ser professor significava

[...] assumir o compromisso de dar o exemplo de polidez e moralidade em seus atos, não só no ambiente de trabalho, mas também fora dele. Esta postura era exigida pelas leis anteriores, só que agora era objetivo da República para obter, por meio da escola e de professores, o comprometimento com a nova ordem, que seria legitimada e vigiada pelo Estado. Ao professor e à professora cabia obedecer às regras impostas pelas leis (NASCIMENTO, 2004, p. 107).

De acordo com Almeida (1998, p. 151), ensinar é relacionado ao conteúdo cognitivo, pelo viés da imposição da ideologia do Estado, enquanto que “o conceito de educar era intrinsecamente associado ao controle do saber a ser ministrado, a formação do caráter, nos moldes do ideário nacionalista” (ALMEIDA, 1998, p. 151). Esse ideário esteve presente também no discurso de Capanema, então ministro da educação, conforme consta no Diário: “[...] é mister não esquecer o sábio conselho do Ministro Capanema, num dos seus últimos discursos: o professor consciencioso falseia a sua missão – que é um sacerdócio e não um meio de ganhar a vida”

(DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.978, 7 jan. 1942). É essencial ressaltar que tal argumentação pode ser usada para justificar os baixos salários que eram recebidos pelos professores, uma vez que o magistério era visto mais como uma missão do que como uma profissão.

De acordo com Bomeny (1999, p. 163), especialmente no Estado Novo, a Educação Física e a Educação Moral e Cívica tiveram um papel fundamental, pois era necessário que se incutissem nos jovens o patriotismo, por isso constituíam-se em práticas no curso ginásial e nos cursos clássico e científico. Veiga (2007), ainda aponta que a Educação Moral e Cívica se fazia presente através do canto orfeônico, ensino de história, dos clubes patrióticos, das festas e paradas cívicas, do hasteamento da bandeira, dentre outros modos. Nesse contexto, as práticas cívicas eram obrigatórias. Assim, essa formação se fazia de maneira integral na escola. Nesse cenário, o trabalho docente era visto do seguinte modo:

Todo o professor é um educador. A sua missão não se limita a repetir lições, mas cabe-lhe um mister mais elevado, qual o de educar a mocidade, orientando-a, conduzindo-a pelo caminho reto do dever. É este um pastor de almas, um atento guia dos jovens que serão amanhã os nossos grandes homens, os dirigentes de um povo, os chefes de uma nação. A ele cumpre prepará-los desde cedo, instruindo-os e desbravando-lhes o caminho do bem e do justo. A sociedade precisa não só de homens de talento e de grande sabedoria, precisa muito mais de homens virtuosos, de cidadãos dignos e honrados, a cuja sombra a família viva em paz, e em quem a pátria possa confiar a sua direção, os seus destinos, a sua soberania. É pois dever do verdadeiro mestre fazer os discípulos – cidadãos de caráter firme e incorruptível, instruídos e virtuosos (PE VALDEMIRO HANEIKO VIA DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.798, 7 jan. 1942).

É nesse sentido que Passos (2009) defende que o magistério era entendido como um sacerdócio da democracia, sendo que cabia ao professor a tarefa de formar e purificar os desejos dos alunos. A escola e o professor ganhavam destaque nesse contexto devido à importância dada ao papel da educação como forma tanto de integração quanto de transformação social. Os professores deveriam então ser

Profissionais de sólida competência, cômicos de sua missão, formados pela Escola Normal – o “templo de luz”, o viveiro de onde saíam os heróis anônimos da República. O sucesso da escola renovada dependia, pois, dos novos professores formados de acordo com as concepções educacionais modernas e de acordo com os valores republicanos (SOUZA, 1998, p. 61-62).

Segundo Nóvoa (2002), desde o século XIX vai se consolidando uma imagem do professor fortemente relacionada ao sacerdócio, salientando qualidades como humildade e obediência. Deste modo, a representação do magistério torna-se estigmatizada, pois os professores “não devem saber de mais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais” (NÓVOA, 2002, p. 2). Vai se consolidando então a identidade docente:

A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas relações com as relações de poder (SILVA, 2000, p. 96-97).

Para Souza (2009), desde o início da república, o magistério primário foi chamado a servir à pátria como se esta fosse a sua missão. Assim, a profissionalização do magistério esteve aliada ao sentimento de civismo como forma de dignificar e valorizar a docência, e serviu como justificativa do trabalho mal remunerado ao mesmo tempo em que era socialmente importante. É ainda com este ideário que se publica a seguinte matéria, em 1942:

A tarefa do professor é das mais nobres e uteis á sociedade. De sua dedicação depende o futuro dos que procuram receber conhecimentos para empregar-se como célula viva no organismo da nação. Mister cheio de sacrifícios e de incompreensões requer de seus apóstolos um elevado espírito de abnegação (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.100, 6 out. 1942).

A formação da escola fundamentava-se, portanto, tendo como elementos constitutivos a nação e a pátria, influenciando fortemente suas finalidades, organização, práticas educativas e as representações do trabalho docente. A falta da educação era apontada como causa do atraso do país e sua efetivação como a solução para o seu progresso. Desse modo,

[...] caberia à escola primária a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral – entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social

(obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades), virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade (SOUZA, 2009, p. 262).

No dia 6 de outubro de 1943, o Diário publicou uma homenagem ao dia do professor, em que fica visível a influência da educação moral e cívica, conforme se pode notar no seguinte excerto: “Mais do que uma função social, que nem tantas outras, o Professor desempenha realmente uma profunda missão social” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.888, 6 out. 1943). Ainda se destaca nessa matéria a frase: “A responsabilidade que pesa sobre o educador mormente em nossos dias, é de exigir dele o máximo do esforço pessoal” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.888, 6 out. 1943). Coloca-se, ainda, que esta é uma profissão que exige muito do professor, e por isso este deve ser esforçado, o que é um demonstrativo da ideia de meritocracia e desresponsabilização do Estado frente à educação, conforme foi estabelecido pela Constituição de 1937. Essa mesma matéria ainda traz um discurso cívico:

Seja no magistério primário, secundário ou superior, - o seu perfil deve ser o mesmo; e igual é a responsabilidade que lhe outorga a pátria. Tanto a jovem professora como o velho catedrático, ambos em graus diversos de ensino, representam o mesmo papel e o mesmo destino; a Pátria, de ambos espera os mesmos deveres e os mesmos sacrifícios, a mesma paciência e o mesmo amor (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.888, 6 out. 1943).

Além do discurso cívico, atenta-se para a diferenciação de gênero, pois cabia ao homem a soberania, visto que o nível catedrático se referia ao nível mais elevado que poderia ser alcançado pelo ensino superior, é sinônimo de imponente e especialista. Em contrapartida, na matéria do Diário a mulher era direcionada aos anos iniciais de ensino, trabalhando com crianças. Esse discurso é percebido também no trecho a seguir: “entre a falta de recursos, a pobreza e a simplicidade, o Professor, neste caso melhor dizer, a professora tem de fazer o milagre ignorado de ensinar e educar as criancinhas pobres do Brasil sertanejo” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.888, 6 out. 1943).

Concomitante às questões de gênero, esta matéria também traz a questão das crianças pobres que frequentavam a escola. De acordo com Souza (2009), desde o início do século XX, os educadores se preocupavam com a não frequência dos alunos e a evasão escolar devido à falta de condição financeira da própria família. Desse modo, a visão da assistência ligada à escola esteve presente desde a expansão da escola pública. É importante destacar, entretanto, que os serviços de

assistência também tentavam moralizar e disciplinar a população pobre. Essa moralização e disciplinarização afetavam a conduta dos professores, conforme consta no Diário: “frente a mil exemplos, que desvirtuam e deseducam a mocidade, o Professor, além de ensinar, há-de educar social e moralmente; há-de civilizar no sentido puro do espírito nacional” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.888,6 out. 1943). Entende-se a partir deste trecho que o professor deve ser um exemplo para seus educandos, dentro e fora da sala de aula, conforme a ideia de missão:

E esta é a missão do professor de primeiras letras, do tradicional mestre-escola que, anos a fio, habita as aldeias pobres, os lugarejos esquecidos, os povoados miseráveis, tudo sacrificando para o cumprimento da missão a que o arrasta, quase sempre, uma vocação fatal e irresistível. Este é o professor à cuja figura, especialmente deve-se prestar homenagem no dia de hoje, porque é, na hierarquia da classe, o mais infeliz. Os seus colegas da cidade, dos centros maiores, usufruem a vantagem de maior conforto pessoal, de maiores facilidades para o cumprimento de suas tarefas, pelo melhor aparelhamento das casas escolares, pelo maior preparo profissional de que dispõem e que neles completa aquelas virtudes fundamentais do educador, existentes tanto no bisonho mestre-escola da roça quanto no professor diplomado da Escola Normal ou do Ginásio. Porque um e outro nos seus respectivos postos, com maior ou menor sacrifício material empenham-se na mesma cruzada santa de promover a libertação espiritual do povo, pela instrução, pela educação, pela cultura, base fundamental de toda a grandeza moral e de todo o progresso material dos povos e das nações (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12. 688, 6 out. 1945).

Esta matéria, além de novamente destacar a ideia de vocação, também demonstra que se os professores que atuavam na cidade tinham condições precárias de trabalho, os que trabalhavam nas zonas rurais sofriam ainda mais. Os grupos escolares eram, de certa forma, idealizados enquanto ambientes de trabalho, sendo escolas modelares, que utilizavam os métodos de ensino mais modernos da época. Para isso, era necessário uma adequada formação para os professores, afinal era por meio deles que seria possível reformar a escola e cumprir as finalidades governamentais da educação pública. O trabalho nos grupos escolares era disputado, pois estes ofereciam melhores condições de trabalhos e maiores salários, além de ser um grande prestígio social, sendo desta forma mais atrativos do que as escolas isoladas, além de significar para muitos professores o máximo de ascensão na carreira (SOUZA, 1998).

Os grupos escolares reverenciavam as autoridades políticas republicanas, além de serem suportes dos símbolos nacionais. Até mesmo a construção do edifício deveria ser imponente como forma de elevar o prestígio social do professor,

dignificar a profissão e buscar a estima da sociedade (SOUZA, 1998). Se por um lado, o governo investiu na construção de grupos escolares, por outro, havia falta de investimento, especialmente em escolas rurais. Com o incentivo à formação docente, buscava-se a profissionalização do magistério. Entretanto, esse foi um processo lento e considera-se uma constante temporal, o magistério continuou atrelado à ideia de missão e vocação:

Mais do que uma profissão, como bem dissera, um dia, o espírito vanguardeiro de Julia Wanderlei, o símbolo do mestre paranaense, - o professor desempenha, não uma profissão, mas sobretudo uma missão. Atividade nobre por excelência, nem sempre é alvo de homenagem a que faz jus, sacrificado que é, o professor na remuneração modesta que percebe e no grande serviço que presta à Pátria. Ele, que é a alavanca a impulsionar a marcha da inteligência e da cultura dos povos, para as grandes conquistas da civilização, não há merecido uma ascensão adequada, em sua atividade funcional. Por isso mesmo, o professor mais se enobrece, em detrimento de seu bem estar material, tornando o seu trabalho em constante vigília de patriotismo (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.354, 6 out. 1948).

Um ano mais tarde, o Diário dos Campos continua a destacar o magistério como uma vocação, semelhante ao sacerdócio. Nessa esteira do pensamento, o professor não se torna professor por uma escolha, pois já nasce destinado a cumprir tal tarefa, apesar de destacar que é necessário o aprofundamento da cultura para o desenvolvimento da profissão:

Hoje em dia, ninguém mais duvida da vocacionalidade de certas profissões, entre as quais se destaca de uma maneira extraordinária o magistério. É possível improvisar-se um médico, um advogado, um engenheiro, mas um sacerdote ou um professor nunca. Para êsses dois misteres, urge vocação: a criatura já nasce fadada ao exercício de uma delas. E o mais interessante é que o sacerdócio pode ser exercitado quase que tão somente com maior dose das qualidades de coração, dos sentimentos, ao passo que para o magistério não é suficiente o respectivo pendor, e prementemente necessário cultura paralela (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.428, 12 jun. 1949).

A mudança de percepção da representação do magistério como vocação para a profissionalização acontece em um processo lento e gradual, que, por certo, até os dias atuais ainda não tenha sido superado. Nesse sentido, Arroyo aponta que:

Por mais que tentemos apagar esse traço vocacional, de serviço e de ideal, a figura de professor, aquele que professa uma arte, uma técnica ou ciência, um conhecimento, continuará colada à ideia de profecia, professor ou abraçar doutrinas, modos de vida, ideais, amor, dedicação. Professor

como um modo de ser. Vocação, profissão nos situam em campos semânticos tão próximos das representações sociais em que foram configurados culturalmente. São difíceis de apagar no imaginário social e pessoal sobre o ser professor, educador, docente (ARROYO, 2000, p. 33).

Conforme explicitado anteriormente, um dos fatores preponderantes que contribuíram com o processo de profissionalização do magistério foi a instituição dos grupos escolares, que além de servirem como símbolos do ideário republicano, ao redefinirem a organização das escolas e se tornar escolas de referências impuseram que os professores tivessem uma formação adequada para desenvolver um trabalho de excelência, utilizando os métodos mais modernos de ensino. Desse modo, o magistério deixava de ser uma desventura e tornava-se uma profissão digna, reconhecida e edificante” (SOUZA, 1998, p. 61-62). Os grupos escolares e as escolas normais tornaram-se então lugares de produção de identidades profissionais. Essa questão da formação foi um dos temas que mais tiveram destaque nas páginas do Diário, nas matérias sobre os professores, tema que será tratado no próximo subcapítulo.

## 2.2 “MAIS PROFESSORAS”: RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Dentre as principais formas de representações docentes elencadas neste trabalho como categoria de análise está a temática da formação de professores, aliado à feminização do magistério. Em 1944, o Diário publicou uma matéria com a seguinte frase: “o curso de professora é completa preparação, assim para a vida profissional como para a vida doméstica. E as nossas jovens encontram nas escolas de professoras, ambiente próprio para o estudo, na sua condição de mulher” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.216, 25 nov. 1944). Em um momento em que a formação de professores, via Escola Normal, começava a se tornar referência, iniciando o processo de profissionalização, a ideia de vocação ainda era muito forte, sendo a mulher considerada perfeita para desempenhar esse papel. Por isso, neste subcapítulo será analisada a constituição da formação de professores e o processo de feminização do magistério, temática fundamental para se compreender as representações dos professores, e especialmente das professoras, presentes no Diário dos Campos.

É necessário ponderar que o recorte temporal desta pesquisa inicia na década de 1930, o que significa que, neste contexto, a formação de professores estava dando seus primeiros passos, visto que as escolas normais haviam sido criadas há poucas décadas, dentre o final do século XIX e início do século XX. É fundamental considerar também que, de acordo Santos e Silva (2016, p. 5), na década de 1930, as mulheres, compunham 80% do quadro docente do país. Essa feminização do magistério fazia com que se constituísse uma ética e uma estética próprias para os cursos normais. Nesse sentido, “uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas mulheres professoras [...], ao longo dos anos, seus programas seguiram diferentes pressupostos pedagógicos e orientações políticas” (LOURO, 1997, p. 381).

A Escola Normal de Ponta Grossa foi criada em 1924, período em que o projeto republicano já estava consolidado e que a feminização do magistério já se encontrava num estágio desenvolvido. As normalistas eram formadas até então em Curitiba ou em São Paulo. Com a criação da Escola Normal de Ponta Grossa, passou-se a formar professores da região. A inauguração dessa escola “reveste-se de grande aparato cívico e patriótico. A formação de normalista será no período, signo de status e, pelos discursos, atestado de competência profissional” (MORENO, 2007, p. 46). O mesmo autor ainda aponta que

Diferente por seu prestígio perante a sociedade, por uma formação técnica evidenciada pelas doze metodologias que compõem o curso especial, por uma formação moral-cívico-patriótica exacerbada, apontada pelos discursos e, talvez, até por sua origem social, a nova normalista formada nos ideais de reforma será profissional bem vista e modelo para os grupos escolares. Dizemos ‘nova normalista’ e não ‘novos normalistas’ porque o processo das reformas de ensino – e este é um movimento nacional – coincide com a feminilização do magistério público (MORENO, 2007, p. 47).

Desde o início do século XX, com a construção dos grupos escolares, o Paraná vinha investindo na modernização<sup>14</sup> do ensino público. Esse processo se intensificou após a década de 1920, pois o Paraná passara por mudanças consideráveis durante o período de 1920 a 1928, com as reformas propostas por

---

<sup>14</sup> Segundo Vieira (2007), o termo modernização foi muito utilizado pelos intelectuais dos séculos XIX e XX, representando a defesa da construção de uma nova forma de civilidade, por meio de mudanças nos setores econômicos e sociais.

César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa, que estiveram à frente da Instrução Pública do Estado.

As reformas realizadas tiveram como base a reforma da instrução pública de São Paulo. A reforma realizada por Lysímaco e Prieto ficou conhecida pela melhoria do ensino em números quantitativos, ampliando o número de grupos escolares, que em 1924 totalizavam 32, as escolas isoladas, que totalizavam 605 e número de alunos matriculados, que chegou a 13.488 (MORENO, 2007). O objetivo das reformas foi buscar a eficiência da Escola Normal e, por consequência, a dos professores. Para isso, os programas escolares foram reformulados, os recursos foram sendo readequados e promoveu-se a fiscalização do trabalho nas escolas (MARTINIÁK, 2018).

O prédio da Escola Normal de Ponta Grossa possuía vinte salas, sendo que anexo a ela “funcionavam um jardim de infância, um grupo escolar modelo com 14 classes, e uma escola isolada [...]” (NASCIMENTO, 2004, p. 159). Em 1922, havia 507 escolas isoladas no Estado, atendendo a mais de vinte mil alunos. Essas escolas proporcionavam às normalistas uma aprendizagem de ordem prática em sala de aula. De acordo com Correia:

Tudo indica que a escolha da cidade de Ponta Grossa para uma escola de formação de professores foi motivada, sobretudo, pela avaliação de que facilitava o controle das escolas estrangeiras que surgiam nas vilas, além de favorecer também a expansão da colonização do estado (CORREIA, 2013, p. 253).

De 1924 a 1930, foram formados cento e treze alunos, com um crescimento anual de alunos, e um aumento de alunas. Esses alunos, em sua maioria, eram de famílias tradicionais da cidade (VAZ, 2005, p. 7-8). Essa questão de gênero é ainda apontada por Moreno:

[...] é evidente que o caminho da feminilização, detectado e, por vezes, defendido por Lysímaco e Prieto, é simétrico e reforçado pelas representações em torno da mulher como a mais capacitada naturalmente para prover uma literatura para o coração com a formação dos sentimentos, das almas; e pela identificação do masculino com o bacharelismo e o cientificismo abstrato tão repugnados pelos reformadores. De qualquer forma, este processo caminhará em conjunto com a exigência de competência pedagógica, ritmo de trabalho, regularidade, retidão moral e espírito de sacerdócio patriótico, qualidades que definirão as novas representações sobre o professor primário (MORENO, 2007, p. 48).

Apesar de as mulheres se tornarem maioria no quadro docente, os cargos de administração das escolas eram, na maioria das vezes, destinados aos homens, por remunerarem melhor e se tratar de cargos de liderança, como mostra Wachowicz (1984, p. 315): “[...] em 1921, entre os diretores de grupos escolares da capital, havia apenas uma diretora. Em 1920, no exame de admissão à escola normal, 34 candidatos se apresentaram, sendo 33 mulheres e um homem”. A exceção eram as escolas religiosas, que tinham como figura suprema as mães. De acordo com Moreno (2007), cabia aos reformadores da instrução pública incentivar as mulheres à docência, não pelo profissionalismo, mas por representações do magistério como uma nobre missão. De acordo com o mesmo autor, Prieto visava solucionar o problema do abandono do magistério pelos homens com planos de carreira que privilegiassem a ascensão para a Escola Normal e para o Ginásio.

Conforme já explicitado anteriormente, a criação da Escola Normal de Ponta Grossa foi realizada pelo Inspetor Geral de Ensino do Paraná, César Prieto Martinez, num contexto de reformas de ensino marcadas pelo ideário escolanovista, que atingia todo o país e que trazia à tona o debate sobre a formação de professores. Um dos importantes pensadores desse movimento foi Anísio Teixeira, que em suas obras tratou sobre essa questão. Ele defendia que o reconhecimento da formação de professores, para os níveis primário, médio e superior era a chave para o desenvolvimento do país (BARBOSA; JARDILINO, 2012, p. 314). Além disso, segundo os mesmos autores, Anísio defendeu que os professores deveriam ser recrutados através de concursos públicos, o que exigiria a profissionalização. Além dessa discussão sobre a formação dos professores, a Escola Nova ampliou e revolucionou o debate sobre os métodos de ensino.

As críticas à Escola Nova marcaram presença no Diário dos Campos. No dia 27 de outubro de 1936, foi veiculada uma matéria citando o nome Lourenço Filho e dizendo que às Escolas Normais, nos moldes propostos por ele, faltava coordenação e orientação. Além disso, a “didática, razão principal de ser das escolas normais, desapareceu aos poucos e com ela a prática pedagógica; quase não existem mais” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8071, 27 out. 1936). A solução para esse problema, nas páginas do Diário, seria o retorno do ensino tradicional:

[...] ainda existe em São Paulo uma força invencível: o velho magistério dos tempos áureos do ensino, magistério que vai absorvendo e ensinando os novos mestres os quais, rapidamente, reconhecem nos velhos a autoridade

do valor, da honestidade, da sinceridade, e do trabalho fecundo e patriótico (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8071, 27 out. 1936).

De acordo com Souza (2009, p. 170), até o final do século XIX, “o método intuitivo era considerado o símbolo da pedagogia moderna no Estado de São Paulo e no Brasil”. Porém, a partir da década de 1920, a Escola Nova ganha destaque, propondo um ensino científico mais voltado para as atividades do aluno, buscando desta forma a modernização da sociedade. Deste modo, o ideário escolanovista propõe inovações nas concepções educacionais que vinham sendo propostas desde o início da república, com o método intuitivo. De acordo com a mesma autora, para muitos educadores, São Paulo continuava sendo o sistema escolar de referência, entretanto, para os renovadores da Escola Nova, esse sistema de ensino ser repensado a partir de outras experiências educacionais.

Diferentes discursos marcaram as matérias analisadas no Diário. Se, por um lado, a matéria anterior trouxe críticas à Escola Nova, por outro, a matéria mostrada a seguir traz a defesa. Isso mostra que o jornal deu lugar a diferentes vozes e que o debate estava em voga na década de 1930. O ideário da Escola Nova ganhou destaque na matéria publicada pelo jornal Diário dos Campos em 22 de novembro de 1936, que dizia que o aluno “deixa de ser inerte, passivo; não se limita a receber o que o professor transmite, mas a criar. Ensino não é mera reprodução, mas obra de criação” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8089, 22 nov. 1936).

Nesse cenário, a atuação do professor era diferente daquela utilizada pela pedagogia moderna. Este não era mais o centro do processo, e sim a aprendizagem. Desse modo, o processo didático “deve ter por base a liberdade do educando. Dos maus tratos e dos castigos corporaes, já não se póde fallar, pois só podem constituir exemplos de má educação” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8089, 22 nov. 1936). Torna-se então o papel do professor

[...] dirigir e estimular os educandos durante os trabalhos de aprendizagem. São indispensáveis a parte do professor a direcção, orientação e o estímulo respeitando-se em todos os casos a iniciativa da creança. O papel do mestre consiste em guiar discretamente a creança, suggerindo-lhe idéas uteis e auxiliando-a, aconselhando-a sempre que necessário. (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 8089, 22 nov. 1936).

Pode-se notar que desde o final do século XIX e meados do século XX a representação docente vigente era a da professora que tinha que ser firme para

exercer sua autoridade sobre os alunos, sendo que o contato não envolvia relações afetivas. Na medida em que as teorias psicológicas e educacionais passaram a defender que o ambiente escolar deveria ser alegre e prazeroso, e o aluno deveria ter mais liberdade, conforme consta na matéria mencionada, as professoras passaram a ser representadas mais sorridentes e afetuosas.

Nesse contexto, alguns estudos são indicativos de que o afeto era um facilitador da aprendizagem. Assim, o magistério passaria a ser uma atividade de entrega e de amor, para aqueles que tivessem vocação, conforme defende este excerto retirado do Diário dos Campos: “Educar não é copiar: é movimentar, é criar, renovar. Só a cultura philosophica realiza o milagre, tanto mais que quanto seja servida de vocação pelo nobre mister de educar” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 9149, 10 jun. 1937). Em relação a esse conceito de vocação, Dermatini e Antunes (2002, p. 8) apontam que “ligado à ideia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente”. Assim, as mulheres eram vistas como perfeitas para a profissão por serem pessoas bondosas, pacientes, frágeis, além de poderem propagar os princípios familiares. Além da ideia de vocação, as mulheres ingressavam no magistério para conquistar o espaço público e ter prestígio social, ingressando no mundo do trabalho e rompendo com certos padrões impostos pela sociedade (MACHADO; TERUYA, 2007, p. 13).

O Diário já destacava que ser professor era uma tarefa difícil, e que mereciam um destaque especial os professores do Curso Normal, pois estes além de conhecer, tinham que saber ensinar como ensinar: “saber é difícil; saber ensinar, mais difícil, saber ensinar a ensinar é mais difícil ainda” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.892, 10 out. 1943).

Ainda nessa matéria, é feita uma comparação entre o saber e o saber ensinar, que nos remete a uma discussão sobre a relevância das metodologias de ensino: “Começa que nem todo professor é cientista, nem todo cientista é professor. Até há certa incompatibilidade de especialização. O professor é o que sabe ensinar. cientista é o que sabe” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.892, 10 out. 1943). Pode-se dizer que essa diferenciação entre professor e cientista está baseada nos princípios da Escola Nova, uma vez que provém dos estudos de Dewey, que defendia que enquanto ao cientista interessava o avanço do conhecimento, o professor visava o

conteúdo da ciência e o modo como ocorreria a aprendizagem, ligando o conhecimento à experiência significativa da criança (SOUZA, 2009).

Em matéria escrita por João Rodrigues de Oliveira (1944), publicada no ano seguinte, em contrapartida, surgem novas críticas à Escola Nova. Essa crítica diz respeito à formação de professores, que aprendiam muitos discursos teóricos na Escola Normal, mas ao se depararem com os problemas da realidade escolar, na prática, não sabiam como agir, faltando-lhes didática. Desse modo, o autor defendeu que “não bastam as teorias, as recitações decoradas e abstratas, o êxito da carreira professoral depende, e muito, da prática bem orientada e ajustada à missão do professor” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.161, 1 out. 1944), citando o exemplo das professoras recém-formadas:

[...] muito a propósito, vem à baila, o caso das professoras recém-formadas: saem da escola, salvo raríssimas exceções, com o mínimo de prática – seus cérebros vivem peçados de definições, princípios, Aguaió, Montessori, Kirpatrick, Dewey, Lourenço Filho e uma infinidade de “lições decoradas” sobre os mais variados assuntos de pedagogia, psicologia, sociologia, etc. Quando caem na realidade da vida, isto é, quando são nomeadas para uma escola, a falta de prática tudo embarça. É uma calamidade! Surgem consultas ao Diretor das mais fúteis e descabidas – a inexperiência constituem-lhes intransponíveis barreiras (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.161, 1 out. 1944).

Note-se que, nessa matéria, o autor saiu em defesa de uma formação docente mais voltada às questões práticas de sala de aula do que à formação teórica, fazendo a crítica e citando o nome do próprio Lourenço Filho, um dos nomes mais representativos da Escola Nova. Foi possível perceber pela matéria que o debate sobre a Escola Nova ainda se fez presente da década de 1940, e que se constituía num assunto polêmico, que dividia a opinião dos educadores.

Se este tema era polêmico, em contrapartida existia um consenso sobre o que significava ser professora até a metade do século XX. De acordo com Santos e Silva (2016, p. 6) “[...] ser professora nessa época era muito mais do que conquistar a possibilidade de uma renda certa e segura. O ingresso nos espaços do estudo e do trabalho docente possibilitava às moças transitarem sozinhas pela cidade”. Assim, também, “as normalistas nem sempre seriam professoras, mas o curso era, de qualquer modo, valorizado. Isso fazia com que, para muitas, ele fosse percebido como um curso de espera marido” (LOURO, 1997, p. 393). Numa sociedade que preparava o homem para ser o chefe de família e as mulheres destinadas ao

casamento e à maternidade, o Ensino Normal permitia que as mulheres continuassem seus estudos. O magistério configurava-se como a profissão “perfeita” para as mulheres, desde que estas decidissem trabalhar fora e isso não atrapalhasse o andamento do lar, conforme matéria publicada em 1944, por Lourival Santos Lima:

Quanto maior for o número de nossas professoras maior também serão as nossas probabilidades de alfabetização e instrução popular. Além disso, o curso de professora é completa preparação, assim para a vida profissional como para a vida doméstica. E as nossas jovens encontram nas escolas de professoras, ambiente próprio para o estudo, na sua condição de mulher. Necessitem ou não de exercer o magistério, o curso de professores é título honroso e nobre, além de acessível a todas as pessoas, pobres ou ricas. No exercício profissional, ou como bem o dissera D. Julia Wanderley - na missão que abraçam as jovens professoras irão, com o próprio trabalho, realizar obra de verdadeiro patriotismo (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.216, 25 nov. 1944).

A matéria defendia a feminização do magistério por entender que assim aumentaria o número de professores, visto que por diversos motivos os homens estavam procurando outras profissões. Para sua “condição de mulher”, o magistério era interessante por se tratar de um trabalho de meio período, o que permitia que as mulheres cuidassem de suas casas no outro turno, o que tornaria a remuneração desse trabalho algo complementar. Não obstante, a sociedade também era perpassada pelo discurso higienista, que tornava a mulher responsável por tornar e manter sua família saudável. Desse modo, “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 1997, p. 379). Como o magistério permitia essa conciliação e ainda, de acordo com os discursos vigentes no período, aprimorava o papel de mãe essa seria a carreira ideal:

Em última análise, a mentalidade que tem a nação em próximo futuro será grandemente influenciada pelo trabalho educativo de suas primeiras mestras. Caminho cheio de sacrifícios é, sem dúvidas, o da professora. Mas não é dos piores caminhos, pelos resultados que presta à coletividade; podemos dizer, pela compensação individual. Principalmente para a mulher tal carreira é a ideal, desde que pretenda ela o trabalho fora do lar (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.216, 25 nov. 1944).

O magistério representava então uma extensão da maternidade, que era colocada como uma missão e uma “atividade de amor, de entrega e doação”

(PAVAN, 2007, p. 28). Responsabilizavam-se as mulheres modernas pelos problemas enfrentados pelas famílias, decorrentes das mudanças sociais. Era inaceitável a má conduta das mulheres, especialmente se estas fossem professoras, conforme aponta a seguinte matéria:

Em dias da semana passada foi levado ao conhecimento das nossas autoridades policiais o fato de que uma senhora de aparência respeitável, encontrava-se embriagada, na rua. As autoridades providenciaram imediatamente sua condução à Delegacia Regional de Polícia, onde interrogada declarou chamar-se Licília Corrêa e ser professora normalista aposentada. A indagação da autoridade sobre as razões de sua lamentável conduta, declarou que não tinha motivo especial para exceder-se no consumo de bebidas, fazendo-o apenas como um meio de esquecer as agruras da existência. Depois de haver-lhe feito uma preleção moral, a autoridade fez com que a infeliz senhora se recolhesse a sua residência (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.777, 27 jan. 1946).

Os discursos sobre as formas de conduta das mulheres em geral eram bastante conservadores, isso se agravava quando se referia às professoras. Essa normatização de comportamentos era reafirmada pelos currículos das Escolas Normais. Com a feminização do magistério constituiu-se uma ética e uma estética próprias para os cursos normais, assim surgiam mudanças nas normas, uniformes, etc. Os uniformes deveriam ser discretos, de modo que escondessem os corpos das alunas, que deveriam manter uma postura séria e recatada. Isso valia também para as professoras, que deveriam evitar falar sobre sua vida pessoal. Durante as aulas, além dos conteúdos disciplinares, as alunas aprendiam o modo correto de se portar, de falar e escrever. Aprendiam também a se comportar, as formas apropriadas de olhar, caminhar e sentar. Assim era moldado o jeito “professora” de ser. Vale destacar que esse processo não ocorria pacificamente, sem resistência.

Sem dúvida a responsabilidade de “manter-se acima do comportamento comum” representou um encargo social pesado e teve profundos efeitos sobre as vidas de mestres e mestras. Para bem poder exercer o papel de modelo para as crianças e jovens, eles se viram obrigados a um estrito controle sobre seus desejos, suas falas, seus gestos e atitudes e tinham na comunidade o fiscal e censor de suas ações (LOURO, 1997, p. 386).

É importante destacar que, em sua maioria, essas representações eram criadas por homens, mas também reforçadas pelas próprias mulheres. De acordo com Louro (1997), as imagens podem refletir ou falsear a realidade, assim algumas imagens se aproximam mais do real do que outras. Dessa forma, sempre se está

lidando com diferentes tipos de representações da realidade, que podem ser até mesmo contraditórias. Nesse sentido, algumas possuem mais autoridade do que outras. O próprio Chartier (1990, p. 66) aponta que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo”. Isso acontece com as representações de gênero e de profissionalização do magistério na sociedade.

De forma geral, os jornais, desde o início do século XX, retratavam as mulheres como modelos ideais de boas mães, filhas e esposas. Esses mesmos ideais perpassavam outros discursos, como os escolares, religiosos e literários, como influência dos discursos higienistas. Em relação à essa ideia religiosa, Del Priore aponta que:

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, a verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educativa dos filhos e filhas (DEL PRIORE, 2004, p. 447).

Assim, é “no interior dessa pluralidade de mulheres das mais diferentes etnias, com os mais diversos modos de viver os papéis atribuídos ao seu sexo, que os periódicos tentavam impor novos modelos de mulher” (PEDRO, 1997), e também de professora. Nesse sentido, “a vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e as traduzem” (BACZKO, 1985, p. 306).

Para Souza (1998, p. 69), ser professora “para algumas mulheres, indubitavelmente significou uma nova maneira de ser no mundo e novas possibilidades de inserção social”. O magistério, mesmo aliado à ideia de vocação, aos poucos se tornou uma profissão que requeria formação, delineando suas próprias especificidades enquanto campo de atuação. Com o aumento de professores formados poderia ser ampliado o número de escolas. Em 1949, entretanto, Mario Lima Santos publicou uma matéria denominada “Menos ginásios e

melhores professores”, em que criticou o aumento do número de escolas primárias desassociado da qualidade na formação docente:

Vai pelo interior de nosso Estado, agora, uma verdadeira volupta de criação de ginasios municipais. Para os estranhos a cousas do ensino, para os não ambientados ao magistério isso até parece um bem, pois, dá a impressão de que vai concorrer para a facilitação do ensino secundário, vulgarizando assim, a possibilidade de receber a instrução adequada ao segundo grau de conhecimentos gerais. Tal, entretanto, não ocorre, é mera ilusão; esses ginasios que vamos vendo surgir por todo quanto é canto do Estado, nenhum bem traz ao ensino, pelo contrario, causam-lhes males e dos piores (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.399, 17 fev. 1949).

Nessa mesma matéria, questionou onde o governo encontraria professores para suprir essas vagas, preocupando-se com a questão da boa formação docente. Deste modo defendeu a ideia de que ao invés do Estado criar mais ginásios, deveria empregar melhor as verbas, “aplicando-as a uma Faculdade de Filosofia, em Ponta Grossa, com o objetivo de formar o nosso magistério secundário” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.399, 17 fev. 1949). A crítica é consistente, pois denuncia que não adianta aumentar o número de escolas, se também não tiver um aumento na quantidade de professores, já que assim o trabalho se torna precarizado, e gera dentre outros problemas, um grande número de alunos por turma. Entretanto, também é necessário pensar que se o número de escolas não se expandisse, estas continuariam a atender apenas a uma pequena demanda da sociedade. Havia também a necessidade de formar mais professores para atuar na zona rural, visto que o Paraná era um Estado marcado fortemente pelo desenvolvimento agrícola e boa parte da população ainda residia na zona rural. Segundo Campos (2015, p. 295), Mario Lima Santos ao problematizar a questão do ensino superior, aponta para a “condição agrícola e comercial da cidade”, bem como aponta que “Ponta Grossa possuía todas as condições que historicamente foram defendidas pelas lideranças políticas e intelectuais do Brasil” para a referida implantação de uma faculdade.

O professor Mario Lima Santos, na condição de integrante do Centro Cultural Euclides da Cunha, enfatizava esta necessidade de criação de uma faculdade no interior do Paraná. Segundo Molar (2014, p. 186), “em 1948 foi criada uma Comissão para planejar a futura criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, presidida pelo advogado e professor euclidiano Mário Lima Santos”. Isso mostra a intencionalidade das matérias escritas no Diário. De acordo com o mesmo autor, a criação da faculdade significava também o alcance de dois

objetivos do Centro, que era renovar as instituições culturais da cidade, a partir de um viés modernizador.

Neste subcapítulo buscou-se debater as questões relativas à feminização do magistério e à formação docente, temas encontrados nas matérias consultadas no jornal *Diário dos Campos*. Aliado a esses temas, surge o debate sobre as condições de trabalho e remuneração docente, fazendo relação entre a educação e política, que veremos no subcapítulo seguinte.

### 2.3 “DÁ PARA O PROFESSOR COMER MAIS DO QUE TRÊS VEZES POR SEMANA”: CONDIÇÕES DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DOCENTE

Durante o período analisado neste trabalho, tanto no Brasil, em nível macro, quanto mais especificamente no Paraná, foram enfrentados sérios problemas com a educação, devido à falta de recursos financeiros. Problemas de remuneração docente foram apontados no governo de Affonso Camargo<sup>15</sup>, como demarca uma matéria publicada pelo *Diário dos Campos*: “O Sr. Affonso Camargo quando governo, não trepidou em desviar a verba paga pelo governo da União, aos professores federaes, que há três annos não percebem os seus minguados vencimentos” (*DIÁRIO DOS CAMPOS*, ed. 5756, 6 mar. 1932). Demonstrativo, portanto, de como as questões políticas, tanto em nível nacional quanto local, influenciavam diretamente a vida dos professores, especialmente no que concerne às condições de trabalho e remuneração docente. Durante o recorte temporal analisado, eram comuns tais formas de abordagens sobre a remuneração dos professores, perpassando o mandato de diferentes governantes. Nome muito citado foi o de Manoel Ribas, que permaneceu no governo do Paraná de 1932 a 1945, demarcando a presença getulista regionalmente. Em 1932, o jornal *Diário dos Campos* veicula uma matéria em que pede que este quite a dívida que o governo tem com os professores:

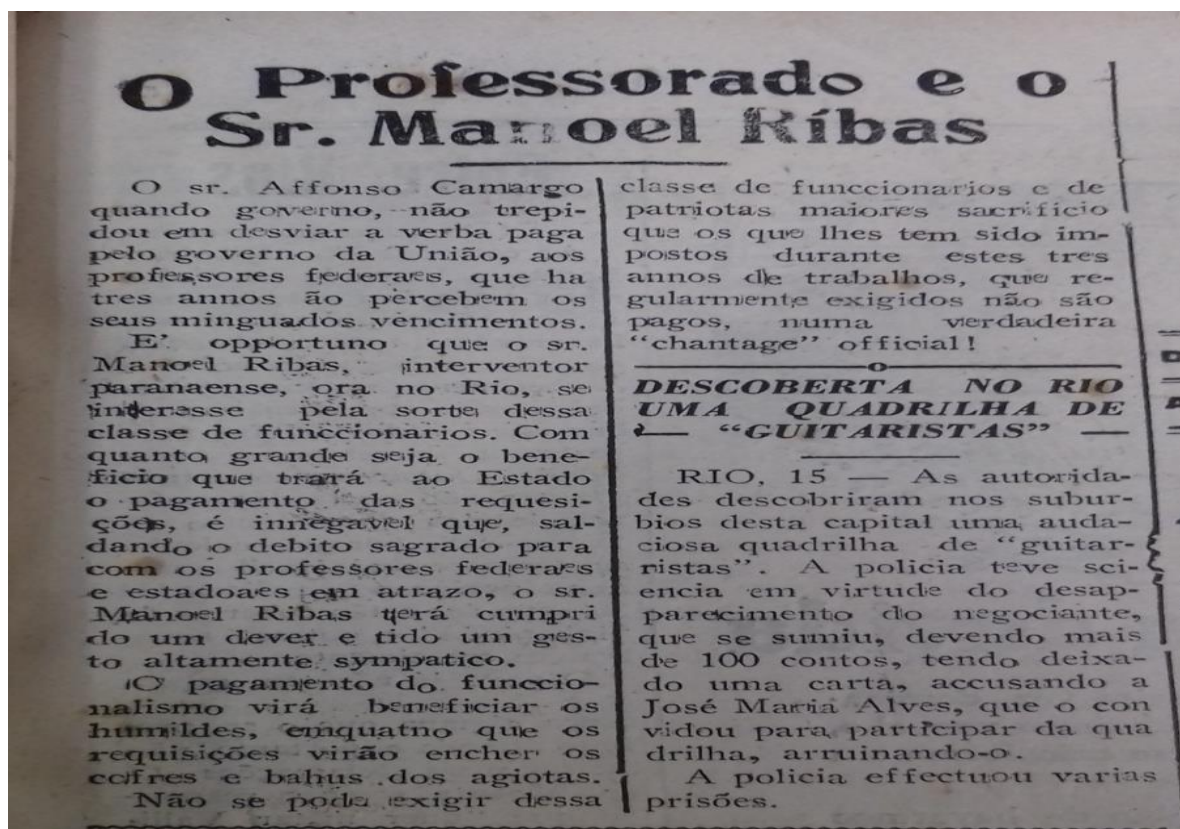
O Sr. Affonso Camargo quando governo, não trepidou em desviar a verba paga pelo governo da União, aos professores federaes, que há três annos não percebem os seus minguados vencimentos. É opportuno que o Sr.

---

<sup>15</sup>Affonso Alves de Camargo, alternou a presidência e a vice-presidência do Paraná com Caetano Munhoz da Rocha no período de 1916 a 1930. Pertencia a um núcleo familiar estruturado no poder político paranaense. Foi sogro de Bento Munhoz da Rocha (filho primogênito de Caetano Munhoz da Rocha), que foi governador do estado de 1951 a 1955 (OLIVEIRA, 2004).

Manoel Ribas, interventor paranaense, ora no Rio, se interesse pela sorte dessa classe de funcionarios. Com quanto grande seja o beneficio que trará ao estado o pagamento das requisições, é innegavel que, saldando o debito sagrado para com os professores federaes e estadoaes em atrazo, o Sr. Manoel Ribas terá cumprido um dever e tido um gesto altamente sympatico. O pagamento do funcionalismo virá beneficiar os humildes, enquanto que as requisições virão encher os cofres e bahus dos agiotas. Não se pode exigir dessa classe de funcionarios e de patriotas aiores sacrificios que os que lhes tem sido impostos durante estes três annos de trabalhos, que regularmente exigidos não são pagos, numa verdadeira "chantage" official! (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 5756, 6 mar. 1932).

Figura 1 - O professorado e o Sr. Manoel Ribas



Fonte: Diário dos Campos, 6 mar. 1932 (Acervo do Museu Campos Gerais).

Nota: Dados elaborados pela autora.

O trecho da matéria evidencia como os professores públicos sofriam com o atraso nos vencimentos, tendo problemas para receber pelo menos há três anos. Assim como foi percebido nos tópicos anteriores, se faz presente o discurso de que os professores deveriam ser patriotas e fazerem sacrifícios. Os professores eram submetidos ao jogo de interesses políticos e privilégios de interferência política (SOUZA, 1998). Mesmo com esse apelo feito a Manoel Ribas, no início de seu governo, os professores continuaram com seus vencimentos atrasados, conforme teor da carta escrita por uma professora federal, publicada no Diário dos Campos,

em setembro de 1932. Nesta carta, a professora destaca o modo como o jornal defende a categoria docente, e coloca que vários outros jornais propagavam notícias a favor do governo alegando que este teria pago os vencimentos atrasados dos professores, o que não procedia com o que, de fato, ocorria. A seguir, consta o teor da carta:

Illmo. Snr. Diário dos Campos

Cordiais saudações

Sendo assídua leitora de vosso conceituado jornal, e muito apreciando a maneira desassombrada com que defende as classes oprimidas, venho lembrar-vos (caso V. S. ache oportuna ocasião) que o governo está proclamando por todos os jornais que, presentemente não há funcionário com vencimentos atrasados etc. No entanto os professores federais não recebem um vintém há muitos meses. Se o governo federal comprometeu-se em auxiliar o Paraná, criando uma verba para custear professores, é justo que cumpra a promessa.

Os professores federais executam o programa oficial, trabalham por tanto como os outros, recebem visitas dos inspetores do ensino e sofre a mesma punição em casa de falta.

Porque então podem, trabalhando assim, esperar a remuneração por tempo indeterminado? Acaso o comércio é obrigado a sustenta-los? Ou então esses professores trabalham porque gostam de trabalhar? Como essa pobre classe não tem padrinhos, é necessário que algum espírito filantrópico se manifeste a favor. Creio que bastará um apelo ao nosso interventor, para que ele prontamente providencie. Esperando que V. S. dirá algo sobre isto, pelas colunas do vosso simpático jornal, agradeço imensamente. Uma professora federal<sup>16</sup> (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 5923, 4 set. 1932).

O gênero discursivo de carta merece uma atenção especial, pois aqui o jornal está dando voz a locutores externos. Neste tipo de gênero, o locutor deve “justificar por que tomou a palavra (em nome de quê), impor-se como sujeito falante, e identificar ao mesmo tempo o interlocutor (ou o destinatário) ao qual ele se dirige” (CHARAUDEAU, 2013, p. 71), conquistando seu direito de poder se expressar. A reclamação dessa professora federal demonstrou que mesmo não estando recebendo seu salário, as cobranças e pressões no trabalho continuavam sendo feitas pelos inspetores. De que forma, então, o magistério poderia ser uma profissão atraente, se constantemente os salários atrasavam, eram baixos e havia diversos tipos de cobranças? Destaque-se o fato de que esta era uma funcionária pertencente ao âmbito federal, ou seja, os problemas educacionais não afligiam o Paraná de forma isolada, mas o país como um todo. Com tantos problemas na

<sup>16</sup> Muitas cartas e matérias veiculadas pelo jornal Diário dos Campos eram anônimas ou assinadas com pseudônimos, o que dificultou a verificação da identidade dos autores.

profissão, se tornava importante que os professores se organizassem para defender seus direitos. No dia 25 de maio de 1932, o Diário publicou uma notícia de que os professores estavam se organizando numa associação. De acordo com a matéria, os docentes iriam lutar para que não houvesse

a transferencia de professores sem previa consulta e consenso destes; a nomeação de professores não normalistas a cargos affectos a estes; redução injustificável de vencimentos; intromissão de interesses políticos, sejam quaes forem, nas coisas de ensino (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 5819, 25 mai. 1932)

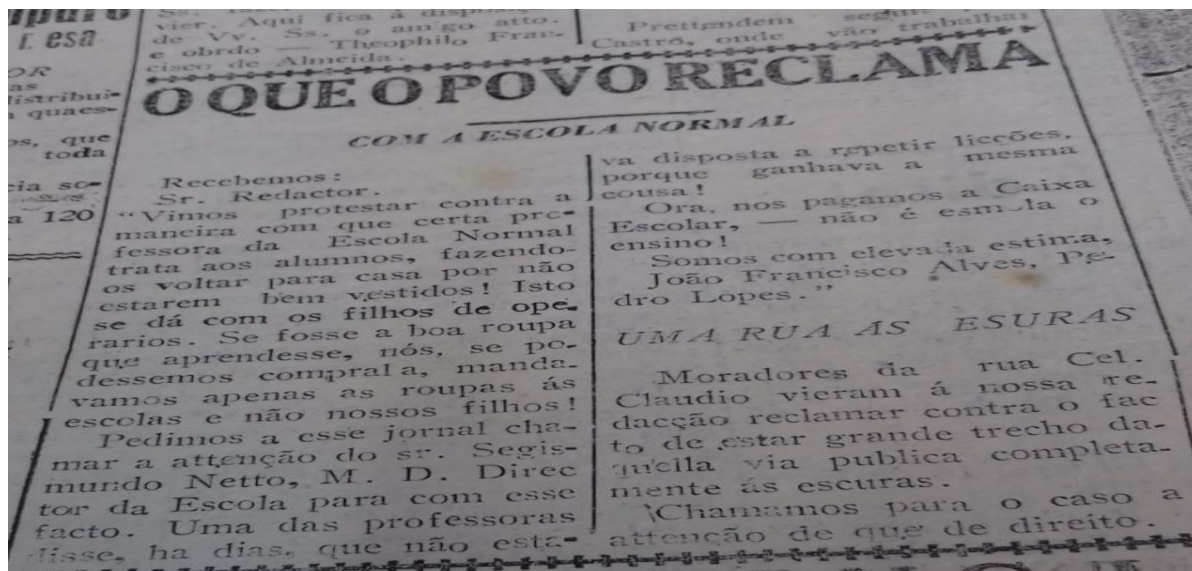
De acordo com Lengert (2011), a associação de professores contribuiu com a consolidação da identidade profissional docente, pois assim os professores se uniram por um objetivo comum e reivindicaram suas próprias causas. A maioria das reportagens do Diário sobre professores consistiam em notas únicas, sendo esse o caso desta matéria. Durante todo o período analisado no jornal, não há mais menção sobre organização dos professores em uma associação. As fontes consultadas na pesquisa não evidenciam se a organização foi adiante e se a classe docente obteve ganhos a partir da luta organizada em defesa de seus direitos. Ressalte-se que em 1947 foi criado um sindicato dos trabalhadores em educação pública no Paraná, o que indica que tal discussão já se constituía em pauta nas ações de muitos docentes.

A falta de verbas destinadas à educação afetava tanto a remuneração dos professores, quanto o andamento do trabalho docente e as instalações das escolas. Por isso, era comum que as escolas públicas fossem mantidas pela caixa escolar, que contava com a colaboração da comunidade. Os professores também promoviam festas para arrecadar dinheiro. Com esse dinheiro, eram comprados materiais para os alunos que não podiam pagar (NASCIMENTO, 2004).

Dentre as instituições auxiliares da escola, assistência escolar e ação social foram as que mais se desenvolveram. Assim, “aos poucos, a finalidade educativa de aproximar a escola do meio converteu-se na necessidade de apoio da sociedade para suprir carências das instituições e dos escolares” (SOUZA, 2009, p. 249-250). Essas instituições eram adotadas em muitos grupos escolares, sendo mantidas por contribuições da comunidade e também por meio da arrecadação de festas. Além de roupas e materiais, essa verba mantinha a assistência alimentar e médica dos alunos. Como os pais contribuía com a caixa escolar, sentiam-se no direito de se

posicionarem contra determinadas atitudes dos professores e cobrá-los publicamente, através do jornal, como mostra esta carta publicada no Diário dos Campos:

Figura 2 - O que o povo reclama: com a Escola Normal



Fonte: Diário dos Campos, 20 fev. 1932 (Acervo do Museu Campos Gerais).

Nota: Dados elaborados pela autora.

Sr. Redator.

"Vimos protestar contra a maneira com que certa professora da Escola Normal trata aos alumnos, fazendo-os voltar para a casa por não estarem bem vestidos! Isto se dá com os filhos de operários. Se fosse a boa roupa que aprendesse, nós, se podessemos compra-la, mandávamos apenas as roupas às escolas e não nossos filhos! Pedimos a esse jornal chamar a atenção do sr. Segismundo Netto, M. D. Director da Escola para com esse facto. Uma das professoras disse, há dias, que não estava disposta a repetir lições porque ganhava a mesma coisa! Ora, nos pagamos a Caixa Escolar, - não é esmola o ensino! Somos com elevada estima, João Francisco Alves, Pedro Lopes." (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 5743, 20 fev. 1932).

A professora destratou o aluno por não estar bem vestido, o que indica que se tratava de um aluno pobre, filho de operário. Pode-se, então, fazer as seguintes considerações: a escola pública, apesar de, na grande maioria, atender a uma parcela privilegiada, iniciava um lento e demorado processo de abertura às camadas populares, muitos professores não estavam preparados para atender a esse público, o que remete ao discurso higienista, presente nesse contexto, que associava condições de vida à condição moral. Além disso, também pode-se perceber a ideia da escola como meio de ascensão social às camadas mais pobres da sociedade.

Por fim, o autor da carta pede ao redator do jornal que chame a atenção do diretor, o que indica o papel social que o jornal representava nesse momento, por ter visibilidade pública.

Novamente, aparece no jornal o gênero discursivo de carta. Esse tipo de publicação corresponde a uma exigência de credibilidade, pois ao dar voz a locutores externos, o jornal acaba por manifestar-se por intermédio da fala de testemunhas, pensadores ou representantes de alguma área. Charaudeau afirma que:

Na verdade, esses representantes só são chamados por causa da fala que produzem, uma fala que vem confirmar, do exterior, que o que está no centro da atualidade e do debate social é exatamente o que as mídias põem em cena. Além disso, é preciso que essa voz tenha (ou adquira) certa autoridade, a qual depende de certo reconhecimento social (CHARAUDEAU, 2013, p. 190).

Por meio do discurso veiculado na carta mencionada é possível perceber que a profissão docente era demarcada pela forte cobrança da sociedade e do Estado, ao mesmo tempo em que não propiciava condições dignas de trabalho e de remuneração, o que fazia com que o magistério, em certa medida, não fosse uma profissão atrativa. Diferentes segmentos da sociedade foram a público, através do jornal, para expor o que pensavam sobre os professores. Vários professores também se manifestaram para reclamar de sua profissão. E o próprio editor do jornal, Juca Hoffmann, escreveu diversas notas para informar sobre as novidades e a situação da época sobre a carreira docente, especialmente no que concernia às ações governamentais que envolviam tal categoria. É nesse sentido, que em 1935, foi publicada no Diário uma notícia de que estava sendo montada uma tabela para o reajustamento dos vencimentos dos professores estaduais. Foi noticiado que:

Aluizio França, com aquele bom humor que todos lhe conhecem, afirma que o aumento não há de ser grande coisa: mas, com certeza – diz elle, - dá para o professor comer mais do que três vezes por semana... Já era tempo de se olhar um pouco pela melhoria dessa benemérita e grande classe, cujos vencimentos nem pagava a pena de se confrontar com o dos membros menos graduados de outras classes. Emfim, que o benemérito governador Sr. Manoel Ribas mande pôr em execução a nova tabella, é o que sinceramente desejamos (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 6680, 10 mai. 1935).

Note-se a referência à alimentação dos professores, que mostra como o salário era baixo e as autoridades governamentais estavam bem esclarecidas sobre esta questão. Há aqui uma dicotomia entre o discurso de que os professores eram valorizados e a realidade dos salários recebidos. Continuava sendo solicitado que Manoel Ribas desse a devida atenção para a situação que enfrentavam os professores, conforme destaca-se no trecho que trata que a categoria docente ganhava menos que outras profissões da época. Nesse sentido de comparar o magistério com outras profissões, na matéria do dia 27 de maio de 1935, o Diário publica que “depois dos carteiros e dos estafetas dos telegraphos, a classe dos funcionarios poblicos peor remunerada no Brasil é a dos professores primários” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 6684, 27 mai. 1935). A mesma matéria ainda pontua que esta é a classe mais injustiçada pelos governos, ganhando no país todo uma miséria:

Assim é que no Districto Federal, agrupados em varias cathegorias, os professores primários ganham de 7.800\$ máximo, a 3.600\$ mínimo. Em S. Paulo, 7.200\$ com 20 annos de serviço, e 4.800\$ com 5 annos; os professores de 1ª, 2ª e 3ª entrância, respectivamente, 1.770\$, 1.920\$ e 2.280\$000. No Rio Grande do Sul, 6.766 maximo e 1.980\$ mínimo. Em Minas Gerais, na capital 3.960\$; nas cidades e villas, 3.360; nos districtos 2.400\$; estagiário a capital 2.280\$; nas cidades e villas 1.560\$000. Em Alagoas e no Amazonas, 4.200\$, 3.600\$, 3.000\$ e 2.400\$, conforme a classificação. Na Bahia, 3.200\$. No Ceará, 2.928\$ e 2.196\$. No Espirito Santo, de 1.800\$ a 4.320\$. Em Goyaz, de 3.480\$ a 3.840\$ os professores de grupos; os das escolas isoladas, 2.160\$, 1.800\$ e 1.440\$. No Maranhão, com três cathegorias de professores 1.200\$, 2.700\$ e 3.000\$. Em Mato Grosso, 1.560\$ e 2.240\$. No Pará 3.000\$ e 1.800\$. No Paraná, 3.900\$ e 960\$. Em Pernambuco, 4.200\$ e 3.000\$. No Piauhhy, 3.600\$ e 2.400\$. Na Parahyba, 3.700\$ e 1.800\$. No Rio Grande do Norte 2.400\$ e 1.200\$. Em Santa Catharina, 3.840\$ e 1.152\$. Não raramente pago impontualmente ou caloteado sem piedade o pagamento de vencimentos do professorado social. Em conclusão: enorme diversidade de classificação e infeliz nação, onde o professor primário trabalhando muito e pessimamente pago é estimulado de tal modo! (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 6604, 27 mai. 1935)<sup>17</sup>.

Percebe-se que, por se tratar de um país de tamanho continental, a remuneração dos professores variava bastante conforme cada Estado. Apesar de, conforme a afirmação do jornal, no país como um todo, tratava-se de uma baixa remuneração. Durante a primeira metade do século XX, o sistema educacional em São Paulo era visto como um modelo a ser seguido nas diferentes regiões do país.

<sup>17</sup> Não foi possível converter o dinheiro em reais para facilitar a compreensão do leitor, pois a matéria foi escrita em 1935, e a autora encontrou meios de conversão de dinheiro apenas a partir de 1942.

Esse prestígio dedicado ao Estado desde o início da república fazia com que inúmeros problemas escolares fossem ignorados (SOUZA, 2009). Dentre esses, estava a forma como a carreira docente estava organizada, conforme trecho da matéria publicada em 1937 no Diário:

A carreira do professor, no Estado de São Paulo, esta regulamentada por um decreto de dois annos e que trata, com requintes de mãe extremosa, de dois pontos da vida do mestre-esola: o ingresso nos quadros do magistério official e as remoções de professores, de uma para outra escola ou classe. Dahi para cima, porém, e um Deus nos acuda. Nada se salva. Nem mesmo o professor. Houve, há tempos, um decreto de iniciativa de Sud Mennucci, que mandava instituir a caderneta e o almanack do professor. Seria, mais ou menos, o que já se faz há tanto tempo no Exercito e na Armada. Um registro das actividades de todos os professores estabelecendo normas para o acesso aos cargos, por merecimento e por antiguidade. Dessa maneira, a exemplo do que acontece nas forças armadas, o professor perdido no fundo do sertão longe dos centros administrativos, ignorado, esquecido, teria o seu nome na lista e chegaria a sua vez de ser promovido. Haveria, quando não mais, a certeza de que fossem quês fossem o esquecimento ou a má vontade, chegaria fatalmente o tempo da promoção por antiguidade. E só essa certeza bastaria para animar muito o professor que anda amarello de fazer dó (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 9182, 23 jul. 1937).

Como se pode notar, não havia uma regulamentação única para a carreira, o que fazia com que cada região, e até mesmo cada escola, pudesse remunerar os professores conforme sua própria programação. Esses problemas apontados até aqui não eram exclusividade das escolas públicas, perpassando também as instituições privadas. As escolas privadas tiveram início nos Campos Gerais anteriormente à implementação da escola pública, sendo esta uma característica do país como um todo. É preciso pensar que esta regulamentação não ocorreu sem interesses, afinal a educação, durante muito tempo, foi destinada apenas às elites, inclusive depois do processo de implementação da escola pública. O trabalho docente, nessas instituições, só foi regulamentado em 1940, conforme noticiado:

O Presidente da republica assinou o decreto-lei 2.028, de 22 de fevereiro, instituindo o registro profissional dos professores e auxiliares de administração escolar, dispondo, ainda sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino. Organizado o professorado como classe, com direitos e deveres inerentes ao exercício dessa nobre profissão, fica habilitado a receber uma parcela dos lucros grandes que hoje em dia dão aos colégios, sejam quais forem essa triunfante prosperidade que hoje apresentam. O exercício de dono de escola foi um apostolado até anos atraz. Agora é um negócio rendoso e em crescente influencia e prosperidade (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.429, 27 fev. 1940).

A lei enquadrava o magistério na lei de proteção e assistência ao trabalhador nacional e deu características próprias ao trabalho docente, além de proibir “o funcionamento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague, pontualmente, a remuneração de cada mês” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 10.429, 27 fev. 1940). O que aponta para uma contradição: o governo atrasava o pagamento dos professores públicos, mas instituiu uma lei que proibia o atraso dos vencimentos nas redes particulares de ensino. O discurso daquele contexto já deixava claro que as pessoas que entrassem no magistério tinham consciência de que esta era uma profissão que pagava baixos salários. Esse discurso tinha como intuito conformar os docentes para que preferissem trocar de profissão a lutar por melhorias salariais. Destacamos novamente a contradição presente nas matérias: a figura do professor é sempre cheia de elogios, e de acordo com o Diário poderia até mesmo ser um trabalho rendoso e próspero, mas ao mesmo tempo essa valorização não correspondia às condições de trabalho e de remuneração, conforme teor desta matéria:

É uma vida sublime, a vida do professor e que, por isso mesmo, toca às raras ca [sic] perfeição. Quem ingressa no magistério sabe, de antemão, que não irá ali usufruir pingues vantagens de ordem material. O caminho se lhe afigura, num horizonte límpido, cheio de percalços e desilusões. E no entanto aí temos as nossas escolas formadoras de professores a fornecerem todo ano, novos sacerdotes para o evangelho do conhecimento. Qual missão pode existir na terra mais útil e nobre do que a do professor? Nenhuma lhe sobrepõe em méritos! (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 11.100, 6 out. 1942).

Ao mesmo tempo em que a matéria defende que a vida do professor é sublime, já atenta para o fato de que é uma carreira cheia de desilusões. Que vida sublime pode ter um professor se este não recebe um salário adequado, e por vezes nem recebe? Aparece aqui o discurso do magistério como missão e sacerdócio, ou seja, deveria ser um ato de entrega e doação, sendo que a nobreza do ato de educar deveria compensar os problemas de ordem material. Esse discurso de doação tende a tentar legitimar um tipo de identidade docente por meio dos imaginários sociais. Baczkó aponta que:

[...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o

“bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1985, p. 309).

Ainda de acordo com o Diário, “[...] é tão pequena a remuneração, que nem mesmo com as garantias de um emprego público efetivo consegue atrair suficiente número de candidatos” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.064, 19 mai. 1944). Pode-se perceber que o processo de evasão do magistério, bem como o desinteresse por ser professor marcava as décadas de 1930 e 1940, devido aos baixos vencimentos, ausência de uma carreira atrativa e parcas condições de trabalho. Mesmo os professores que seguiram a carreira, não se conformavam com as condições estabelecidas e lutavam para que ao menos tivessem equiparações salariais:

O professorado tem aspirações mínimas. Já nem sabe sonhar com “altos salários”. Solicita apenas equiparação á classe de escriturários. E estes – os escriturários - são funcionários muito dignos e dedicados, mas não precisam de um diploma para bater ás portas da repartição. Que não dispendem de dezenas de milhares de cruzeiros e longos anos de estudos na formação profissional indispensável aos mestres. E que, sobretudo, podem ser promovidos mais rapidamente do que os mestres – pois que estes somente atingirão os vencimentos correspondentes aos de 10 escriturários depois de 25 anos de serviço. O professorado primário alimenta, como se vê, pretensões mínima. Em verdade, nem pecar sabe, tão baixo vem sendo o seu padrão de vida (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12.064, 19 mai. 1944).

Novamente, aparece um problema de ascensão de carreira, e fica evidente como outras profissões eram mais atraentes, por exigirem menor esforço e um salário melhor. O padrão de vida do professor foi posto como baixo, o que nos leva a questionar como a educação poderia ser de qualidade se os professores não recebiam o suficiente nem para investir em livros. Mesmo nesse cenário de desvalorização, em quase todos os anos foram publicadas notas sobre o dia dos professores. As matérias analisadas trazem uma curiosidade: o dia professor era comemorado no dia seis de outubro, de acordo com matérias publicadas em vários anos no jornal. De acordo com Osinski (2015), a comemoração data do início do século XX, como ideal republicano, conjuntamente com outras ritualizações de dimensão simbólica, como festas de encerramento, exposições escolares e exames públicos. Assim como as datas religiosas e as datas nacionais, o dia do professor foi implementado por um objetivo ideológico e político, justificada por essa intenção da

ideia de modernização do país, que colocava a educação como carro chefe dessa missão. De acordo com matéria veiculada pelo Diário dos Campos,

A consagração da data representa justíssima homenagem prestada à uma classe de funcionários a que mais deve o país. O professor, como o sacerdote, como o médico, não exerce uma profissão: desempenha uma nobre e espinhosa missão. Nenhuma tarefa exige mais paciência, mais abnegação, mais espírito de sacrifício e mais apurado senso do dever do que a tarefa de ensinar [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 12. 688, 6 out. 1945).

É preciso, então, deixar claro que essa aparente valorização docente se tratava de um mito, pois o discurso não era acompanhado de melhorias salariais e de condições de trabalho. As recorrentes reportagens criticando os governantes retratam a insatisfação dos docentes devido aos atrasos nos pagamentos e aos baixos salários, que levavam muitos a procurar outras profissões. Essas críticas perpassaram diversos governos, que mesmo com um discurso de modernidade e com a criação de várias escolas, os professores continuavam sendo desvalorizados. Percebe-se então que as páginas do Diário foram marcadas por diferentes representações dos professores, que chegavam até mesmo a serem contraditórias. Isso ocorre porque

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação (CHARTIER, 2011, p. 22).

Não podemos negar que a profissão docente tinha certo prestígio social, e que vários discursos eram propagados no sentido de que era necessário valorizar mais os professores. Entretanto, esses discursos muitas vezes eram utilizados como forma de manter a categoria sob controle. Assim, dizia-se que o magistério era uma tarefa nobre, mas que ao mesmo tempo era uma missão e ato de amor, logo não era fundamental um bom salário. O Diário esteve no entremeio desses discursos, publicando matérias que se referiam aos problemas da profissão e reclamando, por intermédio de seus interlocutores, por melhores condições, ao mesmo tempo em que propagava a ideia de vocação e de sacerdócio.

Como os salários dos professores eram baixos, e muitas vezes não possibilitava nem o pagamento das contas essenciais, muitos professores atuavam

em outros empregos para complementar sua renda. O Diário publicou em 1947 uma reportagem, com entrevistas feitas com vários professores falando sobre suas outras ocupações profissionais. Esse é um gênero discursivo diferenciado, sendo o único caso dentre as matérias analisadas neste estudo. De acordo com Charaudeau (2013), este gênero consiste na “encenação do acontecimento provocado”, que possui características bem específicas: as falas são exteriores aos agentes da mídia, ou seja, não emanam do jornalista; são motivadas por um tema da atualidade; são justificadas pela identidade daqueles que falam, como neste caso, por professores renomados na cidade. Desse modo, as mídias convocam

[...] categorias profissionais (o operário, o bancário, o artista, o intelectual etc.) ou representativas de certos problemas de caráter social, psicológico e mesmo patológico (crianças maltratadas, mulheres violentadas, doentes crônicos ou condenados, autistas etc.), os quais seriam o reflexo da opinião, sob forma estereotipada, do cidadão médio (CHARAUDEAU, 2013, p. 190).

Cabe destacar que alguns professores entrevistados eram bem conhecidos na cidade, por isso foi possível identificar suas trajetórias, entretanto não foi o caso de todos. Por isso, nas análises a seguir, alguns serão identificados e outros não.

O primeiro professor entrevistado, Sezinio Malberhi, que dava aulas na Academia Pontagrossense de Comercio, nas horas vagas exercia o ofício de alfaiate. Quando indagado pelo repórter se acreditava numa melhoria da situação da carreira do magistério, este respondeu dizendo que esperava há dezoito anos, e que logo concluiria seu curso de guarda-livros e mudaria de profissão. Também declarou:

A situação econômica dos que vivem exclusivamente do magistério primário é lastimável. Com os vencimentos que percebemos mal podemos manter a família e solver os compromissos que assumimos. Lá não vivo só do magistério porque sou alfaiate. Graças a esta profissão, por sinal mais rendosa, apresento-me na sociedade como deve se apresentar um professor. E não faço questão que me chamem de professor, mas sim de alfaiate (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947).

Pode-se constatar por este depoimento que a condição de vida de um professor era tão precária que chegava a ser vergonhoso ser conhecido como tal. Uma profissão como a de alfaiate era mais rendosa, apesar de não exigir formação como o magistério. Outro caso apresentado pela mesma reportagem referia-se à Ireno Marques, professor da mesma academia citada anteriormente. Este exercia a

profissão de marceneiro, dedicando-se quase que exclusivamente a este ofício, lecionando apenas nas horas vagas. Referiu-se à condição dos professores da seguinte forma: “a situação para quem vive do ensino é bem desagradável pela baixa remuneração que os professores percebem”. E ainda destacou: “para o ensino, o prejuízo é grande, pois se observa verdadeira deserção pelos elementos de inegável capacidade que se voltam para profissões mais compensadoras” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Fica evidente como a qualidade da educação está vinculada à valorização docente, pois se os professores não são valorizados acabam por abandonar o magistério, sendo que deste modo permanecem na carreira apenas as pessoas que não têm condições de seguir outras profissões. É fundamental reter os bons profissionais.

Foi entrevistado também o professor Raul Machado<sup>18</sup>, que atuava como guarda livros. Ele se manifestou dizendo que “os educadores primários vivem em absoluta inferiorização econômica, e por isso o magistério conta com poucos profissionais. A maioria não faz de tão importante mistério o seu verdadeiro ganho, e eu sou um deles”. Concluiu seu pensamento relatando que “mesmo que se valorize o dinheiro ou melhore o poder aquisitivo, o professor continuará condenado à majoração ínfima que lhe foi imposta” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Este professor se mostrava bastante pessimista ao afirmar que a situação dos professores não mudaria, mesmo que seu salário aumentasse. A afirmativa pode decorrer da imagem desgastada que se tinha dos professores historicamente. Sua fala ainda mostra como o magistério era composto por poucos profissionais, o que pode sugerir que se faltavam professores, muitas crianças não tinham acesso à escola, e mesmo que tivessem, as salas seriam superlotadas.

O professor Estanislau Petrochinski, que atuava como corretor de praça, e estava estudando para se tornar contador e abandonar o magistério, explicou seu afastamento do magistério dizendo que “é digna de lastima a situação econômica do professor primário em nosso Estado. Não me interessa mais essa profissão. Envergonho-me de pertencer a essa classe” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22

---

<sup>18</sup> Raul Pinheiro Machado, irmão de Brasil Pinheiro Machado (já citado neste trabalho), fez parte do corpo docente do Colégio Estadual Regente Feijó e foi diretor por duas vezes. Foi professor de História do Brasil e História Universal. Foi também professor catedrático no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Ponta Grossa. Além de professor, era também advogado. Pertenceu ao Centro Cultural Euclides da Cunha (OLIVEIRA, 2002).

jun. 1947). Aqui se confirma a vergonha que alguns professores tinham de pertencer ao magistério, sendo que essa fala se contrapõe ao discurso de prestígio social do magistério.

A reportagem ainda abordou o professor Egdar Zanoni<sup>19</sup> que trabalhava tanto no magistério público quanto no privado. Apesar de trabalhar apenas no setor educacional, este foi tido como exemplo devido ao seu acúmulo de aulas. No magistério público atuava como inspetor municipal de ensino, e mesmo que esse fosse o mais alto cargo de ensino, seu salário era igual ao de professor, e menor do que o de diretor. Defendeu que “de um salario vital precisam os professores, salario que garanta a familia, vida social, cultural (compra de livros, conferencias, especialização)” e ainda disse que “o trabalho do professor primario ao meu ver corresponde simplesmente á desvalorização do trabalho intelectual” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947). No sentido de sua fala, Martins (2011, p. 87) destaca que a questão da remuneração digna é fundamental, pois

Não há como pensarmos um professor devidamente qualificado que não tenha condições para adquirir livros, assinaturas de periódicos e revistas; freqüentar ambientes culturais, artísticos e científicos; de usufruir de um digno conforto doméstico e desfrutar das novas tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, a remuneração do professor assume relevância impactante na qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras.

Também foi entrevistado Ary Martins, que trabalhava como jornalista. Este se expressou dizendo que o salário recebido era uma verdadeira afronta, e que não estava de acordo com o custo de vida normal, o que só poderia ser prejudicial ao ensino. Destacou ainda a importância da elaboração da carreira, sendo consultados os professores: “Acho mais que o ensino em nosso Estado precisa de nova organização e que a carreira do professor deve ser estudada. Os cargos deverão ser preenchidos tendo-se em conta antiguidade, merecimento e concurso” (DIÁRIO

---

<sup>19</sup> De acordo com Oliveira (2002), Egdar fez o curso de professor normalista na Escola Normal Primária de Ponta Grossa. Estudou na Academia Pontagrossense de Comércio e se tornou contador. Iniciou o curso de Odontologia, mas não o concluiu devido ao fechamento da instituição. Durante sua carreira no magistério, atuou como professor primário, diretor e inspetor de ensino. Foi também coordenador da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. Foi uma referência como educador em Ponta Grossa, por sua postura com que ministrava aulas de Português. Desenvolveu inúmeras atividades culturais ao longo de sua vida, sendo sócio-fundador do Centro Cultural Professores Faris Michaelle, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico e do Clube 21 Irmãos Amigos de Ponta Grossa; e membro do Centro Cultural Euclides da Cunha.

DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Outro depoimento foi do diretor Plácido Cardon<sup>20</sup>, que também era horticultor, que se pronunciou da seguinte forma:

A situação econômica do professor não é condigna porque ao lado do trabalho exagerado se lhe impõem vida precariamente modesta. Oxalá o sr. Moisés Lupion ampare ao professor porque até agora se lhe tem negado a devida consideração. Eu sou um pária de sorte. Vivo do magistério e morrerei como mestre-escola. Nas horas vagas dedico-me à horticultura, auferindo poucos lucros com vendas feitas na Feira-Livre. Não me dedico a outra profissão porque me sinto amarrado ao magistério. Há 15 anos sou mestre, meu diploma consegui com sacrifícios e acho que vale muito para mim mesmo. Sou um indivíduo de constituição fraca e outro mistér não me atrai. Tenho esperanças no governo de Moisés Lupion (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.116, 22 jun. 1947).

Na reportagem, Plácido Cardon cita o nome de Moyses Lupion, que governou o estado do Paraná de 1947 a 1951, e mais tarde de 1956 a 1961. De acordo com Magalhães (2001), Lupion foi herdeiro político de Manoel Ribas e valeu-se desta imagem para ganhar as eleições<sup>21</sup>. A situação educacional nesse contexto era a seguinte:

Quando Moyses Lupion assumiu o governo do estado Paraná, entre os anos de 1947 e 1951, encontrou não somente um estado em franco desenvolvimento econômico como com uma rede de escolas primárias relativamente constituída em termos de distribuição pelo estado. Para isso concorreram os governos que o precederam, destacadamente, Afonso Camargo (1928-30) e Manoel Ribas (1932-45) (CORRÊA, 2017, p. 173).

Uma semana após a publicação da reportagem referente às ocupações secundárias dos professores, como forma de complemento de renda, o jornal divulgou outra notícia dizendo que o tema repercutiu:

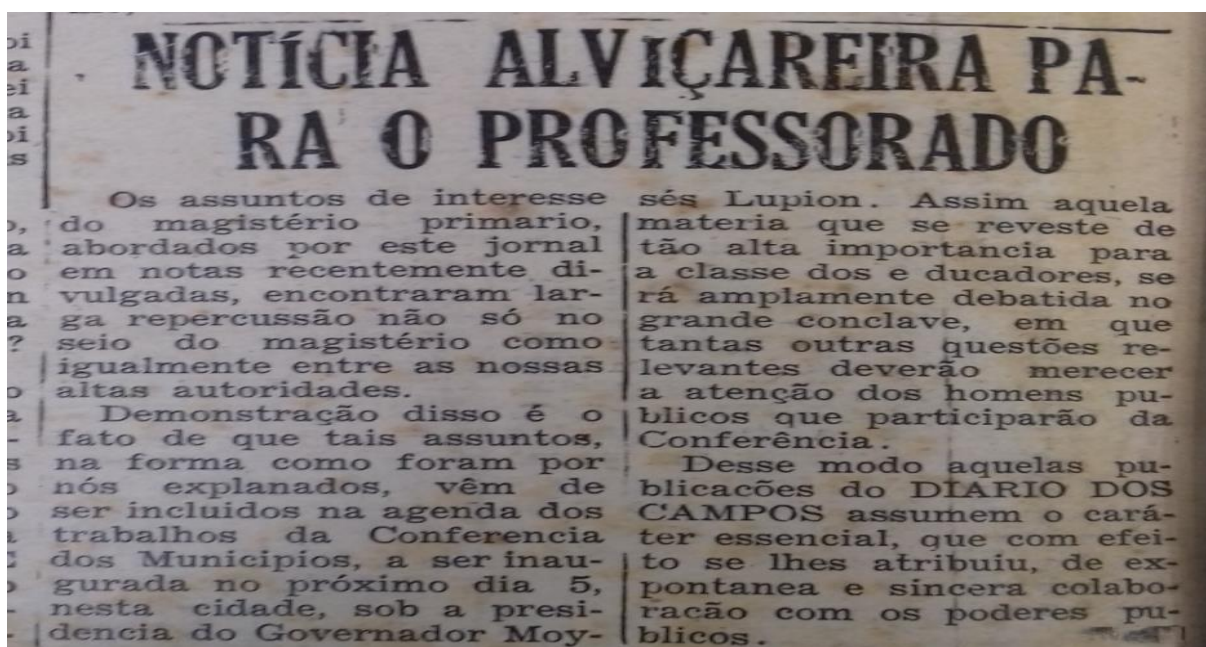
---

<sup>20</sup> A partir dos estudos de Oliveira (2002), sabe-se que Plácido Cardon atuou nos três níveis de ensino como professor. Quando ainda era jovem interrompeu seus estudos para trabalhar, porém sofreu um acidente e ficou um ano afastado do trabalho. Recuperado, deu continuidade aos seus estudos, aprendendo o ofício de tipógrafo com João Alves Pereira. Trabalhou inclusive no Diário dos Campos. Em 1932, se formou na Escola Normal Primária. Trabalhou em várias cidades como professor e também foi diretor. Kursou licenciatura em Geografia e História na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e atuou como professor de Administração Escolar no ensino superior, onde permaneceu até se aposentar.

<sup>21</sup> No plano educacional, durante seu mandato criou o Colégio Militar de Curitiba, auxiliou no processo de federalização da Universidade do Paraná e doou o terreno para a construção da Universidade Católica (MAURICIO, 2011). No seu governo, realizou convênios com prefeituras para a construção de aproximadamente quinhentas escolas primárias no interior do estado, “[...] com vistas a incentivar o que o governador chamava de *formar o mestre de cada região, em sua própria região*, de prevenir a evasão escolar e de criar Cursos Normais Regionais” (TRINDADE, 2001, p. 105).

Os assuntos de interesse do magistério primário abordados por este jornal em notas recentemente divulgadas, encontraram larga repercussão não só no seio do magistério como igualmente entre as nossas altas autoridades. Demonstração disso é o fato que tais assuntos na forma como foram por nós explanados, devem ser incluídos na agenda dos trabalhos da Conferência dos Municípios, a ser inaugurada no próximo dia 5, nesta cidade, sob a presidência do Governador Moysés Lupion. Assim aquela matéria que se reveste de tão alta importância para a classe dos educadores será amplamente debatida no grande conclave em que tantas outras questões relevantes deverão merecer a atenção dos homens públicos que participarão da conferência. Desse modo aquelas publicações do Diário dos Campos assumem o caráter essencial que com efeito se lhes atribuiu, de espontânea e sincera colaboração com os poderes públicos (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.121, 29 jun. 1947).

Figura 3 - Notícia alviçareira para o professorado



Fonte: Diário dos Campos, 29 jun. 1947 (Acervo do Museu Campos Gerais).

Nota: Dados elaborados pela autora.

Pode-se perceber, pelo trecho da matéria, a relevância da utilização da imprensa por dar visibilidade a lutas de diferentes setores sociais. Juca Hoffmann utilizou-se do Diário como espaço de disputa na área política, ora fazendo críticas aos governantes, ora aliando-se a eles. Além de propagar a ideia de que era defensor da causa dos menos favorecidos e dos injustiçados, como é o caso dos professores. Isso fez com que ganhasse a simpatia de diversos setores da sociedade, contribuindo para a sua carreira de político. Assim, apesar de Lupion ter

expandido o número de escolas, ainda se apontavam para muitos problemas a serem enfrentados, conforme matéria do jornal:

Não há a menor duvida de que o ensino deve ser gratuito e, se impossivel isto, ao menos cada vez mais barato: pois a Pátria precisa educar todos os seus filhos, para possuir cidadãos esclarecidos e dignos. [...] É louvável, por parte dos poderes publicos, o barateamento do ensino publico, e até a sua gratuidade, o que seria o ideal. Porém reduzir o ganho dos professores, que já são patrioticamente sacrificados em sua nobre profissão, isso não é justo nem cabivel pela própria lei do pais, que impede a redução de salários e vencimentos. Achamos que os exames de madureza devem ser rigorosos quanto baratos, para que os rapases usufruam-lhe os beneficios. Mas o govêrno pague o trabalho dos professores, pois das costas de todos deve sair as despesas da instrução publica (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.354, 6 out. 1948).

É notável que as matérias demonstravam a insatisfação dos professores com relação aos seus salários. De acordo com Souza (2009, p. 346), dentre os principais problemas educacionais encontrados no país estavam a falta de vagas, “a alta seletividade do ensino público, as péssimas condições materiais das escolas, o despreparo dos professores, o arcaísmo dos métodos de ensino, a incompatibilidade entre a escola e as necessidades da sociedade brasileira”. É um equívoco pensar que os professores eram vítimas dessa situação e aceitavam de forma inquestionável o discurso de que deveriam trabalhar por amor, e não pela remuneração. Exemplo disso são os movimentos realizados por professores para pressionarem o governo. Em 1948, o jornal publicou uma notícia de que em São Paulo, mais de dois mil professores se reuniram para reclamar seus direitos. Era esperado que esse movimento chegasse ao Paraná, conforme aponta:

Como se vê, os professores primarios de S. Paulo sabem pleitear os seus direitos. Pugnam os mestres paulistas para a equiparação de seus vencimentos. Deve o magisterio primario secundar esses passos. Um professor paranaense das primeiras letras percebe vencimentos insuficientes, de 980 cruzeiros por mês, menores que os seus confrades bandeirantes. Não dizemos que o professorado paranaense vá á praça publica e que reclama, em altos brados, os seus direitos. Não há mister estender-se a tanto, cremos. Mas que articulem um movimento pacífico através de comissões e congressos para terçarem por um direito que ninguém lhes poderá negar – o de auferirem os proventos que os capacitem a levar vida decente e imune de privações. Um memorial que dirijam nesse sentido ao executivo e ao legislativo estaduais não poderia ser olhado com indiferença pelos dois citados poderes. Estamos com os professores primarios. Porque eles representam uma classe benemerita que tem visto preteridos os mais lidimos direitos (DIÁRIOS DOS CAMPOS, ed. 15.384, 12 nov. 1948).

Note-se que apesar do Diário publicar matéria em defesa dos direitos dos professores, refutaram a ideia de uma greve ou mesmo de manifestações em praça pública. Aconselham que os professores lutem por seus direitos, de forma pacífica, o que denota os princípios do ideário positivista, de ordem e progresso.

Fica evidente, nas reportagens consultadas, o apelo dos colunistas em relação à valorização docente, sendo que boa parte do material analisado aponta que os professores eram mal remunerados, sofriam descaso por parte do governo e mereciam maior prestígio social. As representações dos professores nas páginas do Diário mostraram-se contraditórias, entretanto, o contexto tratado também traz aspectos contraditórios, o que leva a considerar que o jornal, enquanto fonte, não é marcado por um discurso único, mas por diversos discursos, que variam conforme o contexto específico e o interlocutor em questão.

Havia diferenças entre trabalhar no ensino primário e no ensino secundário, visto que o último era mais valorizado por se tratar dos estudos destinados à formação das elites. Em 1947, foi veiculado pelo Diário dos Campos a carta de um professor que reclamava sobre as diferenças nas condições de trabalho entre esses professores. A reclamação consiste na diferenciação dos dias letivos, porque o ensino secundário possuía férias maiores, e não precisava trabalhar nos dias frios de inverno, enquanto que o primário tinha aula com carga horária reduzida em junho. O autor da carta aproveita também para reclamar dos salários diferenciados:

Os cursos secundários e superiores que constam de alunos de mais idade são mais favorecidos. Além de gozarem de mais férias, os pais, em maioria, dispõem de melhores meios permitindo com que seus filhos possuam o agasalho suficiente, além do conforto que a vida urbana já oferece. No interior a criança mal sabe o que vem a ser uma rua calçada, uma galocha ou um bonde. E como não dispõe de relógio marca as horas pelo sol. Durante os dias nublados de inverno não sabe a hora que sai de casa, sendo-lhe portanto indiferente chegar no estabelecimento às 8 como às 9 horas. Durante os dias de frio, antes de qualquer trabalho escrito, temos necessidade de retirar a classe ao pátio e fazer realizar exercícios físicos a fim de que possam manter o lápis e flexionar os dedos para a devida escrita. Com três horas de aula diária temos, ainda, necessidade de suprir ou reduzir explicações que tornariam mais completo e eficiente vários assuntos do programa. Além disso tal distribuição de aula é desvantajosa causa pela baixa frequência verificada nesse mês, e o que poderá se esperar em junho? Considerando isso tudo, não haverá progresso na classe o que nos desinteressa por completo: então não podemos fazer de nossa profissão uma missão. Devendo serem as férias distribuídas do mesmo modo para todos os cursos em todos os Estados do país, os vencimentos por sua vez também deviam ser iguais (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 13.099, 31 mai. 1947).

Essas diferenças nas condições de trabalho, no calendário letivo e nos vencimentos dos professores evidenciam que ainda não existia um parâmetro que orientasse o ensino, desde o primário ao secundário, acentuando sua dualidade. Além disso, chama a atenção na carta o questionamento do professor sobre o conceito de missão tão difundido na temporalidade tratada, mais especialmente, a carta é demonstrativa de como os professores não eram meros “receptores” dos discursos oficiais.

Em janeiro de 1950, a carta de uma professora retornou com as críticas ao governo de Lupion, por este atrasar o pagamento dos professores. O jornal se manifestou dizendo que o governador se gabava de arrecadar milhões de cruzeiros aos cofres públicos, gastando com festas e excursões políticas, entretanto não pagava o salário dos humildes professores desde outubro. O conteúdo da carta dizia, dentre outras coisas, que os professores ficaram sem receber o vencimento de natal, ficando impossibilitados de comprar presentes. Além disso, escreveu:

Uma grande tristeza invadiu minha alma, ao lembrar que desde outubro não sei o que é envelope de pagamento. Tenho recorrido semanalmente a meu procurador, e sempre a mesma notícia, nada. Esse nada!!! É como uma punhalada em meu coração, que com tanto esmero e sacrifício batalho neste interior, com uma turma de sessenta alunos de ambos os sexos, dirigindo três classes em uma só sala, ainda passar um fim de ano tão despercebido. Assim, se não fôsse meu paizinho, que é funcionario ferroviario, talvez eu não soubesse o que era o pão de natal deste ano. Assim, passou o fim de ano e quase no dia quinze do 1º mês de 1950, e nem aviso de pagamento. Não tivemos pagamento em mês de novembro. Esperavamos receber com o envelope de dezembro e abono de natal e nada! Creio que as professoras do interior trabalham igual às da cidade e talvez mais, muito mais, porque ser professora é bom, mas não no interior onde a condições de vida e outras circunstancias são diferentes. Será porque sômos professoras do interior, porque sujeitamos a embrenhar-se por estes sertões, alfabetizando estas pobres crianças, que não conhecem senão seus pais em casa, será por isso que sômos desprotegidas? Podiamos ser um pouquinho mais consideradas pelo nosso governador. Sómente nós do interior é que ficamos á espera da boa vontade dos superiores (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 15.495, 11 de jan. 1950).

Finalizando a carta, a professora escreveu que esperava receber em março, maio ou junho. Destaca-se o trecho da carta em que a autora disse que seu pai é que estava lhe sustentando, o que denota que o magistério era visto como uma profissão para mulheres, que não tinham a obrigação de sustentar a casa. Fica evidente também a forma como os professores eram desvalorizados. A professora cita o nome do então governador, Lupion, e aponta que este já estava deixando o cargo, conforme realmente ocorreu com as eleições do ano seguinte. A sua

esperança era a de que o próximo governo fosse melhor. Salienta-se, ainda, o número de alunos que esta tinha na sala e a ideia de que trabalhar no interior era mais difícil do que trabalhar em centros maiores.

Pode-se perceber nas matérias diferentes tipos de representações sobre os professores, até mesmo porque o jornal deu visibilidade a diferentes interlocutores. Também é preciso considerar que cada professor enfrentava uma realidade diferente em cada escola que trabalhava, mas de um modo geral, os discursos presentes no jornal levam-nos a considerar que o magistério era uma profissão desvalorizada, o que fez com que alguns professores procurassem outras profissões. Para compensar os problemas da profissão, perpassava na sociedade um discurso de que deveria haver amor pela profissão e um espírito de abnegação e sacrifício.

Buscou-se evidenciar como a educação é marcada como uma arena de disputa. Deste modo, entende-se que a escola não pode ser pensada como uma instituição isolada do contexto social. Assim, as representações dos professores foram perpassadas por diferentes discursos normativos, que tiveram como intuito a busca pela hegemonia e o direcionamento da ação docente. Destaca-se, portanto, o teor das matérias quanto ao descaso com a profissão docente, que sofria com precárias condições de trabalho e baixa remuneração, além dos atrasos nos pagamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação foram analisadas possíveis representações sobre os professores esboçadas nas páginas do Jornal Diário dos Campos, de 1932 a 1950. Para isso, elencaram-se como categorias de análise o discurso moral, cívico e patriótico das reportagens; a formação de professores, a feminização do magistério, as condições de trabalho e remuneração do magistério. O embasamento da pesquisa foi a partir da perspectiva da História Cultural, em consonância com a Análise de Discurso. Foram analisadas 31 matérias do jornal Diário dos Campos, consultadas no acervo do Museu Campos Gerais.

Ao analisar as matérias do Diário foi preciso considerar que os temas escolhidos pelo editor, evidenciavam também o que passava a ser de interesse da sociedade ponta-grossense. Assim temos ciência de que “a significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito” (CHARAUDEAU, 2013, p. 39). O editor faz seleções de informações, um filtro jornalístico, visto que é impossível relatar acontecimentos em sua totalidade, o que demandaria, inclusive, abordagens sobre o próprio retorno do acontecimento na historiografia. Nesse sentido, foi possível compreender sobre as representações dos professores, que foram mais convenientes ao jornal, bem como trabalhar com alguns aspectos das contradições destas representações.

Também é preciso considerar que, conforme defende Chartier (2011, p. 23), “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”. As representações podem ser contraditórias, devido a essa energia dinâmica que traz confrontações e permite a criação de novas representações. São elas que fundam as percepções das pessoas no mundo, e deste modo, governam as ações, por isso é que são reais e concretas. Deste modo, o conceito de representação torna-se uma forma de traduzir as práticas socioculturais e experiências das personagens em estudo (MACHADO, 2016), como é o caso desta pesquisa que teve como personagens centrais os professores. Assim

No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialéctico. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”,

bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história” (BACZKO, 1985, p. 303).

Dentre as considerações finais deste trabalho pode-se destacar que a análise das representações dos professores no jornal *Diário dos Campos* mostrou que a desvalorização docente se constituiu num processo histórico, visto que já se apresentava no início do século XX. Muito se falava dos professores, mas pouca voz era dada a eles, especialmente às mulheres professoras.

A ideia de missão e vocação para o magistério tinha destaque nas representações sobre os professores, sendo esta considerada uma atividade de “amor e doação”. O jornal destacou em uma de suas matérias que o próprio ministro Gustavo Capanema defendia que o magistério era uma missão e não um meio de ganhar a vida. Isso demonstra o quanto ainda estava distante o debate sobre a profissionalização do magistério. Partindo da ideia de vocação, foi questão defensável nas páginas do jornal que os professores deveriam ter um espírito de abnegação e esforço pessoal, significando uma vida de sacrifícios. A tarefa do professor consistia então em um “milagre ignorado”, pois enfrentava a falta de recursos, os baixos salários, o atraso nos pagamentos, dentre outros inúmeros problemas.

O ideário republicano teve forte influência nas imagens e discursos que se construíram sobre os professores, sendo que estes deveriam cultivar nos alunos o amor à pátria e responsabilizarem-se pela moralidade intrínseca neste processo. Essa questão da moralidade deveria estar ligada à vida do professor, até mesmo fora dos muros da escola, pois este deveria ser modelo. Para isso, tinha que controlar suas atitudes e os discursos que proferia, pois ensinava a todo o momento. Os professores deveriam ser missionários do civismo e ensinar o apego às tradições, formando pessoas virtuosas. O ideário católico também marcou presença nos discursos do jornal, comparando os professores aos sacerdotes. Ensinar seria então a sua cruz, sendo que professores deveriam servir tanto à Pátria quanto a Deus.

O debate da formação tomava corpo nas décadas de 1930 e 40, conforme retratado nas matérias publicadas pelo *Diário*, sendo que a forma como os cursos normais passavam a serem organizados estava intimamente ligada com a feminização do magistério, o que reforçou a desvalorização docente. A Escola Normal era considerada ambiente próprio para as mulheres estudarem, pois formava

tanto para a vida profissional quanto para a vida doméstica. O magistério era então considerado a carreira ideal para as mulheres que pretendessem trabalhar fora de casa.

A análise das representações dos professores no jornal também mostrou como os salários eram baixos e atrasavam constantemente, além de como eram precárias as condições de trabalho. O magistério deixava então de ser uma carreira atrativa para quem tivesse melhores oportunidades, o que acarretou em diversos problemas de ensino. Para manter um mínimo de professores atuantes, mesmo nessas condições, foram propagados discursos de que o magistério deveria ser encarado como uma missão, conforme já apontado anteriormente.

De um modo geral, as representações sobre os professores retratadas no jornal demonstram que o magistério se apresentava como uma profissão que remunerava mal os professores e que tinha precárias condições de trabalho. Entretanto, pode-se perceber, de acordo com o teor das matérias do Diário, que é preciso tomar cuidado com generalizações, pois havia diferença entre trabalhar em grupos escolares em cidades que estavam em processo crescente de urbanização e trabalhar em lugarejos pobres no interior do país. Assim como também havia diferenças entre trabalhar no ensino primário e trabalhar no ensino secundário. Do mesmo modo, já apresentavam diferenciações as instituições escolares públicas das privadas.

Segundo matérias do jornal, em todo o país os professores eram mal remunerados, entretanto os vencimentos variavam bastante de uma localidade para outra. Se comparado a outras profissões, a remuneração também se mostrava precária, o que levou muitos professores a procurarem outras carreiras.

O Diário era um jornal influente na sociedade ponta-grossense durante o período analisado, sendo durante muitos anos o único jornal a circular na cidade. O que é significativo constatar que discursos veiculados e representações delineadas sobre professores incidiam no modo como estes eram vistos e serviam, em grande medida, como modelos de normatização de condutas sociais. O descaso com a educação levava a um descaso da profissão, ainda que muitos discursos forjassem um prestígio social do magistério. Vale destacar que recorte temporal da pesquisa se insere no período do Estado Novo, o que significa que certamente as matérias sofriam censura, além de que muito do que se publicava era recomendado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

As matérias analisadas trouxeram diferentes representações dos professores, que por vezes foram até mesmo contraditórias, o que denota contradições do próprio cotidiano vivenciado daquele contexto. As diferentes representações também se referem aos diferentes interlocutores das matérias publicadas. Por fim, constataram-se formas discursivas sobre as representações da profissão docente que ora se formava e de como foram produzidos efeitos de sentido nas disputas políticas e no jogo de interesses midiáticos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A. A. Estado Novo: Projeto político pedagógico e a construção do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p.137-159.

ALTINO FILHO, H. V. et al. Magistério: ofício ou sacerdócio? **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 19, n. 1, jan./jun., 2017.

ARAÚJO, J. C. S. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: A revista A Escola (1920-1921). In: ARAÚJO, J. C. S; GATTI JUNIOR, D. (org.). **Novos temas em educação brasileira**: Instituições escolares e educação na imprensa. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 91-132.

ARAÚJO, N. S. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000157&pid=S0104-8775201400010001200016&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000157&pid=S0104-8775201400010001200016&lng=pt)>. Acesso em: 29 mai. 2018.

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACZKO, B. Imaginação social. In: RUGGIERO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, N. F. M.; JARDILINO, J. R. L. A formação de professores: notas sobre o pensamento educacional de Anísio Teixeira. **Educação em perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 307-319, jul./dez. 2012.

BARROS, J. D'A. História Política - dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas**: Revista Do Colegiado De História, Araguaína, 2008.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (orgs.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 68-76.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org). **Repensando o Estado Novo**. Editora Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 137-166. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 set. 2017.

BORGES, V. P. História política: totalidade e imaginário. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, jul. 1996.

BOSCO, C. L. S. **A análise dos discursos educacionais por meio dos jornais de São João Del-Rei (1900-1920)**. 2014, 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2014.

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: UEPG, 2007. 150 p.

BURKE, P. **O que é história cultural?**. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 215 p.

CAMPOS, N. Ensino superior no Paraná: avanço da ação estatal (1950-1970). In: ROIZ, D. S. (Org.). **A História Intelectual**: Entre instituições e letrados na historiografia brasileira. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. cap. 13. p. 287-316.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**: educação e história. São Paulo: UNESP, 2009. 223 p.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**: representação e história. 2007, 216 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. 258 p.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org). **Repensando o Estado Novo**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 set. 19.

CAPELATO, M. H. R. História Política. **Revista Estudos Históricos**, Recife, v. 9, n. 17, p. 161-165, 1996.

CARVALHO, F. L. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, C. H.; ARAUJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a História da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). In: ARAUJO, J. C. S; GATTI JUNIOR, D. (org.). **Novos temas em educação brasileira**: Instituições escolares e educação na imprensa. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 67-90.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHAVES, N. B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: Discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, N. B (org.). **VISÕES de Ponta Grossa**: images of Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2001. 127 p.

CHAVES, N. B. Entre “**preceitos**” e “**conselhos**”: discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). 2011, 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/D11%20Niltonci%20Batista%20Chaves.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, 285 p.

CORRÊA, R. L. T. Política educacional no governo de Moyses Lupion: aspectos históricos da expansão da primária no Paraná/Brasil (1947 a 1951 e 1956 a 1960). **Interações**, Portugal, n. 40, PP. 170-191, 2016.

CORREIA, A. P. P. Escolas normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 245-273, jul./set. 2013.

COSTA, M. I. L. **Discurso e relações de poder**: uma análise da rotina produtiva do Jornal de Fato. 2013, 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2013. Disponível em: <[http://www.uern.br/controladepaginas/disserta%C3%A7%C3%B5es2013/arquivos/1698dissertacao\\_de\\_maria\\_ivanucia\\_lopes\\_da\\_costa.pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/disserta%C3%A7%C3%B5es2013/arquivos/1698dissertacao_de_maria_ivanucia_lopes_da_costa.pdf)>. Acesso em 15 mar. 2018.

DAHNE, C. L. **Patriotismo e nacionalismo no front interno**: os discursos do jornal Diário dos Campos acerca da Segunda Guerra Mundial (Ponta Grossa – 1942 e 1944). Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

DARDE, V. W. S. A estrutura do discurso jornalístico e sua contribuição para a construção social da realidade. In: **Convenit Internacional 13**, 2013, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2013. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit13/05-16Vicente.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2018.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DITZEL, C. H. M. **Manifestações autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). 2004, 297 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DITZEL, C. de H. M; SAHR, C. L. L. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais; Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

FERREIRA, K. Z. **Quando o professor é notícia? Imagens de professor e imagens do jornalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOIRIS, F. A. J. **Estado e política**: a história de Ponta Grossa - Paraná. Ponta Grossa: Grafica Planeta, 2013. 273 p.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, J. C. S; GATTI JUNIOR, D. (org.). **Novos temas em educação brasileira**: Instituições escolares e educação na imprensa. 1 ed. Campinas: Autores Associados, p. 197-225, 2002.

GRASSI, T. M. **As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

GUIMARÃES, A. **10 anos de governo**: a guisa de prestação de contas ao contribuinte e a população. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, s.d.. 110 p.

HOLOWATE, I. Ponta Grossa e o Diário dos Campos: o nascimento do jornalismo ponta-grossense. In: 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia, 2016, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2016. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-da-midia-impressa/ponta-grossa-e-o-diario-dos-campos-o-nascimento-do-jornalismo-ponta-grossense/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-da-midia-impressa/ponta-grossa-e-o-diario-dos-campos-o-nascimento-do-jornalismo-ponta-grossense/at_download/file). Acesso em 20 set. 2018.

HOLZMANN, E. **Cinco historias convergentes**. Curitiba: Requião, 2004. 355 p.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992, 312 p.

IBGE. **Sinopse estatística do município de Ponta Grossa**: estado do Parana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional De Estatística, 1950. 41 p.

KARVAT, E. C. Intelectuais, centro e periferia: reflexões sobre a história de intelectuais a partir do Centro Cultural Euclides da Cunha, Ponta Grossa (PR), anos 1950. In: VII Congresso Internacional de História, 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015. p. 1373 – 1384. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1240.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.525-541.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004

LENGERT, R. Profissionalização docente: entre vocação e formação. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 16, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2011.

LIMA SOBRINHO, B. **O problema da imprensa**. 3 ed., São Paulo: EDUSP, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 371-403.

LUCENA, M. de L. A. e S. **Imprensa e educação: um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930 – 1945)**. 2011, 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia, 2011.

LUPORINI, T. J. **Escola Estadual Senador Correia**: pioneira da instrução pública em Ponta Grossa. Ponta grossa: Planeta, 1987, 132 p.

MACHADO, F. **Sobre as dimensões da representação histórica na obra de Roger Charter**: das relações teóricas à instrumentalização da representação. 2016, 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157931/001018513.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 mar. 2019.

MACHADO, S. F.; TERUYA, T. K. O Manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20D5ES%20NA%20FORMA%20C7%20C3O%20DE.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20D5ES%20NA%20FORMA%20C7%20C3O%20DE.pdf)>. Acesso em 29 mai. 2018.

MAGALHÃES, M. B. **Paraná**: Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001. 122 p.

MARTINIAK, V. L. A formação de professores no Paraná na primeira república: a escola normal primária de Ponta Grossa. **História & Ensino**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 255-282, jan./jun. 2018.

MARTINS, P. F. de M. **Carreira e formação de professores no Tocantins**: da percepção dos licenciandos da UFT aos planos de carreira e remuneração do magistério público. 2011, 351 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MAURICIO, D. R. N. **Governos Lupyon e Ney Braga**: um estudo comparativo. 2011, 27 f. Monografia (Especialização em Sociologia política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MAYER, M. S. **Políticas públicas e museus**: uma análise sobre as instituições dos Campos Gerais – PR. 2015, 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

MIGUEL, M. E. B. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: Congresso Brasileiro De História Da Educação: o ensino e a pesquisa em História Da Educação, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju, 2008. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf> >. Acesso em: 25 abr. 2018.

MOLAR, J. O. **Faris Michaele**: Cultura e modernidade no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa – CCEC (1930-1983). 2014, 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MORENO, J. C. Intelectuais na década de 1920: César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: VIEIRA, C. E. (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, 292 p.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**. 2004, 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2004.

ROCHA NETO, M. P. **Jornal das moças (1926-1932)**: educadoras em manchete. 2002, 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2002.

NÓVOA, A. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo:Escrituras, 2002.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850 - 1950**. Ponta Grossa: UEPG, 2002. 211 p. 41-64.

OSINSKI, D. R. B. Raul Gomes e o dia do professor: ações na imprensa em favor da valorização da profissão docente. In: VIEIRA, C. E.; OSINSKI, D. R. B.; BENCOSTTA, M. L. (orgs.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: UFPR, 2015, p. 17-43.

PASSOS, M. A aventura da formação docente: O enigma da identidade. In: YAZBECK, D. C.; ROCHA, M. B. M. (Org.). **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 189-214.

PAVAN, D. O. A formação de professoras primárias paulistas e o ajustamento em cargo em biografias comparadas (1930-1980). **Horizontes**, v. 25, n. 1, p. 17-36, jan./jun. 2007.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEDRO, J. M. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 231-269.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. **Ponta Grossa**: um século de vida (1823-1923). Ponta Grossa: Kugler, 1983.

PONTES, F. S.; GADINI, L. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná. Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). In: **Anais do Encontro Nacional da História da Mídia**, Novo Hamburgo, 2005.

RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RÉMOND, R. As eleições. In: RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 37-56.

RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-454.

SANTOS, A. M.; SILVA, R. S. O processo de construção da identidade docente no Brasil. In: XV Seminário Internacional de Educação, 2016, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo: Feevale, 2016. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/bc6a3914-c2b7-4435-ad2b-574f5310852e/O%20processo%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade%20docente%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 13 mai. 2018.

SILGRE, R. F. B. Conflitos e experiências dos trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa nas décadas de 1940-1960. In: VI Jornada do HISTEDBR, 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2005. p. 1-14. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/696/696.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/696/696.pdf). Acesso em 15 ago. 2019.

SILVA, H. R. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, T. T. da. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÃO, A. A espinha dorsal da nacionalidade: a educação nos artigos de Mario Pinto Serva em O Estado de S. Paulo. (1915-1924). In: XVII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/eventos/2015/xvii-seminario-de-pesquisa-do-programa-de-pos-graduacao-em-educacao/trabalhos/>. Acesso em 29 mai. 2018.

SLOTUK, C. M. **A educação e os escravos nas páginas do jornal “Dezenove de dezembro”** (1871-1888) 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1998

SOUSA, N. L. **O Projeto Republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SOUZA, E. F. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal Diário dos Campos (1907-1928)**. 2010, 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, 302 p.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, 407 p.

TRINDADE, E. M. de C. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED PR, 2001. 134 p.

VAZ, A. B. Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 18, p. 1-20, jun. 2005.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Atica Universidade, 2007. 328 p.

VIEIRA, C. E. Jornal Diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. T. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, v. 1, p. 11-40.

VILHENA, L. R. Os Intelectuais Regionais. Os Estudos de Folclore e o Campo das Ciências Sociais nos Anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 32, outubro, 1996.

ZICMAN, R. B. **História através da imprensa: algumas considerações e metodológicas**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)**. 2009, 429 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92648/262762.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ZULIAN, R. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 37-76, 1998.

WACHOWICZ, L. A. **Relação professor-Estado no Paraná Tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984, 366 p.

WESTPHALEN, C. M.; CARDOSO, J. A. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Livraria do Chain, 1986, 70 p.

**Fontes consultadas no Jornal Diário dos Campos (1932-1950)**

A AACÇÃO do educador – segundo os methodos renovados. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 22 nov. 1936. Ed. 8089.

A CARREIRA do professor. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 23 jul. 1937. Ed. 9182.

A ESCOLA e o meio. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 27 mai. 1937. Ed. 9139.

ALVES, J. F.; LOPES, P. O que o povo reclama – com a Escola Normal. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 20 fev. 1932. Ed. 5743.

DESDE outubro não recebem os professores estaduais. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 11 jan. 1950. Ed. 15495.

DIA do Professor. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 6 out. 1943. Ed. 11888.

ENSINO barato mas não a custa dos professores. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 6 out. 1948. Ed. 15354.

ESCOLA e Pátria. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 31 out. 1936. Ed. 8075.  
FUNDOU-SE nesta cidade a Associação dos Professores Effectivos e Normalistas. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 25 mai. 1932. Ed. 5819.

HANEIKO, V. A educação e o mestre. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 7 jan. 1942. Ed. 10978.

LIMA, L. S.. Mais professoras. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 25 nov. 1944. Ed. 12.216.

MAGISTÉRIO primário. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 22 jun. 1947. Ed. 13116.

NOTÍCIA alviçareira para o professorado. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 29 jun. 1947. Ed. 13121.

O DIA do professor. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 6 out. 1942. Ed. 11100.

O ENSINO normal em São Paulo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 27 out. 1936. Ed. 8071.

O PROFESSORADO e o Sr. Manoel Ribas. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 6 mar. 1932. Ed. 5756.

O PROFESSORADO primário. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 12 nov. 1948. Ed. 15384.

O REAJUSTAMENTO dos vencimentos dos professores paranaenses. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 10 mai. 1935. Ed. 6680.

OLIVEIRA, J. R. Um mal para o magistério primário. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 1 out. 1944. Ed. 12161.

OS PROFESSORES federaes continuam em lamentável atrazo de vencimentos. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 4 set. 1932. Ed. 5923.

PARA QUE os professores se alistem eleitores. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 24 fev. 1933. Ed. 6052.

PROBLEMAS educacionais: ordenado do professor. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 19 mai. 1944. Ed. 12064.

PROFESSOR e cientista. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 10 out. 1943. Ed. 11892.

PROFESSORA foi presa na rua embriagada. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 27 jan. 1946. Ed. 12777.

PROFESSORES primarios. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 10 jun. 1937. Ed. 9149.

QUANTO ganha um professor. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 27 mai. 1935. Ed. 6684.

RECOMPENSA aos professores primários. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 31 mai. 1947. Ed. 13099.

REGISTRO profissional do professorado. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 27 fev. 1940. Ed. 10429.

SANTOS, M. L. Menos ginásios e melhores professores. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 12 fev. 1949. Ed. 15399.

\_\_\_\_\_. O magistério não é sinecura. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 12 jun. 1949. Ed. 15428.

SERÁ comemorado hoje o “Dia do Professor”. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa. 6 out. 1945. Ed. 12688.